

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Dissertação

A Representação da Mulher na Câmara dos Deputados:  
trajetória, atuação política e reeleição das parlamentares  
gaúchas no período de 2007 a 2011

Isabel Cristina de Carvalho Fonseca

Pelotas, 2012

Isabel Cristina de Carvalho Fonseca

A Representação da Mulher na Câmara dos Deputados:  
trajetória, atuação política e reeleição das parlamentares  
gaúchas no período de 2007 a 2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosangela Schulz

Pelotas, 2012

## **Agradecimentos**

Primeiramente, acima de tudo e todos, a Deus, meu Criador, que sempre renova minhas forças e, mesmo quando tudo diz que não, me faz prosseguir.

Ao meu esposo, Rogério, companheiro de todas as horas e que me apóia em tudo que desejo fazer.

Aos meus filhos, Davi e Gabriela, por simplesmente existirem e tornarem meus dias mais coloridos e alegres.

À professora e orientadora Rosangela Schulz pelo incentivo e amizade e por todas as sugestões, críticas e orientações ao longo deste trabalho.

Aos demais professores do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, e em especial, ao Professor Álvaro Barreto, sempre disposto a ajudar.

À professora Céli Pinto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas preciosas sugestões quando participou da banca de qualificação.

À Professora Janete Otte, Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional do IFSul, que me deu incentivo e apoio.

E, por fim, a todos aqueles, que de uma forma ou outra contribuíram para que eu concretizasse esse trabalho.

## RESUMO

FONSECA, Isabel Cristina de Carvalho. **A Representação da Mulher na Câmara dos Deputados: trajetória, atuação política e reeleição das parlamentares gaúchas no período de 2007 a 2011.** 2012. 120f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar a representação da mulher na Câmara dos Deputados, especificamente as parlamentares gaúchas no período entre 2007 e 2011. A proposta deste trabalho é investigar a trajetória, o mandato e a campanha para reeleição dessas mulheres que compunham a bancada feminina do Rio Grande do Sul, na 53ª Legislatura da Câmara Federal. A atuação destas representantes é investigada a partir de momentos distintos de participação no campo político: na trajetória que percorreram na construção de suas carreiras políticas, no momento da representação (na arena legislativa) e na busca do voto para se manterem no cargo (arena eleitoral). Essa análise se dá à luz de conceitos sobre representação política, reconhecimento e capital político. Além disso, traz as discussões acerca da sub-representação feminina na política institucional brasileira e um breve relato da trajetória do movimento feminista no Brasil. Aborda, ainda, sobre as teorias políticas feministas e a inserção da mulher nos partidos políticos no Brasil. Os dados para pesquisa empírica foram retirados, principalmente, dos endereços eletrônicos da Câmara Federal, do Tribunal Superior eleitoral e dos *blogs* das representantes. Concluiu-se que a presença da mulher gaúcha no parlamento federal, mais especificamente na Câmara de Deputados, tem sido importante na política institucional brasileira. Seus trabalhos e ideias aos poucos ganham força e destaque, mostrando a relevância de uma relação entre a política de presença e a política de ideias. A participação destas mulheres em diversas Comissões da Câmara de Deputados e o leque de proposições de sua autoria em diferentes áreas temáticas, além da visibilidade que alcançaram durante suas trajetórias e nas eleições proporcionais de 2010, pode contribuir efetivamente para que mais mulheres venham a alcançar poder político, já que à medida que ganham maior destaque e visibilidade, aumentam o capital político e demonstram o potencial da mulher para a conquista de espaços historicamente relegados apenas ao sexo masculino.

Palavras-chave: Representação; Reconhecimento; Mulher; Câmara de Deputados.

## ABSTRACT

FONSECA, Isabel Cristina de Carvalho. The representation in the woman of the Chamber of Deputies: **trajectory, politic action and re-election of parliamentary gaucho in the period from 2007 to 2011**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

This dissertation aims at analyzing the representation of women in the Chamber of Deputies, specifically gaucho women parliamentarians in the period between 2007 and 2011. The purpose of this study is to investigate the trajectory, mandate and campaign for reelection of the women who made up the female caucus of Rio Grande do Sul, in the 53th Legislature of the Federal Chamber. The performance of these representatives is investigated from different moments of participation in the political: who walked in the path of building their political careers at the time of representation (in the legislative arena) and in the pursuit of votes to remain in office (electoral arena). This analysis gives birth to concepts of political representation, recognition and political capital. Moreover, brings discussions about the underrepresentation of women in politics Brazilian institutional and a brief account of the history of the feminist movement in Brazil. It also analyzes the theories about feminist politics and inclusion of women in political parties in Brazil. The data for empirical research were taken mainly from the electronic addresses of the Federal Chamber, the Superior Electoral Court and representatives of blogs. It was concluded that the presence of women in federal parliament gaucho, more specifically the Chamber of Deputies, has been important in the Brazilian institutional policy. His work and ideas gradually gain strength and prominence, showing the relevance of a relationship between the presence of political and policy ideas. The participation of these women in various committees of the Chamber of Deputies and the range of propositions of his own in different thematic areas, visibility beyond that achieved during their careers and in proportional elections of 2010, can contribute effectively so that more women will achieve political power since as they gain more prominence and visibility, increase political capital and demonstrate the potential of woman to conquer spaces historically relegated only to males.

Key words: Representation, Recognition; Woman; Chamber of Deputies.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de Deputados Federais X Bancada Gaúcha na Câmara de Deputados – 53 <sup>a</sup> Legislatura (2007- 2011) .....	15
Tabela 2 - Percentual de mulheres nas Câmaras de Deputados em alguns países, de acordo com a União Interparlamentar .....	19
Tabela 3 – Candidatura por gênero à Câmara de Deputados nos pleitos de 2006 e de 2010 .....	57
Tabela 4 – Resultado por gênero das Eleições de 2006 e de 2010 .....	58
Tabela 5 – Proposições da Deputada Manuela D'ávila .....	88
Tabela 6 – Proposições da Deputada Luciana Genro .....	89
Tabela 7- Proposições da Deputada Maria do Rosário .....	90
Tabela 8 - Proposições da Deputada Emília Fernandes .....	91
Tabela 9 - Proposições das Deputadas Federais da bancada gaúcha da Câmara de Deputados em 2006/2010 por Eixos temáticos .....	91

## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Deputadas Eleitas para a Câmara de Deputados por unidade da federação – Eleições 2010 .....	33
Quadro 1 - Número de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados (1932 a 2010) .....	50
Quadro 2 - Migração Partidária das Deputadas Federais Gaúchas – 53ª Legislatura .....	69
Quadro 3 - Participação das Deputadas em Atividades Políticas não partidárias .....	70
Quadro 4 – Cargos ocupados pelas representantes gaúchas no poder legislativo .....	70
Quadro 5 – Participação das Deputadas Federais gaúchas nas Comissões Temáticas Permanentes .....	81
Quadro 6 - Participação das Deputadas Federais gaúchas nas Comissões Temáticas Temporárias .....	82
Quadro 7 - Votação Final x Inserções no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) .....	95
Quadro 8 - Apelo Temático das candidatas à Câmara dos Deputados do RS nas inserções do HGPE noturno de 2010 .....	103
Quadro 9 – Apelo Temático das candidatas à Câmara dos Deputados do RS divulgado nos seus <i>blogs em 2010</i> .....	104
Quadro 10 - Resultado do Total de Despesas X Total dos Votos X Resultado Eleitoral das Candidatas à Deputada Federal/RS em 2010 ....	107

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>4</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>5</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</b> .....	<b>23</b>
1.1. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO .....	<b>23</b>
1.2. REPRESENTAÇÃO E A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO .....	<b>33</b>
1.3. CAPITAL POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO .....	<b>40</b>
<b>2. SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL</b> .....	<b>43</b>
2.1. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL .....	<b>43</b>
2.2. A MULHER NA POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA – TEORIAS POLÍTICAS FEMINISTAS .....	<b>51</b>
2.3. COTAS PARA MULHERES NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA .....	<b>54</b>
2.4. SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES .....	<b>59</b>
<b>3. A ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA MULHER GAÚCHA NA CÂMARA DE DEPUTADOS</b> .....	<b>62</b>
3.1. TRAJETÓRIAS – QUEM SÃO ESSAS REPRESENTANTES .....	<b>63</b>
3.1.1. Perfil e trajetória de Maria do Rosário .....	<b>63</b>
3.1.2. Perfil e trajetória de Luciana Genro .....	<b>65</b>
3.1.3. Perfil e trajetória de Manuela D’ávila .....	<b>66</b>
3.1.4. Perfil e trajetória de Emília Fernandes .....	<b>67</b>
3.1.5. Perfil Geral destas representantes .....	<b>69</b>
3.2. ATIVIDADES PARLAMENTARES .....	<b>72</b>
3.2.1. Funcionamento da Câmara dos Deputados .....	<b>72</b>
3.2.2. Participação nos Órgãos da Câmara .....	<b>79</b>
3.2.3. Proposições Legislativas .....	<b>83</b>
<b>4. A CANDIDATURA À REELEIÇÃO EM 2010</b> .....	<b>94</b>
4.1. CAMPANHA ELEITORAL DE MARIA DO ROSÁRIO .....	<b>96</b>
4.2. CAMPANHA ELEITORAL DE LUCIANA GENRO .....	<b>98</b>
4.3. CAMPANHA ELEITORAL DE MANUELA D’ÁVILA .....	<b>99</b>
4.4. CAMPANHA ELEITORAL DE EMÍLIA FERNANDES .....	<b>101</b>
4.5. RELAÇÃO ENTRE ATUAÇÃO LEGISLATIVA E DISCURSO ELEITORAL .....	<b>102</b>
4.6. VISIBILIDADE NA POLÍTICA ELEITORAL .....	<b>106</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	
1. Material Bibliográfico .....	<b>116</b>
2. Fontes consultadas .....	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

A representação legislativa constitui-se em um espaço importante de negociação e de legitimação das democracias contemporâneas (ARAÚJO, 2009), por isso tem se ampliado o debate acerca de maior presença dos grupos sub-representados na política institucional, como, por exemplo, a necessária inclusão das mulheres nessas instâncias de poder político, especialmente, através de mecanismos legais que promovam tal inserção.

O século XX é visto como o século das conquistas das mulheres, em função de importantes mudanças em relação ao perfil e ao papel que as mesmas passaram a ocupar na sociedade. As organizações de mulheres, através do movimento feminista, questionaram e abalaram os padrões dominantes nas relações sociais. Contudo, é fato que o padrão da sub-representação política da mulher persiste e o ritmo de ingresso na política institucional tem sido lento (ARAÚJO, 2006). A constatação da ausência e a pressão dos movimentos feministas e de mulheres produzem modificações na legislação, como no caso da lei eleitoral que tem adotado medidas (ações afirmativas) voltadas a proporcionar maior presença feminina nos órgãos legislativos, determinando que os partidos incluam certa proporção de mulheres nas suas listas de candidatas.

No Brasil, a baixa participação das mulheres no jogo político institucional é um fenômeno que se manifesta em termos nacionais, estaduais e municipais (PINTO & MORITZ, 2009), por isso há um debate que trata da necessidade de mecanismos de inclusão por sexo, nas instâncias político-partidárias, para além da já existente política de cotas, que prevê que cada partido ou coligação deva preencher as listas de candidatos respeitando o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

A presença de mulheres eleitas em um parlamento indica um dos caminhos favoráveis à ampliação da democracia, afinal uma representação equilibrada em relação às diferenças de sexo parece ser mais democrática que a sobre-representação masculina, vigente atualmente.

Todavia, os estudos sobre representação feminina no campo político mostram que as medidas de ações afirmativas, presentes na legislação eleitoral brasileira, não estão apresentando os resultados esperados, o índice de mulheres nos espaços de representação política institucional do país ainda é pouco expressivo (MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 2001).

Em texto apresentado para discussão pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que trata da “Posição das Mulheres na Realidade Brasileira” confirma-se tal assertiva:

De fato, a presença das mulheres em cargos legislativos e executivos nas três esferas de poder da federação é ainda muito baixa, a despeito da existência de uma lei de cotas aprovada há uma década. As eleições de 2006 apontaram para as imensas dificuldades de se ampliar a presença feminina nos espaços de representação. Por mais que tenham conquistado espaço no mundo do trabalho e apresentem níveis educacionais superiores aos masculinos, as mulheres ainda ocupam menos de 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal. Quando comparado com outros países do mundo, o Brasil ocupa a 102ª posição entre 189 países no que diz respeito à presença de mulheres no Parlamento Federal (II CNPN, 2007, p. 15).

Apesar da limitada resposta da lei, os autores e autoras que tratam do tema ressaltam que a aprovação da política de cotas e a sua implantação é, em si, um fato positivo, pois possibilita tornar visível a sub-representação das mulheres e estabelecer as responsabilidades do Estado para que altere este quadro, contudo é necessário que isso se traduza em resultados eleitorais.

A ideia acerca da necessidade da presença da mulher nos espaços de poder político institucional deve passar, também pela discussão da natureza da representação. Segundo Pinto e Moritz (2009), não basta apenas a presença da mulher na política institucional, é necessário que a mulher esteja presente nesses espaços, enquanto sujeito político mulher, lutando pelas suas causas. Assim, um parlamento não é mais democrático, apenas porque tem entre seus membros um número proporcional de mulheres, mas porque além de ter a presença dessas mulheres, estas podem representar os interesses atinentes ao seu grupo social.

Nesse sentido, Phillips entende que apesar da presença não garantir a ideia, os grupos sociais, que foram historicamente excluídos do poder político, estarão mais bem representados por aqueles que partilham das mesmas perspectivas de grupo, das mesmas lutas e anseios, pois uma política de presença pode desenvolver

uma política de ideias. A autora parte do princípio de que as ideias não podem ser tratadas separadamente das pessoas que as conduzem, por isso sugere que se alie a política de ideias uma política de presença. A autora considera que para uma representação melhor é preciso levar em conta as características do representante e afirma:

Embora a política de ideias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença. Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto às falhas da outra (PHILLIPS, 2001, p. 289).

Contudo essa noção de representação abre uma questão crucial: será que existe uma correspondência de ideias em relação à identidade dos representantes? Ao que parece, os interesses das mulheres, apenas enquanto mulheres, não serão necessariamente os mesmos, pois elas, muitas vezes, fazem parte de grupos distintos.

O fato é que nem sempre pertencer a um grupo significa que as demandas deste grupo serão expressas, da mesma forma, pois as mulheres candidatas ou representantes eleitas não precisam, necessariamente, ter comprometimento com a questão feminina. Além disso, as mulheres podem discordar sobre quais são seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar (ARAÚJO, 1998), por isso outras teses acerca da representação feminina falam em perspectiva social em vez de interesse. Nesse caso, o acesso das mulheres às instâncias públicas e ao poder institucional deve ocorrer, justamente, porque elas partem de uma mesma perspectiva social, que está vinculada às experiências de vida delas e não porque as representantes teriam as mesmas opiniões ou interesses.

Esta noção passa a ser um ponto de partida para Iris Young, no entendimento de que as mulheres devem estar presentes nos espaços políticos porque teriam a perspectiva feminina, embora, não se possam delimitar os interesses que as mulheres advogarão, realmente, ao chegarem ao poder. Young entende que as mulheres possuem interesses diversos, mas a perspectiva social, em princípio, seria a mesma, de acordo com os padrões de experiência que estas mulheres compartilham (YOUNG, 1997 apud MIGUEL, 2001, p. 265).

Na verdade, independente de qualquer posição que defendam, as mulheres precisam aumentar sua representação nas instâncias de poder, pois se sabe que

perfazem mais de 50% da população e menos de 10% estão representadas na Câmara de Deputados.

A partir deste debate teórico surge a necessidade de estudar a questão da representação da mulher na esfera do poder institucional e observar como tem sido a atuação das representantes no campo político, na arena legislativa e na arena eleitoral.

É justamente nos canais formais de poder institucional que se concentram muitas das atividades de formulação e implementação das políticas e leis que orientam a sociedade. Esses são, portanto, espaços fundamentais à promoção de mudanças sociais. Por esse motivo, é importante analisar a participação política feminina em seus vários momentos: nas campanhas eleitorais, na inserção e atuação como parlamentar.

Dessa forma, considera-se relevante para análise investigar momentos distintos de participação na política da mulher gaúcha: primeiramente, a biografia das representantes, (as atividades que construíram suas trajetórias políticas), depois na atuação como parlamentares na Câmara dos Deputados (arena política legislativa) e, por fim, na candidatura à reeleição, durante a campanha eleitoral (arena política eleitoral). Essa análise se dará à luz da discussão acerca das teorias contemporâneas da representação política, das teorias do reconhecimento e capital político e das teorias políticas feministas.

Para realizar este estudo optou-se por um recorte temporal que vai desde o último mandato das deputadas federais entre 01 de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2011, que corresponde a 53<sup>a</sup> Legislatura da Câmara dos Deputados e inclui a campanha eleitoral de 2010. Também se delimitou a pesquisa acerca das deputadas que compõem a bancada do Estado do Rio Grande do Sul. Neste período a Bancada Gaúcha foi composta por quatro deputadas, sendo que três delas iniciaram o mandato em 2007 e uma delas iniciou seu mandato apenas em 2009, pois estava como suplente até então. Verificou-se, ainda, que ao final do mandato, todas se candidataram à reeleição para a Câmara dos Deputados, o que justificou a opção por investigar a campanha eleitoral no pleito de 2010, a fim de observar a forma como se apresentaram ao eleitorado e seus discursos de campanha.

Portanto, a intenção é investigar a bancada feminina gaúcha da Câmara de Deputados em momentos distintos de atuação no campo político: momento de construção da trajetória que percorreram em suas carreiras políticas, o momento de representação (durante o último mandato) e momento de busca do voto para se manter no cargo (durante a campanha para reeleição). A tentativa será de fazer um paralelo entre estes momentos para perceber se os discursos e as práticas coincidem.

Várias questões fundamentam esta investigação, como:

- Quem são as mulheres eleitas para comporem a bancada gaúcha na Câmara dos Deputados?

- Como é a atuação política dessas parlamentares?

- Elas têm incorporado a luta pelos direitos das mulheres e, mais especificamente, a luta pelos direitos políticos da mulher?

- Essa luta aparece nas suas proposições no Legislativo e nos discursos de campanha eleitoral?

A problemática que se levanta aqui é saber se essas parlamentares têm contribuído para inserção da mulher no campo político eleitoral através do seu próprio fazer político. Compreendeu-se que, para desenvolver este problema, o caminho seria investigar a trajetória destas mulheres, bem como os temas que marcaram a atuação e o discurso destas, enquanto parlamentares no exercício do mandato ao lado de seus pares e enquanto candidatas à reeleição ao se submeterem a avaliação por parte de seus eleitores.

A hipótese geral é a de que a presença destas mulheres na política brasileira constitui um fator relevante que promove visibilidade política às mulheres, pois possuem determinado capital político que contribui para o empoderamento das mesmas, no âmbito do poder político institucional.

As hipóteses secundárias são:

Todas as quatro parlamentares possuem longa trajetória político partidária e eleitoral, vinculadas a lutas políticas de ideais considerados à esquerda no campo ideológico e não a laços de família ou herança política como ocorre com muitas mulheres na política brasileira.

Essas representantes não possuem como pauta principal às demandas relacionadas aos direitos da mulher, na atuação no Plenário, mas são mulheres que ocupam espaços importantes no Parlamento, contribuindo em diferentes temáticas.

Na campanha eleitoral essas representantes demonstram a preocupação com temas sociais, mas não vinculam seus discursos, essencialmente às temáticas que envolvam direitos da mulher.

A contribuição deste trabalho está em analisar a participação da mulher gaúcha no legislativo brasileiro e no campo político-eleitoral, na tentativa de avançar o debate acerca da representação da mulher nos espaços de poder, trazendo à tona as discussões sobre as políticas de reconhecimento e de representatividade de grupos historicamente excluídos ou sub-representados do poder político.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a representação da mulher gaúcha na Câmara dos Deputados, na 53<sup>a</sup> Legislatura, no período entre 2007 e 2011, e também analisar o discurso delas na campanha à reeleição, buscando entender de que forma essas parlamentares gaúchas tem atuado enquanto sujeitos políticos, enquanto legisladoras e enquanto candidatas no processo eleitoral.

Os objetivos específicos consistem em:

- Apresentar um perfil das mulheres que compõem a bancada gaúcha na Câmara de Deputados, durante a 53<sup>a</sup> Legislatura;
- Verificar a atuação parlamentar destas representantes;
- Analisar se as representantes contribuem para que pautas acerca de direitos da mulher sejam discutidas e defendidas;
- Analisar o discurso destas parlamentares, enquanto candidatas à reeleição à bancada do RS na Câmara dos Deputados, durante o pleito de 2010;
- Fazer uma comparação entre a prática parlamentar e o discurso das deputadas como candidatas à reeleição.

Para cumprir os objetivos deste trabalho selecionou-se como objeto da pesquisa empírica a Bancada Gaúcha feminina na Câmara de Deputados na Legislatura de 2007/2011.

A escolha deste recorte deu-se pelo interesse em analisar a atuação de parlamentares gaúchas que obtiveram uma inserção relevante na política nacional, em função da possibilidade de investigar o perfil de mulheres vitoriosas em termos eleitorais atuando em alguns momentos de sua carreira política: como parlamentares e como candidatas à reeleição.

Além disso, houve pela primeira vez a presença de fortes candidatas mulheres à Presidência da República concorrendo às eleições de 2010 que conquistaram grande parte dos votos, sendo uma delas a primeira mulher eleita presidente da República Federativa do Brasil. A presença de fortes candidaturas femininas trouxe para a discussão política nacional o tema mulher e política.

Cabe ressaltar ainda, que em 2009, ocorreram algumas mudanças na Lei Eleitoral em relação ao sistema de cotas para mulheres nas candidaturas, o que gerou uma expectativa de aumento da bancada feminina na Câmara de Deputados. Dados esses fatos pareceu relevante verificar a atuação das representantes já eleitas e como se apresentaram na campanha para reeleição.

A tabela abaixo demonstra o número de deputados que representaram a Câmara de Deputados no período da 53ª Legislatura, entre 2007 e 2011, incluindo aqueles que saíram antes do término do mandato ou que ingressaram depois e não exerceram o mandato completo. Também apresenta um demonstrativo de quantos deputados, homens e mulheres, compunham a Bancada Gaúcha e, ainda, destaca o número de mulheres e de homens que compunham o total da Câmara no referido período.

**Tabela 1 - Total de Deputados Federais X Bancada Gaúcha na Câmara de Deputados – 53ª Legislatura (2007-2011)**

Câmara de Deputados	Total de Dep. Federais (Efetivos e Suplentes)		Bancada Gaúcha	
	N.A	%	N.A.	%
<b>53ª Legislatura</b>				
Homens	584	91,8	38	6,0
Mulheres	52	8,2	4	0,6
<b>Total</b>	<b>636</b>	<b>100,0</b>	<b>42</b>	<b>6,6</b>

Fonte: Dados extraídos do site da Câmara de Deputados: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

No período da 53ª Legislatura a bancada do RS foi composta por três mulheres de 2007 a 2009 (apenas três deputadas foram eleitas em 2006), passando a quatro a partir de março de 2009 (uma deputada, que estava como suplente, toma posse nesse período), mantendo o número de quatro cadeiras ocupadas até o final do mandato. A deputada Luciana Genro, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a deputada Maria do Rosário, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a deputada Manuela D'Ávila, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a deputada Emília Fernandes, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a qual assume a vaga somente em 2009 como primeira suplente do PT, após o falecimento do Deputado Adão Preto, que ocupava uma das cadeiras na Bancada do RS.

As quatro deputadas federais que compuseram a bancada gaúcha foram candidatas pelos seus respectivos partidos políticos à reeleição no pleito eleitoral de 2010, sendo duas delas bem sucedidas e duas delas não alcançando o objetivo da reeleição: Maria do Rosário elege-se com 143.128 votos, mas não toma posse, pois passa a exercer o cargo de ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Manuela D'Ávila, elege-se com 482.590 votos, sendo a candidata mais votada entre todos os candidatos no Estado, Luciana Genro, recebe a votação expressiva de 129.501 votos, mas não se elege, devido ao coeficiente eleitoral do seu partido (PSOL) e, por fim, Emília Fernandes, que recebe 49.413 votos, e fica como suplente<sup>1</sup>.

Percebe-se, a partir do resultado do Pleito de 2010, que a bancada feminina do RS acabou ficando com uma representação menor ainda que na Legislatura anterior, pois apenas duas candidatas alcançaram as cadeiras no parlamento como titulares e, no momento, apenas uma cadeira está sendo ocupada pelo sexo feminino, já que uma das eleitas está licenciada para exercer outro cargo, conforme já explicitado. O Estado do Rio Grande do Sul aparece com uma das menores representações femininas em relação aos outros Estados brasileiros após as Eleições de 2010, na 54ª Legislatura da Câmara Federal<sup>2</sup>.

O que se verificou após os resultados do Pleito de 2010 é que a sub-representação feminina no Estado do RS aumentou, a despeito da legislação de cotas e das expectativas de aumento do número de mulheres como representantes

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do site do Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>2</sup> Ver Tabela 2, p. 19.

na Câmara Federal, já que mais candidatas haviam se inscrito para concorrer no referido pleito.

Lembrando que o objeto empírico é a bancada feminina do RS na 53ª Legislatura, o universo da pesquisa é restrito as quatro deputadas federais. O número restrito foi compensado pela extensão e profundidade da investigação, pois foram investigadas:

- a trajetória política destas mulheres (quantidade e tipos de mandatos eletivos, lideranças em movimentos sociais ou sindicais, entidades de classe ou partidos políticos). Esses dados foram obtidos no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados, que forneceram a biografia (perfil e trajetória) de cada parlamentar. Além disso, consultando os *blogs* de cada uma das representantes, disponíveis na internet, também foi possível buscar informações atinentes à carreira política dessas mulheres. Dessa forma, traçou-se o perfil de cada uma das representantes e analisou-se a trajetória das mesmas.

- a atuação enquanto parlamentares, nas comissões da Câmara e nas proposições no Plenário. Neste caso, o foco da análise tomou por base as proposições legislativas apresentadas por essas parlamentares durante a 53ª Legislatura. Também analisou a participação das mesmas em Comissões específicas na Câmara de Deputados, durante o período deste mandato, entre 2007 e 2011, buscando verificar em quais áreas tiveram atuação destacada. A distribuição e os critérios para classificação temática levaram em conta a divisão apresentada no próprio Regimento Interno da Câmara de Deputados. Verificou-se cada categoria temática na análise das comissões e proposições referentes a Deputadas que compõem a Bancada Gaúcha da 53ª Legislatura na Câmara dos Deputados.

- a atuação enquanto candidatas à reeleição, nos slogans e discursos de campanha eleitoral. A intenção foi de analisar os slogans apresentados no Programa Eleitoral Gratuito veiculado na TV no horário noturno e material disponibilizado na internet, principalmente nos *blogs* destas na campanha eleitoral de 2010, procurando observar os temas mais relevantes, bem como a presença da temática que envolve os direitos da mulher durante a campanha e relacionar com a ação parlamentar das mesmas. Foi organizada uma listagem com os temas da campanha de cada candidata, buscando temas comuns e temas específicos abordados por cada uma delas. Buscou-se, neste momento, verificar se existe no discurso de

campanha destas candidatas uma preocupação com os direitos da mulher e, mais precisamente, com a questão do empoderamento da mulher, enquanto categoria que tem sido excluída do poder político.

Em síntese, a análise dos dados ocorreu em três momentos distintos. Primeiramente, observando quem são estas mulheres, descrevendo seus perfis e trajetórias políticas; segundo pesquisando sobre o que legislam, ou seja, a atuação parlamentar, enquanto representantes no exercício do mandato, onde apresentam um discurso voltado aos seus pares; terceiro, o discurso de candidatas, investigando a atuação destas enquanto candidatas à reeleição, com um discurso voltado aos eleitores.

Os dados acerca das trajetórias e ações destas parlamentares foram extraídos da base de dados disponibilizada no endereço virtual da Câmara dos Deputados, bem como dos Blogs das candidatas, através do levantamento de dados biográficos, parlamentares e da propaganda eleitoral gratuita na televisão.

Esse trabalho pesquisou apenas os dados sobre a atuação das deputadas gaúchas e não contemplou informações sobre a atuação legislativa dos deputados federais do sexo masculino nem das parlamentares que compõem as demais bancadas, devido ao recorte proposto no presente projeto.

Foram ainda, utilizados dados provenientes do Tribunal Superior Eleitoral, referentes aos pleitos de 2006 e de 2010, que apresentavam as estimativas de quantas candidatas haviam e quantas conseguiram, efetivamente, se eleger.

Em suma, foi realizada uma análise descritiva e comparativa de dados e informações, extraídos do TSE, dos blogs das candidatas, dos slogans de campanha apresentados nos meios de comunicação, da Propaganda Eleitoral Gratuita e do endereço virtual da Câmara dos Deputados. Buscou-se informações, sobre a produção legislativa e a presença em comissões permanentes e especiais, bem como, em cargos de relevância no Parlamento, o que possibilitou traçar um quadro que explicita os temas e as áreas priorizadas pelas deputadas ao longo de sua atuação durante a 53ª Legislatura da Câmara de Deputados.

Sabe-se que as mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro, representando um percentual de 51,8% (TSE abril/2010) e que a Constituição de 1988 assegura o princípio da igualdade de gênero, no entanto, o Brasil é um dos

países da América Latina com menor participação feminina no Parlamento. Em agosto de 2006, dos 513 parlamentares da Câmara, somente 46 eram mulheres representando em torno de 9% do eleitorado, conforme se observa na tabela a seguir.

**Tabela 2 – Percentual de mulheres nas Câmaras de Deputados em alguns países, de acordo com a União Interparlamentar**

<b>Países</b>	<b>Eleições</b>	<b>% Mulheres</b>
Cuba	2008	45,2
Argentina	2011	37,4
Equador	2009	32,3
Bolívia	2009	25,4
Peru	2011	21,5
Venezuela	2010	17,0
Estados Unidos	2010	16,9
Chile	2009	14,2
Paraguai	2008	12,5
Uruguai	2009	12,1
Brasil <sup>3</sup>	2006	8,6

Fonte: [Http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm](http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm), dados compilados pela União Interparlamentar com base em informações fornecidas pelos parlamentos nacionais até 31 de maio de 2012. Site acessado em 06/07/2012.

Em 2010 foi divulgada a pesquisa “Gênero e Partidos Políticos na América Latina”, realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA), mostrando dados acerca da participação política da mulher na América Latina. Essa pesquisa analisou 18 países da região e apontou a persistência da sub-representação feminina no poder Legislativo. Destacaram que os menores índices de participação da mulher na Câmara Federal entre os países analisados, ocorreram na Colômbia (8,4%), no Panamá (8,5%) e no Brasil (8,9%) <sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A tabela original contida no site referiu-se ao pleito de 2006 no Brasil e não apresentou dados estatísticos do último pleito realizado em 2010, no entanto sabe-se que este percentual não se alterou nas últimas eleições, conforme é explicitado no decorrer deste capítulo.

<sup>4</sup> Dados extraídos do site [www.maismulheresnoperbrasil.com.br](http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br) em notícia divulgada em 15/12/2010.

A análise acerca desta baixa representatividade das mulheres parte de uma reflexão que relaciona a política à democracia representativa e a exclusão do elemento feminino dos processos decisórios.

É cada vez mais generalizado o reconhecimento de que a reduzida presença das mulheres na esfera da representação política é uma forte expressão da fragilidade e do comprometimento da democracia (BARRETO et al, 2004 apud RODRIGUEZ, 2004).

Conforme relata Tabak,

O moderno conceito de democracia envolve, no plano político, a ideia de uma ampla participação dos diferentes segmentos da sociedade, não apenas no debate dos grandes problemas nacionais que afetam os destinos do povo de um determinado país, mas também na deliberação das decisões a serem adotadas. Assegurar tal participação implica adotar critérios corretos de representação daqueles segmentos, nos diferentes níveis de poder. E do acesso a esses níveis, desde os mais elementares até os mais elevados, dependerá, em última instância, a capacidade de cada segmento populacional influenciar as decisões que possam afetar, direta ou indiretamente, as pessoas que o constituem (TABAK, 1989, p. 21).

No Brasil a presença da mulher na política institucional tem sido muito tímida, principalmente se for comparada com as conquistas das mulheres na área dos direitos e na sua participação na força de trabalho ativa em praticamente todos os setores (PINTO & MORITZ, 2009, p. 61).

Mas por que esta sub-representação feminina na esfera política? Para responder esta questão é necessário responder outras questões: Como se deu a participação das mulheres ao longo da história brasileira? Como o movimento feminista contribuiu para a inserção da mulher neste espaço de poder?

Buscou-se um referencial teórico que respondesse, ao menos em parte, estas questões. Além disso, problematizando a questão da sub-representação das mulheres na esfera de poder político, abordou-se, também, a discussão teórica acerca da representação política relacionada aos temas da inclusão e do reconhecimento e o conceito de capital político, a fim de embasar a análise da carreira eleitoral e dos mandatos das representantes estudadas.

Sem intenção de tratar exaustivamente temas tão amplos, mas apenas identificar ideias, noções e questionamentos, para que sirvam de referencial na

compreensão e análise do conteúdo empírico da pesquisa sobre a representação da mulher gaúcha na Câmara Federal.

Este trabalho apresenta uma revisão da literatura referente aos conceitos de representação política, de inclusão e reconhecimento nos espaços políticos e de capital político. Ainda traz as discussões acerca da sub-representação feminina na política institucional brasileira e aborda as teorias que tratam da trajetória do feminismo no Brasil. Também, encontram-se dados acerca do perfil das representantes gaúchas na Câmara de Deputados, dados que demonstram a atuação dessas representantes durante o mandato e dados sobre o discurso de campanha dessas candidatas nas eleições de 2010.

Nesta dissertação o tema proposto é desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico que subsidia esta dissertação e é subdividido em três partes. A primeira parte trata do desenvolvimento do conceito de representação a partir da obra de Hanna Pitkin, trazendo para o debate, também, as cientistas políticas Anne Phillips e Iris Marion Young. A segunda parte apresenta a discussão acerca das teorias do reconhecimento e representação política, abordando as teses de Nancy Fraser, Phillips e Young. Por fim, a terceira parte procura apresentar o conceito de capital político e suas espécies, com base na obra de Pierre Bourdieu e traz as especificidades dos tipos de capital político presentes na política brasileira, segundo concepção de Luís Felipe Miguel.

O segundo capítulo aborda o debate sobre a sub-representação da mulher na política institucional brasileira e subdivide-se em quatro partes. A primeira parte trata acerca do movimento feminista no Brasil. A segunda parte traz a discussão sobre a presença da mulher na política institucional brasileira, abordando as teorias políticas feministas que permeiam este debate. Na terceira parte aborda-se a respeito da questão de cotas para mulheres na legislação eleitoral brasileira e, finalmente, na quarta parte trata-se do Sistema Partidário Brasileiro e o acesso das mulheres à política.

O terceiro capítulo apresenta os dados empíricos deste trabalho e aborda a atuação legislativa da mulher na bancada gaúcha da Câmara de Deputados através do levantamento de dados acerca da trajetória política e atividades parlamentares das deputadas estudadas. Este capítulo subdivide-se em duas partes. A primeira parte apresenta a trajetória dessas mulheres, para compreender quem são essas

representantes. A segunda parte analisa a participação delas nos órgãos da Câmara e as proposições Legislativas de autoria das mesmas.

O quarto capítulo apresenta alguns dados acerca da candidatura à reeleição no pleito de 2010 à Câmara de Deputados e demonstra os tópicos mais abordados pelas candidatas nesse período. Procura, ainda, realizar um comparativo entre o discurso proferido em campanha eleitoral, logo após o mandato, e a atuação das representantes naquela casa legislativa. Finaliza com a análise acerca do destaque e visibilidade que essas mulheres alcançaram no campo político.

## 1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo fez-se uma breve reflexão acerca do desenvolvimento do conceito de representação e sua relação com a democracia, apresentando como ponto de partida o trabalho de Hanna Pitkin, e trazendo autoras como Anne Phillips e Iris Young que desenvolvem o conceito, a fim de que se possa delimitar o termo empregado no presente trabalho. Além disso, procurou-se desenvolver a discussão acerca da noção de reconhecimento na democracia representativa, buscando refletir sobre a relação entre representação e inclusão social e trazer, ainda, a noção de capital político à idéia de representação, pois a acumulação desse capital é o que acaba definindo os lugares que as representantes estudadas ocupam no campo político.

### 1.1. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

O esforço desenvolvido nesta parte do trabalho é justamente o de revisar a literatura sobre questões referentes à representação política, procurando conceituá-la a partir de um campo teórico delimitado, a fim de subsidiar o estudo sobre a representação da mulher gaúcha na Câmara dos Deputados. Portanto, apresenta-se uma rápida exposição acerca do termo representação a partir da obra de Hanna Pitkin.<sup>5</sup>

Existem diferentes formas de entender a representação. Pitkin é uma das autoras que primeiro tratou do conceito, analisando os diversos significados que foram anexados ao termo, sustentando que, para se compreender o conceito de representação política, devem ser considerados os diferentes modos como o termo é usado.

A autora criticou a relação da representação vista somente como uma relação entre duas pessoas, ou uma relação de pessoa para pessoa. Para Pitkin, o significado é muito complexo, envolvendo certa abstração. Ela entende que a

---

<sup>5</sup> PITKIN. **El concepto de representacion**. Centro de Estudios Constitucionales: Madri, 1985.

representação é, basicamente, um fenômeno cultural e político, próprio do ser humano (PITKIN, 2006, p. 16).

Ela refutou a concepção de representação política como mecanismo do governo democrático no qual os legisladores eleitos atuam em prol de demandas originadas de seus eleitores e critica definições de representação que se baseiam somente em oferecer ou ter autoridade, o que ela chama de perspectiva da autorização. “La perspectiva de la autorización es una de las diferentes maneras de ver la representación, todas tentadoras porque toman una parte del concepto como si fuese el todo” (PITKIN, 1985, p. 41).

Representar, para Pitkin, é atuar no interesse do representado, sendo receptivo a ele. Para isso é preciso que o representante atue de forma independente, sua ação deve envolver discernimento e consciência, ele precisa ser aquele que atua de tal forma que o conflito seja evitado, pois não deve estar em constante desentendimento com os anseios ou desejos do representado.

El representante debe actuar de tal modo que, apesar de ser independiente y sus votantes tener capacidad de acción e de juicio, no se plantee ningún conflicto entre ellos. Debe actuar en interes de ellos, y esto significa que normalmente no debe entrar en conflicto con los deseos de ellos. Pero no es esto todo lo que hay que decir sobre la controversia mandato-independencia; esto no ‘resuelve’ esa controversia. El enigma conceptual encarnado en la controversia de ningún modo es todo el problema ; incluso si resuelve el enigma, hay todavía mucho espacio para otros puntos de vista (PITKIN, 1985, p. 182).

Pitkin propôs um entendimento sobre representação que pressupõe duas condições a serem realizadas dentro do próprio conceito. Primeiro, ela concebe a representação como atividade e não como uma relação entre dois termos. Quando um representante representa um mandante, o representante toma decisões, tem obrigações e compromissos que o mandante aceita, além de agir por caminhos que o mandante deve reconhecer. Disso resulta que o conceito de representação deve tornar possível o julgamento sobre o conteúdo daquelas decisões, comprometimentos e ações.

A segunda condição é que o conceito deve ter um conteúdo substantivo. A autora trata do conteúdo substantivo da representação e afirma que este conteúdo tem duas variações: a simbólica e a descritiva. Na descritiva a pessoa toma o lugar de outra. Pitkin rejeita este ponto de vista estático. Para ela há um elemento ativo na

representação que envolve uma escolha em que existem características que são politicamente relevantes para a reprodução. Não é uma simples reprodução de algo, mas um afastamento de tudo que vem antes.

Mais recentemente, Pitkin (2006) fornece alguns elementos para repensar as diferentes feições da representação moderna e apresenta quatro diferentes dimensões da representação: a formalista, a descritiva, a simbólica e a substantiva. Cada uma dessas dimensões oferece diferentes formas pra entender a representação, podendo fornecer também diferentes padrões para avaliar os representantes.

Assim, a partir da análise das quatro dimensões da representação de Pitkin, expostas a seguir, pode-se compreender as distinções existentes entre elas<sup>6</sup>.

a) Na representação do tipo formalista, os arranjos institucionais precedem e dão origem à representação. A representação formal tem duas dimensões: a autorização e a *accountability*. A autorização é o modo como o representante obtém sua reputação, seu status, sua posição ou posto. A *accountability* é a capacidade dos eleitores para punir seu representante por não ter agido de acordo com seus desejos ou é a receptividade do representante para com os eleitores. Na visão formalista inclui-se tanto a representação por autorização prévia, originária de Hobbes (para quem o representante é aquele que recebeu uma autorização para agir por outro) quanto à representação por responsabilização *a posteriori* (originária do pensamento liberal), na qual a essência da representação é a *accountability* ou responsividade do representante;

b) A representação simbólica diz respeito aos modos pelos quais um representante “defende” os representados, isto é, o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados;

c) Na representação descritiva o que interessa é o alcance do representante em assemelhar-se àqueles que estão sendo representados;

d) A representação substantiva refere-se à atividade dos representantes, isto é, as ações tomadas no interesse dos representados.

---

<sup>6</sup> Esta classificação foi sintetizada a partir da Stanford Encyclopedia of Philosophy, publicada em 2006 e apresentada na tese de doutorado de MOURA, Joana. **A Representação política de organizações da sociedade nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela legitimidade. (tese de doutorado)**. Programa de Pós graduação em Ciência Política, UFRGS, POA, 2009.

Na teoria de Pitkin, a visão formalista enfatiza a relação entre o representante e os representados, destacando ou a autorização que os cidadãos dão para que alguns ajam em seu lugar ou a prestação de contas que o representante deve fazer de seus atos, que a literatura de ciência política designa pela palavra *accountability*. Esta é a idéia de representação em que o eleitor autoriza o representante a agir em seu nome ao mesmo tempo em que avalia a sua atuação.

Pitkin critica concepções formalistas da representação, na medida em que elas são indiferentes ao que acontece durante o processo. Assim, pode-se dizer que a concepção formalista parece explicar alguns usos dos termos “representação” e “representante”, mas não dá conta de outros termos como “representatividade” ou de como o processo de representação ocorre durante a atuação do representante. As concepções da autorização e da responsabilização social concentram-se fora da atividade propriamente dita: a primeira, antes dela começar, e a segunda, após o seu término, pois o ato de representar começa depois da autorização e antes da responsabilização social (PITKIN, 1985, p. 46 e 47).

Com relação à representação descritiva, o entendimento de Pitkin (1967 apud MOURA, 2009) é o de que o corpo de representantes deve formar um microcosmo da sociedade representada, reproduzindo, nas proporções adequadas, suas características principais. Nesse caso, mais importante do que aquilo que os representantes fazem é quem eles ou elas são. A representação, então, depende das características do representante, o que ele é ou com quem ele se parece. Mais no sentido de ser alguma coisa do que fazer alguma coisa. O representante não atua pelos outros, ele os representa por virtude de uma correspondência ou conexão entre eles, uma semelhança ou reflexo. A preocupação nesta visão é a composição do grupo de representantes e não tanto o que estes fazem, porque a composição do grupo é o que determina as suas atividades. Neste tipo de representação, os representantes compartilham as características sociais ou demográficas dos representados. “Todo lo que el legislativo hace será lo que la nación entera habría hecho si hubiera estado em su lugar” (PITKIN, 1985, p. 93).

Em relação à representação simbólica, um representante político pode ser entendido como um modelo de bandeira representando a nação, ou um emblema representando uma cultura (Idem, p. 101). O entendimento de Pitkin sobre este conceito é complexo porque, para ela, esse tipo de representação satisfaz a

condição de que a representação deve ser concebida como uma atividade, em vez de uma relação. O representante se traduz num fazedor de símbolos, na medida em que faz com que os que são representados o aceitem através de sua atividade. Pitkin entende que a representação simbólica desempenha uma identificação e um alinhamento do desejo entre o representante e o representado, “... por definición, el líder político representa al pueblo en tanto en cuanto el pueblo lo acepte o crea en él. (...) Será la actividad de hacer que el pueblo crea en el símbolo, que acepte al líder político como su representante simbólico.” (PITKIN, 1985, p. 111-112).

Isso sustenta as condições de satisfação ou opinião dos eleitores. Neste sentido, para Pitkin, isto é um tipo de atividade: o representante é ativo como um “fabricante de símbolos”, fazendo dele mesmo um líder aceito. Representação se torna identificação com liderança efetiva. A representação simbólica aparece como uma representação invertida, por que os súditos refletem aquilo que o líder quer, ao invés de exercerem influência sobre ele (MOURA, 2009, p. 54).

Na representação substantiva, os representantes buscam estabelecer políticas favoráveis aos interesses daqueles que representam. Ela se baseia na ideia de agir por outro, não no sentido meramente formal de que tenha sido autorizado ou vá ser considerado responsável, mas considerando a substância real por trás da formalidade: a atividade de representar, a substância da atividade mesma (PITKIN, 1985, p. 13).

A representação substantiva é a defendida por Pitkin, em que ela propõe duas condições para que o conceito de representação seja adequado. A primeira é que a representação seja compreendida como uma atividade mais do que uma relação entre dois termos. Assim, ao representar um principal, o representante compromete-se como se fosse o principal. A segunda é que o conceito de representação deve ser substantivo, pois se refere à substância do que é feito. Nessa concepção é preciso ultrapassar a ideia de prescrever normas para a conduta própria dos representantes ou apenas determinar os meios adequados para o governo representativo institucional, como fazem os adeptos da visão formalista. É necessário, nesta visão, realizar a análise da substância da atividade de representação, indicando como essa atividade se diferencia de outras situações em que uma pessoa age no lugar de outra (LOUREIRO, 2009, p. 65).

(...) se hace relevante la representación como actividad substantiva. Pues la representación no es necesaria allí donde esperamos soluciones científicamente verdaderas, allí donde no están involucrados compromisos de valor, decisiones, ni juicios. Y la representación es imposible (excepto em um sentido descriptivo, simbólico o formalista) allí donde se exige una elección totalmente arbitraria, donde la deliberación y la razón son irrelevantes. Necesitamos la representación precisamente allí donde no nos contentamos com abandonar las cuestiones em manos del experto; podemos tener una representación substantiva sólo allí donde el interes se vea implicado, es decir, allí donde las decisiones no son meras decisiones arbitrarias (PITKIN, 1985, p. 236).

Hanna Pitkin afirma que alguns teóricos da representação fazem analogias acerca da representação, comparando o representante com um advogado, um delegado ou um embaixador, mas não concorda com esta ideia e assim se expressa:

Do caos das muitas analogias e expressões adverbiais, e das muitas implicações de cada uma, emergem três idéias principais: a idéia de substituição ou agir no lugar de alguém, a idéia de tomar conta ou agir no interesse de alguém e a idéia de agir como subordinado, sob instruções, de acordo com os desejos de outro. Nenhuma das três, por si mesma, revela-se um equivalente satisfatório da idéia de representação (PITKIN, 1967 apud LOUREIRO, 2009, p. 66).

Para Pitkin, é preciso considerar o conteúdo substantivo da representação, ou seja, o que acontece durante o processo. Em outras palavras, é preciso entender o que é a substância da atividade da representação e como esta atividade difere de outras formas em que uma pessoa é destinada a agir no lugar de outras. Não é suficiente saber se um agente representa, mas se ele está representando bem ou mal, por isso é necessário, segundo ela, ter uma concepção substantiva da representação que indica o que o representante faz (*acting for*) e o que o representante é (*standing for*) (LOUREIRO, 2009, p. 67).

El concepto de representación se configura así como uma continua tensión entre el ideal y el logro. Esta tensión no debería arrastrarnos ni a abandonar el ideal, retrocediendo a una definición operativa que acepta todo lo que hacen aquellos que comúnmente son designados como representantes, ni a abandonar su institucionalización y escapar de la realidad política. Antes al contrario, esa tensión debería hacer presente um desafío continuo aunque no desesperanzado: construir instituciones y entrenar a individuos de tal forma que se comprometan em la consecución del interés público, em la genuína representación del público; y, al mismo tiempo, seguir siendo críticos com tales instituciones y con tales aprendizages con el fin de que

siempre se muestren abiertos a posteriores interpretaciones y reformas (PITKIN, 1985, p. 267).

Apesar de abrir um importante caminho para que a representação fosse repensada nas democracias contemporâneas, Hanna Pitkin adere a ideia de que o melhor seria a democracia direta e entende que a democracia representativa seria apenas uma alternativa inevitável. Em artigo mais recente, reproduzido no Brasil, em 2006, na revista *Lua nova*, ela retoma o dilema entre mandato ou independência e termina reafirmando que a dignidade da política só se concretiza na democracia direta, que proporciona uma alternativa real para este dilema (PITKIN, 2006, p. 43). Para ela “a representação como uma atividade substantiva parece estar distante das realidades da vida política” (PITKIN, 1967, apud LOUREIRO, 2009, p. 72)

Dessa forma, Hanna Pitkin introduz a noção de representação democrática no debate teórico, mas acaba por descaracterizá-la. Outros autores, portanto, passam a retomar a concepção de democracia representativa, buscando analisar o desenvolvimento da sociedade contemporânea e acrescentam a este debate às teorias críticas acerca do reconhecimento e da inclusão.

Uma das autoras que procuram entender a complexidade do termo representação é Anne Phillips. Ela desenvolve em seu trabalho a concepção de Pitkin de que a representatividade implica em o representante agir de forma responsiva junto aos representados. Afirma que a mudança da democracia direta para a representativa teria modificado a ênfase de *quem* seriam os políticos para o *quê* eles estariam representando, ou seja, políticas, ideias, preferências (PHILLIPS, 2001, p. 271).

A qualidade da representação é, assim, vista como dependente de mecanismos mais firmes de responsabilização e prestação de contas, que vinculem mais estreitamente os políticos às opiniões que eles afirmam representar. Onde tais processos são exitosos, eles reduzem o arbítrio e a autonomia dos representantes individuais; no processo, parecem minimizar a importância de quem esses indivíduos possam ser (PHILLIPS, 2001, p. 272).

Todavia, alerta ainda Phillips, entendendo apenas assim a representação, não se leva em conta o sentimento de exclusão política que possuem os diferentes grupos definidos por seu gênero, etnia ou raça. Ela afirma que muitos argumentos correntes acerca da democracia giram em torno de demandas por presença política,

como, por exemplo, demandas pela representação igual de homens e mulheres, ou pela inclusão de diferentes grupos étnicos ou, ainda, pela inclusão política de grupos que têm sido considerados marginalizados. Segundo ela “a política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença” (Idem, p. 272) Isso porque, em síntese, a ênfase na política de ideias teria se mostrado inadequada para os problemas da exclusão política.

Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos e noções de representação “típica”, “especular” ou “descritiva”, portanto, têm retornado com força renovada (Idem, p. 273).

No entanto, a autora preocupa-se com mecanismos que associam uma representação justa apenas com a questão da presença política. A tese principal que Phillips defende é a de que embora a política de ideias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão política, não se pode ganhar muito apenas com uma política de presença. Afirma, então, que o problema é quando os dois tipos de políticas são colocados como opostos que se excluem, pois estas devem estar relacionadas.

Outra autora que trata da questão da representação é Iris Young (2006). Esta concorda com Pitkin sobre os diversos sentidos que lhe foram atribuídos, problematizando e buscando complementar os diferentes aspectos de cada visão da representação. Para Young (2006), a representação deve ser vista como um processo de antecipação que flui entre representantes e representados, a partir da participação em atividades de autorização e prestação de contas.

A autora busca conceitualizar a representação sem se pautar numa lógica identitária, ao invés disso, ela concebe a discussão e a deliberação democráticas como processos mediados e dispersos ao longo do espaço e do tempo. Ela é contrária a essa imagem de substituição ou identificação: a representação é um processo de “relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (YOUNG, 2006, p.142). Mais ainda, “a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante” (Idem, p. 148).

Para Young, o representante não é alguém que se põe em lugar dos representados, mas deve haver uma forma de conexão entre eles que faça com que os representantes se sintam representados, mesmo que haja um afastamento entre eles e apesar da dificuldade de se manter esta conexão, é ela que garante sistemas representativos mais democráticos.

Em vez de interpretar o significado normativo da representação como o ato de propriamente pôr-se pelos eleitores, devemos avaliar o processo de representação de acordo com o caráter do relacionamento entre o representante e os eleitores. O representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar de alguma forma *conectado* a eles, assim como os eleitores devem estar conectados entre si. Os sistemas de representação, por vezes, deixam de ser suficientemente democráticos não porque os representantes deixam de se pôr pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles. Nas democracias de massa modernas, as relações entre representantes e eleitores de fato se rompem facilmente: o difícil é mantê-las. (Idem, p. 149-150, grifo no original)

Young sugere três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas.

Ela define o interesse como sendo aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida das pessoas ou para as metas das organizações. Isso inclui tanto os recursos materiais quanto a habilitação para exercer capacidades de expressão cultural, de influencia política e de interferência nas decisões econômicas. Os interesses são conflitantes tanto entre os agentes, como também nas ações de um único agente (YOUNG, 2006, p. 159). A representação de interesse, para a autora, é recorrente na prática política, por isso ela não retoma este ponto em profundidade, apenas assinala que faz parte do processo de livre associação na democracia comunicativa, na qual as pessoas têm a liberdade de criticar e organizar interesses e pressionar para que estes entrem na agenda política (Idem, p. 159).

Com relação às opiniões, Young as define como sendo os princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa e que fundamentam seu juízo sobre quais políticas seguir e quais fins devem buscar.

Opiniões certamente são contestáveis, e freqüentemente algumas podem se mostrar mais bem fundamentadas que outras. No entanto, uma democracia comunicativa requer a livre expressão e o questionamento de opiniões, bem como uma ampla representação de opiniões em discussões que levem a decisões políticas (YOUNG, 2006, p. 160-161).

Os partidos políticos seriam o veículo mais comum para a representação de opiniões, pois, frequentemente, elaboram programas e organizam temas políticos que se propõem a representar de forma geral o eleitorado, embora existam outros tipos de associações menores, que também desenvolvem esse papel (Idem, p. 161)

Trazendo o ponto de vista da concepção substantiva e identificando-a com os interesses a serem representados, ela afirma que há distinção entre posição formal ou legal da pessoa e àqueles que ela realmente representa, em termos de ações.

Tenho argumentado que os grupos sociais estruturais não devem ser pensados de acordo com uma lógica substancial, que os definiria segundo um conjunto de atributos que seriam comuns a todos os seus membros e constituiriam suas identidades, mas a partir de uma lógica mais relacional, em que os indivíduos seriam compreendidos como posicionados nas estruturas dos grupos sociais, sem que estas determinem suas identidades (Idem, p. 161).

Young defende a representação através da noção de perspectiva social, ou seja, as pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento.

(...) as posições sociais estruturais produzem experiências particulares, relativas ao posicionamento, e compreensões específicas dos processos sociais e de suas conseqüências. Cada grupo diferentemente posicionado tem uma experiência ou um ponto de vista particular acerca dos processos sociais precisamente porque cada qual faz parte desses processos e contribui para produzir suas configurações (Idem, p. 162).

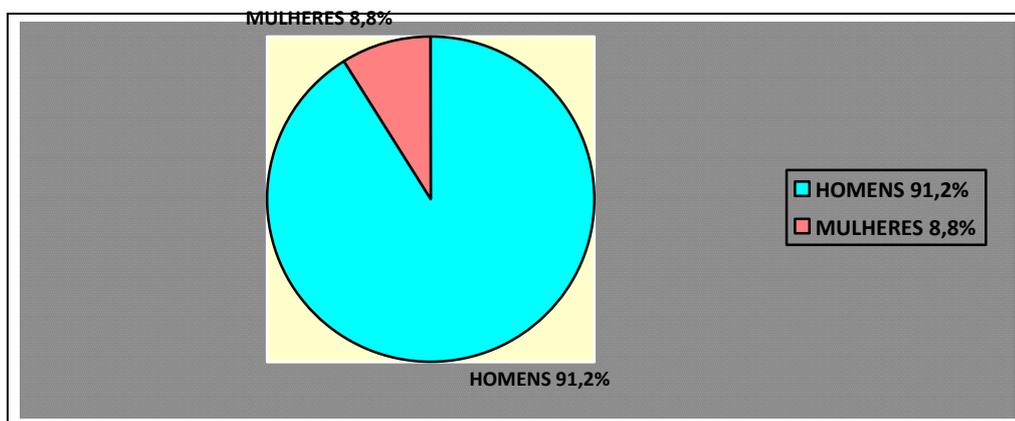
Para Young, uma democracia mais justa implica em que houvesse mecanismos para o reconhecimento e representação efetivos das distintas vozes e perspectivas dos grupos que são oprimidos e desprivilegiados.

Phillips diverge de Young em sua caracterização da política de presença e não a vê como baseada em qualquer noção firme do que chama por representação de grupo. Phillips acredita que seja na relação entre idéias e presença que se pode chegar a um sistema justo de representação e não na oposição entre uma e outra.

Parece claro que, dificilmente, pode-se chegar a uma discussão mais profícua acerca da necessidade da política de idéias se não houver a questão da presença.

Na verdade, tem persistido o problema da exclusão de vários grupos na esfera política, como é o caso das mulheres no Brasil, pois mesmo com a inserção de dispositivos legais que contém ações afirmativas no sistema eleitoral brasileiro,

ainda percebe-se (como demonstram os dados do TSE) que a representação política tem sido monopólio do gênero masculino, basta observar o resultado das eleições em 2010, em que das 513 cadeiras da Câmara Federal, 468 foram preenchidas por homens e apenas 45 foram ocupadas pelas mulheres. O gráfico a seguir demonstra esse resultado em percentuais:



Fonte: <http://www.tse.gov.br>, acessado em 01/11/2010.

**Gráfico 1 – Resultado das Eleições para a Câmara de Deputados em 2010, cargo/sexo**

Constatada a sub-representação da mulher na Câmara de Deputados, torna-se relevante para dar continuidade a esta discussão, abordar sobre a teoria política que trata da inclusão e do reconhecimento como cruciais à representação. Essa abordagem pressupõe a necessidade de novos sujeitos ou grupos, como as mulheres, por exemplo, conquistando destaque na esfera política, sobretudo nas instâncias de representação.

## 1.2. A REPRESENTAÇÃO E A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO

Este subcapítulo discutirá as principais teses acerca da teoria do reconhecimento de três cientistas políticas que se tornaram referência no debate sobre a democracia, novos direitos e representação política de grupos até então excluídos do poder: Nancy Fraser, Iris Young e Anne Phillips.

O Reconhecimento é uma nova categoria de teoria crítica, que permite a interpretação e análise de problemas contemporâneos, embasando o debate acerca da identidade e da diferença e tem sido um conceito central na teoria social contemporânea.

A inclusão da diferença é um dos focos da discussão teórica atual, que argumenta a favor das diferenças culturais e do reconhecimento social dos sujeitos, na busca por satisfação e valorização das necessidades particulares dos indivíduos, enquanto membros de grupos culturais específicos (TAYLOR, 2000). Vários autores e autoras defendem que essas diferenças devem ser asseguradas pelo Estado Democrático de Direito, pelo estabelecimento da igualdade de direitos, face às desigualdades existentes na sociedade.

Conforme argumentou Céli Pinto “o reconhecimento da condição da diferença, permite uma profícua reflexão sobre a democracia, através da busca de modelos capazes de manter o princípio de igualdade entre todos e, ao mesmo tempo, de acolher as diferenças e necessidades específicas de cada um” (1999, p. 58).

Alain Touraine (2004) afirma que o reconhecimento das minorias e da diversidade cultural só pode ser intelectualmente fundado se houver o reconhecimento de que o princípio de igualdade não é separável do princípio de diferenciação. A sociedade de hoje é uma sociedade multifacetada, que abriga inúmeras culturas, costumes, formas de vida, e, é preciso reconhecê-las com igual peso e força na tomada de decisões para o desenvolvimento de uma sociedade democrática mais justa. Afinal esse é um desafio à própria democracia, pois “como valor universal a ser defendido e garantido” (PINTO, 1999, p. 56) precisa oferecer respostas ao reconhecimento das diferenças culturais.

A noção de que, para a consolidação da democracia, é preciso uma política de diferença e de reconhecimento de direitos específicos a determinados grupos considerados minoritários ou excluídos (como as mulheres, negros, deficientes entre outros) é um debate atual no campo da teoria política.

Nancy Fraser, Iris Young e Anne Phillips são teóricas que trazem a preocupação com a questão da desigualdade social e procuram apresentar propostas para uma democracia representativa que se desenvolva de forma mais justa.

Para Nancy Fraser o tema do reconhecimento deve ser tratado como uma questão de status social. A autora entende que é preciso superar a subordinação ao estabelecer que o grupo não-reconhecido é composto por membros efetivos da

sociedade, que são capazes de participar no mesmo nível que outros membros, buscando, assim, uma paridade de participação (ou paridade participativa). Nesse caso, o não reconhecimento significa uma subordinação social ao impedir de participar como os demais na vida social (FRASER, 2007, p. 117).

Segundo Fraser, para que ocorra uma verdadeira paridade participativa, unindo redistribuição e reconhecimento, são necessárias duas condições: uma condição objetiva, em que a distribuição dos recursos materiais deve assegurar que todos tenham direito à voz e uma condição subjetiva, em que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem respeito igual para com todos os participantes e ofereçam oportunidade para alcançar estima social (Idem, p.125-126). Nesse aspecto, também encontra dificuldade de implementação, pois é difícil apurar o que, de fato, as pessoas não reconhecidas necessitam para desenvolverem a capacidade de participar da vida social com os seus pares. Ela afirma que ninguém deve iludir-se ao ponto de acreditar que todos necessitam exatamente das mesmas coisas em cada contexto (Idem, p. 128).

Ao basear sua teoria do reconhecimento na idéia de status social, pensa esse conceito em termos de um status que necessita ser reconhecido pelos padrões institucionalizados de valor cultural e não através de uma auto-realização ética. Assim, os atores podem participar de forma paritária na interação social.

Fraser ainda procura integrar as noções de distribuição e reconhecimento a partir de uma concepção bidimensional de justiça social. Nesse sentido, a política de redistribuição não abrange somente orientações centradas em classes sociais, pois é mais ampla. Ela compreende que as injustiças são sócio-econômicas e estão enraizadas na economia política, por isso propõe uma reestruturação político-econômica na sociedade contemporânea. Em outro sentido, a política de reconhecimento norteia os movimentos sociais que visam revalorizar identidades injustamente depreciadas. Assim, o remédio para as injustiças seria uma transformação cultural ou simbólica, onde determinados grupos não estariam definidos pelas relações de produção, mas, sim, pelas relações de reconhecimento, distinguindo-se pela menor estima, honra ou prestígio que desfrutam em relação a outros grupos sociais (FRASER, 2008, p. 169-171).

A autora sustenta em relação às problemáticas de redistribuição e de reconhecimento, que os aspectos emancipatórios de ambas necessitam de

integração, num modelo que seja abrangente e, também, singular. Ela acredita que a tarefa seja, em parte, a elaboração de um conceito amplo de justiça, que acomode as reivindicações tanto de igualdade social quanto de reconhecimento da diferença (FRASER, 2007, p.101-138).

Ela afirma que:

Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma por si só basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as duas lentes. Quando tal acontece, a justiça surge como um conceito que liga duas dimensões do ordenamento social – a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento* (FRASER, 2002, p. 5).

Dessa forma, Fraser entende que existe a necessidade de reconhecimento efetivo de determinados públicos alternativos (*subaltern counterpublics*), que são permeados por discursos de oposição, muitas vezes discriminados e excluídos da “esfera pública oficial”. A partir dessa noção, ela recusa a ideia de que esses discursos alternativos e de oposição façam parte de uma esfera pública homogênea, mas defende que existem várias esferas públicas, e estas são autônomas e, na maioria das vezes informais, mas trazem a arena pública debates e contribuições relevantes numa sociedade cada vez mais pluralista, que enfrenta dificuldades de se constituir como esfera pública comum (FRASER, 1992 apud LUBENOW, 2010, p. 132).

Outra autora que procura formular uma teoria política acerca da democracia e da luta por reconhecimento das diferenças a partir da análise dos movimentos sociais é Íris Young. Ela passa a refletir sobre algumas reivindicações sobre justiça e injustiça presentes na política desses movimentos e tenta explorar seus significados e implicações. Esta autora procura desenvolver um modelo de democracia deliberativa que ofereça a possibilidade de espaço da diferença. Ela entende que a universalização das normas de grupos dominantes nas políticas de distribuição são injustas e provém de uma dicotomia entre a ordem cultural e a ordem econômica (YOUNG, 1990, 2000).

Young defende que a democracia deliberativa deve incorporar um alcance mais vasto de formas de comunicação que inclua todos os grupos sociais e culturais,

ainda que diferenciados na sua forma e no seu acesso ao poder (YOUNG, 2000, p. 45).

A autora aceita a centralidade da deliberação para a formação de uma democracia autêntica, mas entende que é preciso conceder formas alternativas e culturalmente situadas para que possam se expressar, pois se deve levar em conta os grupos subordinados e marginalizados da sociedade. (Idem, p. 52-80).

Em seu artigo “Representação política, identidade e minorias” (2006) a autora apresenta argumentos que defendem uma representação especial das perspectivas sociais, pois entende que, de outra forma, estas seriam excluídas ou marginalizadas. Ela também aponta os diversos canais institucionais existentes para a efetivação da representação de grupos.

Contudo, Nancy Fraser acredita que Young tenha cedido demais às reivindicações pelo fim das desigualdades culturais e, por isso, negligenciado aspectos econômicos que só uma integração entre redistribuição e reconhecimento pode contemplar. A crítica fundamental feita à Young por Fraser é acerca de algumas ambigüidades em seus conceitos centrais. Segundo Fraser, Young mistura elementos de dois paradigmas distintos: redistribuição e reconhecimento e não procura integrá-los.

Todavia, Young rejeita qualquer dualismo que venha a dividir as questões de justiça social. Ela entende que é preciso evitar a distinção entre cultura e economia política e prefere trabalhar a ideia de cinco faces da opressão – exploração, marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência, pois acredita que “Fraser exagera o grau em que uma política de reconhecimento se afasta das lutas econômicas” (YOUNG, 2009, p. 194). Young critica a estratégia polarizadora de Fraser e argumenta ser mais produtivo pluralizar as categorias e entendê-las como diferentemente relacionadas a grupos e questões sociais específicos, tanto teoricamente quanto politicamente.

Em suma, as autoras entendem que para haver justiça social em um Estado democrático é necessário possibilitar uma participação de todos os membros da sociedade no processo comunicativo da vida social, portanto preocupam-se em desenvolver um arcabouço teórico que permita analisar a questão do reconhecimento neste processo.

Fraser propõe uma concepção bidimensional de justiça cujo núcleo é a participação paritária, na qual a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade interagir uns com os outros como pares, mas para ela, é preciso complementar o conceito de reconhecimento com o de redistribuição. Já Young entende que o desejo de Fraser de dicotomizar questões de justiça entre economia e cultura produz categorias demasiado rígidas. Young então sugere que uma categorização mais plural orienta melhor a ação porque mostra como as lutas podem ser dirigidas para diferentes tipos de objetivos e políticas.

Fraser procura chamar a atenção para os perigos de reduzir os problemas de distribuição a uma estrutura de condições intersubjetivas de reconhecimento, como são propostos por Iris Marion Young. Para Fraser, “o não-reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto uma séria violação da justiça” (FRASER, 2001, p. 26).

O que essas teorias têm em comum é a convicção de que as lutas de identidade apenas possuem legitimidade na medida em que todos os grupos possam ter acesso ao espaço público político para se fazer ouvir, através da via da representação. Nesse sentido, a importância da reflexão acerca da questão do reconhecimento na sociedade contemporânea para avançar no sentido de uma democracia que seja permeada pela justiça.

É necessário que exista a inclusão política de grupos que são sub-representados nos processos democráticos, especialmente quando estes grupos são minoria ou estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2000, 2006) ou culturais, como no caso das mulheres.

Nos espaços de representação política em todo o mundo, existe um quadro de exclusão das mulheres, conforme relata Ferreira:

Ao analisar a presença das mulheres no legislativo em diferentes países da América Latina, do Caribe, dos Estados Unidos e da África pudemos perceber que a representação feminina ainda é bastante desigual. Mesmo em países que passaram por processos revolucionários recentes como foi o caso de Moçambique a representação das mulheres reflete uma iniquidade de gênero (FERREIRA, 2004, s/p).

Anne Phillips (2001), analisando a questão da exclusão política de alguns grupos nos mecanismos representativos tradicionais, oferece um caminho interessante para entender a relação representante/representado e os limites da representação, buscando um sistema mais justo que incorpore tanto ideias, quanto presença. Segundo ela, a democracia liberal sempre viu a representação como sendo uma questão de ideias, pois considera a representação tanto mais adequada quanto melhor reflete as opiniões, as preferências dos votantes.

A visão de uma boa representação é aquela que prima por consolidar a democracia, que insere em seu bojo grupos que historicamente têm sido excluídos do alcance do poder político, entretanto, Phillips sugere, como Hanna Pitkin já assinalava, que uma ênfase excessiva sobre quem está representando desvia o olhar para questões mais emergentes sobre o quê os representantes realmente fazem, pois representar significa agir em prol dos interesses dos representados.

Contudo, essa perspectiva, precisa contemplar o sentimento de exclusão política sentido por grupos definidos por seu gênero, etnia ou raça. É uma política de ideias sendo desafiada por uma política de presença. Esta constante demanda por igualdade política reforça a discussão sobre a separação entre quem e o que está sendo representado, bem como uma subordinação do primeiro ao segundo conduz ao desafio de uma política alternativa a política de ideias: a da presença. Esta demanda tem emergido constantemente de movimentos sociais, como o movimento feminista, por exemplo. Phillips sustenta que é necessária uma combinação entre idéias e presença para se chegar a um sistema justo de representação (PHILLIPS, 2009).

Por esse caminho Fraser aborda a questão da luta por reconhecimento. Para ela essa é uma luta pelo poder e o objetivo deve ser alterar relações de poder para que haja direitos iguais ou universais. A luta por reconhecimento é para a inclusão e toda a luta contra a injustiça implica demandas por redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2001, p. 245).

Por fim, neste capítulo procurou-se apresentar o atual debate de algumas das principais teóricas (Fraser, Young e Phillips) que discorrem acerca da importância da representação de grupos até então excluídos do poder, como o de mulheres, por exemplo. Todas essas autoras, mesmo que de maneiras diferentes, chamam a atenção para uma questão que é fundamental: a necessidade de incluir a

diversidade nas instâncias de poder político. Promover maior participação política de grupos que têm sido excluídos desses processos na sociedade. Esses espaços devem ser capazes de reproduzir a pluralidade existente na sociedade como um todo, por ser essa uma condição fundamental para que os direitos das diferentes identidades sejam defendidos.

### 1.3. CAPITAL POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO

Este item vai abordar o conceito e classificação de capital político, pois se entende que essa análise se reveste de importância nas discussões sobre representação política, haja vista que o acúmulo desse tipo de capital define os lugares a serem ocupados pelos indivíduos no campo político. Neste campo, apenas aqueles agentes que detêm capital político são capazes de gerar efeitos sobre ele, influenciando o cenário político.

Uma primeira classificação do capital político em seus subtipos foi feita por Bourdieu em sua obra *O Poder Simbólico*. Ele introduz a idéia de capital simbólico, como uma espécie de *crédito* social, isto é, algo que depende fundamentalmente da *crença* socialmente difundida na sua validade. “O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá aquele que o exerce. Um crédito com que ele o credita” (BOURDIEU, 2006, p. 188). O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico e depende muito, portanto, do reconhecimento fornecido pelos próprios pares. “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (Idem, p. 188).

Miguel sintetiza a noção de capital político, elaborada por Bourdieu, quando diz que este capital “baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política)” (MIGUEL, 2003, p.121). Assim o capital político consiste no reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente (Idem, p. 115). Nessa concepção, o capital político significa, em síntese, o reconhecimento da legitimidade de determinado indivíduo para agir na política, portanto para a ocupação de posições dominantes no

campo político e poder avançar na carreira política é necessário o acúmulo desse tipo de capital.

As espécies de capital político catalogadas por Bourdieu podem ser resumidas em três categorias: capital delegado; capital convertido e capital heróico.

O capital delegado de uma autoridade política é como aquele do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: “*é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade*” (BOURDIEU, 2006, p. 191). Miguel afirma que, nesse caso, o político é o depositário de um capital que pertence, na verdade, à organização e que é possível encaixar aqui os detentores de cargos públicos em geral (MIGUEL, 2003, p. 121).

O capital convertido ocorre quando a notoriedade e popularidade são obtidas pelo agente em outras áreas e acabam sendo utilizadas no campo político (BOURDIEU, 2006, 190). É como no caso do capital acumulado por artistas, intelectuais ou esportistas, que o trazem de suas atividades anteriores e que contam, por meio da conversão, quando ingressam na vida parlamentar.

Miguel procura explicar essa espécie de capital da seguinte forma:

Neste caso, é relevante identificar a “taxa de conversão”, que varia de espécie de capital para espécie de capital e é função das próprias lutas políticas. Quando, por exemplo, um esportista ingressa na vida política, ser-lhe-á imposta uma taxa de conversão desfavorável, tornando improvável que ele alcance uma posição de primeira grandeza. Já o capital cultural pode obter uma taxa de conversão melhor. Uma outra espécie de conversão pode partir do capital *econômico*, que é, como se sabe, um bom apoio para o sucesso político (MIGUEL, 2003, p. 121).

O Capital heróico ou profético é entendido por Bourdieu, como o capital pessoal que já não se dá de forma tão lenta, refere-se ao carisma que o agente possui, fruto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos. É, na verdade, expõe Miguel, uma subespécie do capital convertido (MIGUEL, 2003, p. 121).

(...) ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e a acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou (BOURDIEU, 2006, p. 191).

O teórico Luís Felipe Miguel entende que “na situação brasileira, em que as instituições partidárias são frágeis e o capital político próprio *dos partidos* é seguramente minguado (salvo raras exceções), é necessário reformular as categorias propostas pelo sociólogo francês” (Idem, p. 121). Sendo assim, o autor propõe apenas dois subtipos básicos de capital político: o capital delegado e o capital convertido.

Nessa classificação, segundo a realidade brasileira, o capital delegado é entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. A notoriedade provém de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos, de confiança, no Poder Executivo e da militância partidária. Já o capital convertido advém da popularidade conseguida em outros campos e é deslocada para a política, além disso, é, por vezes, oriundo da transferência do capital econômico, por meio de campanhas eleitorais dispendiosas (Idem, p. 121).

A partir daí podem ser esboçadas duas trajetórias políticas ideal-típicas. Para o político do tipo “capital delegado”, a carreira política faz-se paulatinamente, começando com os cargos eletivos mais baixos (Vereador); ou então, após longas estadas em cargos públicos ou partidários (...). O político do tipo “capital convertido”, por outro lado, possui grande capital não-político e busca convertê-lo de modo a logo alcançar uma posição mais elevada (MIGUEL, 2003, p. 121-122).

A partir dessa conceituação e classificação pode-se balizar a análise empírica acerca de qual espécie de trajetória política possuem as parlamentares estudadas, como tem se delineado a carreira dessas mulheres em sua atuação na Câmara de Deputados, bem como na campanha eleitoral a fim de comprovar as hipóteses levantadas neste trabalho<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Esta análise ocorre nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

## 2. SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL

Este capítulo, objetiva apresentar o debate feminista e a trajetória que o movimento percorreu no século XX e tem percorrido no século XXI, principalmente no Brasil. Além disso, apresentará o debate acerca da lei de cotas na legislação eleitoral do país e a discussão acerca da possibilidade de representação feminina dentro dos limites do sistema partidário brasileiro.

Ao reconstruir brevemente o histórico do percurso do movimento feminista e as teorias políticas que tem permeado essas lutas, espera-se destacar algumas posições que auxiliem no entendimento acerca do reconhecimento das diferenças, que embasam a ideia da necessidade de maior presença da mulher na política institucional. Além disso, servirá como importante base teórica para analisar o conteúdo empírico deste trabalho, que foca na atuação e discurso de mulheres que conseguiram ultrapassar as barreiras da exclusão política.

### 2.1. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Há uma gradativa mudança de mentalidade na sociedade, fruto do impacto da ação política do movimento feminista, que têm, nas últimas décadas, procurado transformar a condição social das mulheres.

(...) a crítica feminista à democracia representativa, no que diz respeito aos seus limites de inclusão de sujeitos políticos fora do padrão clássico por onde se constitui a representação – homem, branco, e pertencente a segmentos mais abastados - foi e tem sido extremamente importante para os grupos tradicionalmente considerados fora do poder (ARAÚJO, 2006, p. 208).

Entretanto, apesar do aumento da participação da mulher na maioria dos setores da sociedade, esta ainda sofre discriminação nas relações sociais de gênero, pois não se alterou a hierarquia existente em determinadas instâncias de poder, predominantemente masculinas, como os espaços de política institucional.

Essa hierarquização tem sido reproduzida pelos meios de socialização presentes na família, na escola, na mídia, na sociedade em geral e, conseqüentemente, reflete-se na esfera político-partidária.

Nesse sentido Araújo comenta:

Do ponto de vista histórico, as mulheres ingressam posteriormente nos sindicatos e associações de classe pelo simples fato de terem seu ingresso massivo no mercado de trabalho e em esferas públicas monitorado ou mesmo negado. De igual modo só mais tardiamente tiveram acesso/direito a aspirar a determinadas profissões: e ainda, por força da divisão sexual do trabalho, a inserção em práticas partidárias mais internas, que possibilitam, também, uma via de formação de um capital político através de controle da máquina ou de formação de redes, foi e continua até os dias atuais mais difícil para as mulheres (ARAÚJO, 2006, p. 209).

Ao analisar a trajetória percorrida pela mulher no desenvolvimento de sua cidadania, vê-se que a mulher brasileira, ainda no início do séc. XX estava envolvida, essencialmente, nas atividades da esfera doméstica e a identidade feminina era dada apenas pelo papel que desempenhava no âmbito familiar.

Nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo (PINTO, 2003, p. 13).

Após o surgimento do movimento feminista nos Estados Unidos, que logo se expandiu a muitos outros países, iniciou-se maior debate e reflexão acerca da condição da mulher, chamando a atenção da sociedade para a opressão a que estava submetida, devido à posição subordinada em que se encontrava.

Um ponto relevante da contribuição dos estudos feministas tem sido exatamente o de mostrar que a não-presença das mulheres nas instituições políticas clássicas de poder representativo não poderia ser interpretada como um problema da esfera individual, de suas escolhas pessoais, mas como um problema envolvendo a política e os padrões de construção e inclusão democráticas; como um problema social, relacionado com seu lugar na estrutura socioeconômica e familiar; assim como cultural, relacionado com os valores e as atitudes predominantes em relação ao gênero, ou seja, como problema coletivo, envolvendo a construção e a natureza da democracia (ARAÚJO, 2006, p. 209).

No Brasil, a primeira fase do feminismo focou na luta das mulheres pelos direitos políticos, através da participação eleitoral, como candidatas e eleitoras, e se estende da virada do século XIX para o século XX, quando elas adquirem o direito de votar. No entanto, são identificadas diferentes vertentes no movimento. Para Céli Pinto (2003) pelo menos três dessas vertentes são mais claras. A primeira, liderada por Bertha Lutz tem como principal preocupação a incorporação da mulher como sujeito que possui direitos políticos. Esse feminismo teve um alcance nacional, mas possuía alguns limites muito precisos:

(...) nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs. Esta parece ser a face bem comportada do feminismo brasileiro do período (PINTO, 2003, p. 14).

Costa aponta que, em linhas gerais,

Esse primeiro momento do movimento feminista [...] pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativas para suas demandas (COSTA, 2009, p.56).

Mais especificamente, sabe-se que foi na Constituinte Republicana de 1890 que surgiram as primeiras manifestações em favor do direito político para as mulheres brasileiras, embora a primeira constituição republicana não tenha feito referência expressa à mulher (PINTO, 2003, p. 37). Já em 1921, começa a campanha pelo voto feminino, no cenário político do país.

A segunda é a vertente do chamado feminismo difuso, que se expressou nas múltiplas manifestações de uma imprensa alternativa, formada por jornalistas, escritoras e professoras, em sua maioria. Contudo essas manifestações não apresentavam destaque tão relevante perante as elites políticas e culturais da época. Todavia, é necessário entender, como ressalta Pinto (2003) que essas discussões apontaram um momento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira para muitas pessoas que estavam excluídas do campo político e de atividades públicas em geral.

Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres tem um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. (...) Esta é uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX (PINTO, 2003, p. 15).

A terceira vertente, segundo Pinto, se manifestou no movimento anarquista e, depois, no Partido Comunista. Eram mulheres trabalhadoras e intelectuais, que militavam nos movimentos de esquerda e defendiam, de forma mais radical, a questão da exploração do trabalho, associando as lutas feministas aos ideais anarquistas e comunistas. Este é considerado o menos comportado dos feminismos.

No Brasil da última década do século XIX e das primeiras décadas do século XX começavam a surgir movimentos de opinião à revelia do pacto oligárquico que se reproduzia sem maiores problemas no poder. E, mais importante, havia espaço para que eles se gestassem. Havia um ambiente internacional, mas também uma sociedade que se urbanizava e começava a por em xeque o excludente pacto oligárquico por meio de manifestação de pequenos grupos capazes de tornar públicas suas ideias e demandas. E as mulheres, sem dúvida, faziam parte desse movimento, quer fossem da elite ou da classe operária (PINTO, 2003, p. 39).

Conforme destaca Avelar,

(...) se recuperarmos as primeiras manifestações das mulheres brasileiras na direção de maior igualdade, veremos que a estrutura da sociedade patriarcal e a posição das mulheres na hierarquia social constroem manifestações mais incisivas (AVELAR, 2001, p. 18).

Em relação a algumas lutas do movimento feminista deste período, pode-se destacar a acirrada discussão acerca do voto feminino na década de 30, em que, ocorre então, a inserção deste direito, no Brasil, por meio da promulgação do novo Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas (Decreto 21.076/32). Neste primeiro momento, somente as mulheres casadas, portando uma autorização de seus maridos, ou mulheres viúvas e solteiras que possuíssem renda própria poderiam votar. Em 1934, a Constituição reafirmou o direito ao voto feminino, eliminando todas as restrições, mas tornando-o obrigatório apenas para aquelas mulheres que exercessem algum tipo de função remunerada em cargos públicos. A obrigatoriedade plena foi instituída na Constituição de 1946, porém a maioria das mulheres apesar de poder votar e ser votada, acaba não participando do processo e permanece excluída dos espaços de discussão política.

A conquista do voto em 1932 não significou para as mulheres uma mudança substancial nos valores sociais então vigentes, uma vez que estas continuaram submetidas a uma estrutura patriarcal conservadora e a um modelo de cidadania que privilegiava a imagem pública como espaço masculino. As mulheres, pela trajetória como se inseriram na política, precisavam de um tempo maior para se adaptar à nova realidade. A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes, continuavam atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político (FERREIRA, 2004, s/p).

Já em 1937 ocorreu, no Brasil, o golpe de Estado de Getúlio Vargas. Nesse período é que a luta das mulheres por seus direitos políticos acabam fundindo-se com a do povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, surge no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia “num esforço para as mulheres participarem de fato da consolidação da democracia e da conquista da igualdade de direitos em termos profissionais, culturais e políticos” (TELES, 1999, p. 48).

De modo geral, nestes períodos, o movimento feminista caracterizou-se a partir de um cunho ainda conservador, pelo menos no que tange a divisão sexual dos papéis de gênero, e até reforçando esses papéis e tradições, ao utilizarem ideias e representações das atividades domésticas e maternas em suas propostas e demandas (COSTA, 2009, p. 56).

Após o golpe militar de 1964 as associações femininas praticamente desaparecem, junto com os demais movimentos populares, embora, nessa época, ainda tenham destaque os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizadas por setores conservadores, para apoiar os regimes ditatoriais instalados no país (TELES, 1999; PINTO, 2003; COSTA, 2009; GIULANI, 2001).

O ano de 1972 marca dois eventos importantes na história do feminismo no Brasil e que revelam um pouco das contradições que perpassaram o movimento no país. O primeiro foi o Congresso Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros e o segundo foram as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, “*que seria uma nova marca do feminismo no Brasil*” (PINTO, 2003, p.46).

A questão feminista, neste período, é considerada um tema progressista, por atingir as formas tradicionais da sociedade, como o poder patriarcal, no entanto,

não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, “o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970” (PINTO, 2003, p. 48).

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, promove o Ano Internacional da Mulher e são organizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em que as mulheres discutem sobre a condição feminina na sociedade, sob a influência do movimento feminista que estava se desenvolvendo na Europa e nos Estados Unidos (COSTA, 2009, p. 59). Este ano é considerado um momento de inauguração do movimento feminista brasileiro.

A luta pelos direitos da mulher é crescente e desponta a partir dos anos 80, trazendo novos enfoques ao movimento feminista, conforme Ferreira,

(...) em virtude do crescimento industrial, que contribuiu para um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, e, na crescente inserção das mesmas, nos cursos superiores. A isto se aliou o processo de redemocratização do País que se instaurou nesse período (FERREIRA, 2004, s/p.).

O movimento avança e aumenta o interesse partidário em incorporar as demandas das mulheres nos programas e campanhas eleitorais, surgindo, inclusive os Comitês Femininos no interior dos partidos políticos (COSTA, 2009, p. 61). Assim, a perspectiva das feministas avança no sentido de repensar sua posição perante o Estado e a inserção da mulher nas instâncias formais da política.

Para Castells (2008) desenvolve-se a construção de uma nova identidade a partir da presença da mulher nos movimentos populares, que transforma a conscientização das mulheres e seus papéis sociais.

Oliveira ao desenvolver o tema afirma que,

As transformações modernizantes pós-1930 possibilitaram a configuração de uma nova feição da condição feminina para as mulheres desse segmento social. Elas tiveram o seu papel social redefinido à luz das mudanças ocorridas na família e nas condições sociais e econômicas. Conquistaram direitos políticos, asseguraram o acesso à educação e ganharam o espaço público do trabalho (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Esse conjunto de fatos contribuiu para ampliar a cidadania das mulheres, encorajando-as, também, a organizarem-se politicamente, mas ainda existem muitas fronteiras a ultrapassar nesta trajetória de exclusão.

Desde que os direitos políticos das mulheres foram assegurados, apenas em 1986 um número mais expressivo destas consegue espaço na Câmara dos Deputados. Ocorre um salto quantitativo da presença de mulheres nessa Câmara apenas em 1986, ano em que 26 são eleitas deputadas constituintes. A intensa mobilização feminista neste período contribuiu para que isso ocorresse, sendo de grande relevância tal representação no Brasil, num período pós-ditadura. Essas 26 deputadas ocuparam uma posição de destaque ao influenciar o Parlamento na elaboração da nova Constituição, a Carta Magna de 1988.

Por intermédio de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o *lobby do batom*, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento (COSTA, 2009, p. 63).

A despeito da grande mobilização de mulheres no final da década de 1980 e da gama de direitos que foram assegurados pela Constituição de 88, o aumento da presença de mulheres na política formal ocorreu de maneira muito lenta e a representação feminina ainda é muito baixa.

O quadro a seguir ajuda a elucidar tal assertiva:

Ano da eleição	Mulheres na Câmara dos Deputados
1932	1
1946	0
1950	1
1954	3
1958	2
1962	2
1965	6
1970	1
1974	1
1978	4
1982	8
1986	26
1990	29
1994	32
1998	29
2002	42
2006	46
2010	46

Fonte: PINHEIRO, 2007, p. 68.

### **Quadro 1 - Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados (1932 a 2010)**

Verifica-se que nas eleições seguintes àquele período da promulgação da Carta Magna, já em 1990, praticamente a mesma proporção de mulheres é eleita para a Câmara dos Deputados. Em 2002 se apresenta mais um pequeno aumento na proporção de mulheres eleitas. Apesar dos avanços a participação da mulher ainda é mínima. Nas eleições de 2006, 46 deputadas foram eleitas e em 2010 este número não aumentou, permanecendo estagnado o crescimento da representação feminina na Câmara dos Deputados, contrariando as perspectivas de que esta representação aumentaria com as mudanças na Lei Eleitoral e com a importante candidatura/disputa de duas mulheres à Presidência da República.<sup>8</sup>

Portanto, constata-se que, apesar do pequeno aumento no número de mulheres na Câmara Federal a partir do final da década de 80, ainda persiste uma sub-representação feminina nos processos de tomada de decisão, mais precipuamente no campo político partidário eleitoral.

<sup>8</sup> No item 2.3. deste capítulo tratar-se-á a respeito da Lei de Cotas na Legislação Eleitoral Brasileira.

## 2.2. A MULHER NA POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA – TEORIAS POLÍTICAS FEMINISTAS

A atuação política das mulheres em esferas não formais de participação, como nos movimentos sociais, foi importante para questionar o papel que a mulher ocupava na sociedade e para levantar questionamentos sobre a situação de exclusão das mulheres no espaço político formal durante grande parte da história nacional.

Nesse sentido, Almira Rodriguez afirma,

No âmbito da sociedade civil organizada, os movimentos de mulheres e feministas vêm dando uma grande contribuição, revertendo lógicas seculares. Primeiro, pontuando a importância da democracia na rua e em casa, construindo o âmbito privado, também e, sobretudo, como espaço de relação de poder e de construção da cidadania. Segundo, publicizando e politizando as opressões e discriminações que circulam em âmbitos privado e público, e transformando-as em objeto de legislação e de políticas públicas, visando a sua superação. Terceiro, construindo a perspectiva de gênero, visão a ser incorporada em todos os espaços, temáticas, relações, processos, que alude à necessidade de se considerar sempre: a história de mulheres e de homens; as repercussões sobre o cotidiano de mulheres e de homens; as representações do feminino e do masculino; as relações entre mulheres e homens, entre mulheres, e entre homens (RODRIGUEZ, 2004, s/p).

A partir dos anos 1970 e 1980 eclode no discurso da esquerda um movimento mais amplo de “valorização das diferenças”, buscando uma argumentação que apontasse as diferenças entre homens e mulheres, a fim de justificar medidas especiais para favorecer a representação feminina (MIGUEL, 2001, p. 257).

Miguel (2001) aponta e sintetiza três linhas de raciocínio na defesa da paridade política: a afirmação de uma diferença moral entre homens e mulheres, de uma diferença de interesses ou de uma diferença estrutural.

A primeira corrente postula uma sensibilidade moral feminina distinta da masculina. Esta linha da corrente feminista incorpora a figura da mãe que se sacrifica pelos filhos.

Nessa ideia a presença de mulheres na esfera política seria justificada pelo fato de serem elas detentoras de determinadas qualidades inatas ao sexo feminino, que as tornariam mais sensíveis e voltadas à defesa de uma sociedade mais justa,

que superaria o caráter agressivo da atividade masculina, tornando a política uma atividade mais branda e voltada à ética, à solidariedade, à justiça e à fraternidade. Neste sentido, dar espaço à representação política feminina seria dar voz a esta outra sensibilidade na esfera pública (MIGUEL, 2001, p. 257).

Esta forma de fazer política, que seria próprio das mulheres, tem recebido o nome de “política do desvelo”, associado a um “pensamento maternal”, e justificaria para os defensores desta tese, a necessidade de adotar mecanismos que promovam a inserção da mulher nos foros de decisão. Os teóricos de tal corrente partem do pressuposto de que a presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, que seria a política típica dos homens.

Segundo Luís Felipe Miguel,

O central, nesta corrente, é a revalorização da esfera familiar, vista como o espaço de realização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com os necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família. Responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que transportariam também para suas outras atividades (MIGUEL, 2001, p.260).

As críticas a esta corrente surgem porque essa “visão maternal” pressupõe uma abordagem essencialista, em que prevalece a divisão do trabalho político, “insulando as mulheres no seu nicho próprio e destinando aos homens as tarefas que, ao menos por enquanto, são as mais valorizadas socialmente” (MIGUEL, 2001, p. 261), pois as posições de menor prestígio das atividades políticas são aquelas para as quais as mulheres se dirigem e, muitas vezes, elas concentram sua atuação nessas áreas sociais porque este é o único nicho disponível a elas no campo político, atuando os homens em áreas com maior visibilidade, como as políticas na administração pública, na política econômica e nas relações internacionais, por exemplo.

A segunda corrente apontada por Miguel é a que presume e relaciona diferenças de interesses entre homens e mulheres, através dos papéis sexuais que estes possuem na sociedade. Dessa forma, a presença de mulheres na política estaria justificada, não porque elas representam uma “política do desvelo”, mas

porque têm interesses próprios, que estão ligados a questões de gênero. Nesse caso, a noção que prevalece é a de que as mulheres são as melhores defensoras de seus próprios interesses.

Miguel aponta que essa perspectiva também é essencializadora, porque nessa corrente há o entendimento de que todas as mulheres possuem os mesmos interesses, e não leva em consideração a existência de outras dimensões do sujeito, como raça ou etnia, posição social, idade etc. Além disso, não é pelo simples fato de ser mulher que uma parlamentar estará, necessariamente, comprometida com a questão feminina.

Parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isto, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes “posições de sujeito”, cujas pressões são variadas e, por vezes, contraditórias (por exemplo, mulher, negra, mãe, trabalhadora manual, evangélica, consumidora de determinado tipo de produtos, usuária de determinados serviços e moradora da periferia) (MIGUEL, 2001, p. 264).

A cientista política Anne Phillips entende que a simples presença de mulheres na política não basta; é preciso que essas mulheres estejam comprometidas com a causa feminista e que se preocupem com uma política de presença versus uma política de ideias. É a ideia de representação como reflexo de opinião, preferência e crenças dos representados, ou seja, o representante agindo no interesse dos representados, como se fosse um advogado. Para Phillips, existem determinadas vivências que só quem já as sentiu estaria apto a descrever e defender.

Essa concepção enseja a idéia da necessidade de um representante para cada indivíduo, o que seria inviável no sistema representativo vigente, por isso na crítica a este entendimento surge uma discussão sobre as múltiplas identidades existentes na sociedade contemporânea. Tem-se aí o debate acerca de como funcionaria a democracia representativa na sociedade contemporânea em que permeiam identidades plurais e fragmentadas.

Para tentar superar essa problemática surge a terceira corrente teórica que justificaria a necessidade de medidas visando promover a presença da mulher nos espaços de poder político formal. Esta noção entende que existe uma diferença estrutural entre homens e mulheres, que está ligada às posições que cada um ocupa na sociedade.

Destaca-se nesta linha de pensamento a autora Iris Marion Young que trata da questão da “perspectiva social” ao invés de “interesse”. Nesse sentido, o que se busca é a inclusão da mulher na esfera política com a finalidade de superar os limites dados pelas desigualdades estruturais impostas, historicamente, por uma sociedade patriarcal e, também, contemplar o pluralismo existente nas sociedades contemporâneas.

Young afirma que esta diferença entre homens e mulheres é um fato dado pela cultura social e não uma condição natural às sociedades. Assim as mulheres diferem em relação aos homens na política (assim como outros grupos excluídos do poder diferem uns dos outros) porque possuem experiências diferenciadas na forma como a sociedade está organizada e tem se desenvolvido ao longo da história. Para Young este é um ponto de chegada e não de partida.

É possível dizer, então, que a diferença significativa, do ponto de vista político, entre mulheres e homens (e entre negros e brancos, trabalhadores e proprietários, etc.) não é uma diferença intrínseca, mas *estrutural*, ligada às posições que ocupam em dada formação social. Assim, a necessidade da presença das mulheres (como de outras minorias) na arena política não é suprimida caso se encontrem outras formas de proteger seus “interesses”, qualquer que seja a forma pela qual eles sejam concebidos. Elas precisam estar presentes nos foros deliberativos e decisórios para que a perspectiva social que incorporam se faça ouvir e participe da construção de projetos coletivos — que, aliás, contempla a própria redefinição dos *interesses* dos envolvidos — que ocorre em tais foros (MIGUEL, 2001, p. 265).

Nessa perspectiva a presença de diferentes grupos sociais é essencial à democracia e possibilita que novas vozes sejam incluídas nos debates e decisões políticas.

### 2.3. COTAS PARA MULHERES NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA

A política de cotas para mulheres é um mecanismo para ampliação do número de mulheres no âmbito político institucional. Como fora ressaltado, as justificativas por cotas trazem argumentos diferenciados, de natureza distinta, mas todas procuram embasar a necessidade de inclusão da mulher nas instâncias formais da política.

Clara Araújo afirma que as justificativas por cotas envolvem argumentos de distinta natureza. Há os que enfatizam aspectos simbólicos, que destacam o impacto sobre o imaginário e a prática política das mulheres. Há os que remetem a dimensões mais teóricas, relacionados à afirmação de identidades e de interesses das mulheres como categoria e que deve haver a justa representação política dos mesmos. Nesse caso seriam necessários mecanismos próprios de acesso às esferas legislativas ou até mesmo a inclusão de mais um critério definidor da representação, baseado na identidade de gênero. E, por fim, há os de tipo mais pragmáticos, que abordam determinados resultados políticos mais imediatos, como, por exemplo, o papel positivo das cotas na legitimidade do sistema político, e/ou o impacto de mais candidaturas femininas sobre as tendências de voto, ampliando a simpatia do eleitorado e produzindo, assim, ganhos partidários (ARAÚJO, 2009, s/p. fls.6-7).

Contudo, independente destas tensões existentes no debate acerca da necessidade de cotas,

(...) vale registrar que a afirmação de distintos valores e interesses políticos das mulheres como grupo, para justificar sua inclusão de forma particular na arena política, tende a ser bastante controversa. Valores e interesses configurados por uma identidade de gênero, anterior mesmo às práticas políticas, tendem a ser recusados por guardar forte marca essencialista, não considerando as diversas clivagens que perpassam as vivências sociais. Isto é válido para análises que consideram necessários novos referenciais de presença na representação política, assim como ações que viabilizem tal objetivo, mas recusam uma justificativa com base em um conjunto de interesses das mulheres como grupo. Neste caso, entre outras razões, apresenta-se um contra-argumento interessante: por não existir interesses fixos e coesos e nem idéias anteriores e dissociadas das práticas políticas é que se torna necessário pensarem medidas de ampliação da presença de mulheres (ARAÚJO, 2009, s/p. fl.7).

Na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995, foram apresentados dados que demonstraram o quadro de exclusão da mulher na política institucional, através de alguns percentuais a nível mundial. No Brasil, no âmbito legislativo estadual e municipal, o percentual de mulheres que compunha as câmaras ficou em torno de 12%, naquele período.

A partir deste cenário houve a recomendação para tomada de medidas, através de legislação e políticas públicas, com ações afirmativas. Assim, muitos países passaram a adotar o sistema de cotas por gênero em suas legislações, “e já

somam 75 os países que adotaram algum tipo de legislação sobre a questão, representando 45% dos países que têm instituições legislativas” (RODRIGUEZ, 2004, s/p).

No Brasil foi promulgada a lei 9.100/95, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte e procurou responder às reivindicações dos movimentos de mulheres, onde no art. 10 § 3º dispõe que “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”. Dois anos depois, a lei eleitoral 9504/97 amplia as cotas por gênero, estipulando que cada partido ou coligação deverá ter o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Recentemente, foi sancionada a Lei 12.034, de 2009, que avança na questão da ampliação da participação feminina no âmbito político, a fim de contribuir para um aumento quantitativo da representação política das mulheres nos partidos. Apresenta o seguinte teor: do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A partir de agora, os partidos têm que destinar 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O partido que não cumprir essa disposição deverá no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação. Além disso, devem reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina <sup>9</sup>.

A expectativa a partir da instituição das cotas é de que as relações de poder possam modificar-se gradativamente, pois tendem a interferir na formação de novas composições dos partidos e, conseqüentemente, dos órgãos diretivos. A discussão sobre as cotas, inseridas na legislação, objetiva incentivar a participação feminina no mundo político, seja nos sindicatos, nos partidos, nas assembléias etc.

O debate na ciência política contemporânea sobre a necessidade de desenvolvimento da democracia representativa através da inserção de camadas excluídas nas diferentes esferas do poder, como a inclusão das mulheres em cargos políticos e nos processos de tomada de decisão, ensejou a defesa da

---

<sup>9</sup> Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, consulta no site: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

implementação de ações afirmativas, como a lei de cotas, no sistema partidário-eleitoral (ARAÚJO, 2001). Estas ações são vistas como formas positivas de reverter, formalmente, o quadro histórico de desigualdade entre os gêneros e contribuir para consolidar a democracia no país.

A ação afirmativa é uma tentativa de romper este círculo vicioso, contribuindo para a redistribuição do capital político — ou, dito de outra forma, para o “empoderamento” (*empowerment*) dos segmentos sociais marginalizados. Em suma, ela se sustenta com a constatação da desigualdade presente na sociedade, sem necessitar de qualquer argumento essencialista ou da crença na “objetividade” de interesses comuns ao grupo. Neste sentido, as vozes das mulheres na política são, sim, “vozes diferentes”. Não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas. A presença das vozes das mulheres — e de outros grupos excluídos politicamente — no debate público representa, então, um passo na direção da realização da democracia, entendida no seu sentido de “autonomia”, isto é, a possibilidade de que os cidadãos e cidadãs fixem, eles próprios, as normas que regerão as suas vidas (MIGUEL, 2001, p. 266).

Todavia, apesar da implementação das cotas, ainda não existe participação efetiva das mulheres no campo político, o que se verifica é uma grande dificuldade dos partidos para completar o percentual exigido por lei e, quando completam, muitas candidaturas são incipientes, pois o Brasil permanece na 106ª posição no ranking mundial de participação política feminina <sup>10</sup>.

Ao comparar os resultados das Eleições de 2006 com as Eleições de 2010 nota-se que este quadro não recebeu alterações em termos percentuais na Câmara Federal, embora o número de candidaturas femininas tenha aumentado significativamente.

**Tabela 3 – Candidaturas por gênero à Câmara de Deputados nos pleitos de 2006 e de 2010**

CANDIDATURAS Cargo : Dep. Federal	Eleições 2006		Eleições 2010	
		%		%
Homens	5.060	87,3	4.587	78,5
Mulheres	737	12,7	1.995	21,5
<b>Total</b>	<b>5.797</b>	<b>100,0</b>	<b>5.841</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE, site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br), visitado em 14/04/2011.

<sup>10</sup> Dados informados no site do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br), em 07/04/2011.

É importante observar que, de uma eleição para outra, aumentou em 8,8% o percentual de candidaturas femininas, o que não resultou em aumento da representação feminina em termos de vagas ocupadas na Câmara de Deputados, pois permaneceu o mesmo percentual de mulheres nessa casa legislativa.

**Tabela 4 – Resultados por gênero das Eleições de 2006 e de 2010**

VAGAS OCUPADAS Cargo: Dep. Federal	Eleições 2006		Eleições 2010	
		%		%
Homens	468	91,2	468	91,2
Mulheres <sup>11</sup>	45	8,8	45	8,8
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>100,0</b>	<b>513</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE, site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br), visitado em 14/04/2011.

O padrão de sub-representação da mulher na política institucional não é um quadro exclusivo do cenário político-partidário brasileiro, mas ocorre em muitos países, principalmente da América Latina. No caso do Brasil, Miguel (2000) afirma que a legislação brasileira de cotas é tímida, pois não prevê a reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas, vagas para candidaturas nos partidos políticos.

Luis Felipe Miguel (2009) quando expõe sobre o assunto de cotas e representação relata:

(...) como observou a cientista política inglesa Anne Phillips, as cotas não ampliam a representação das mulheres, apenas o número de mulheres atuando como representantes. Quer dizer, elas não garantem, por si só, que o sistema político se torne mais receptivo às demandas das mulheres. É importante ter mais mulheres como representantes, pois isso significa, em si mesmo, a superação de uma desigualdade. Mas também é importante fazer avançar a agenda feminista: dar visibilidade às questões de interesse das mulheres e buscar soluções satisfatórias a elas (MIGUEL, 2009, p. 34).

A simples presença obrigatória de candidatas é um estímulo à formação de lideranças políticas femininas (MIGUEL, 2000, p. 100). Todavia, entende-se que, além de aumentar o quantitativo de mulheres no campo político formal, é importante também pensar na trajetória das candidatas, na atuação das representantes em seus mandatos, entre outras questões que envolvem a representatividade.

<sup>11</sup> Estes dados diferem um pouco dos apresentados no Quadro 1, p. 49, devido à diferença nas fontes consultadas, no entanto não alteram significativamente os percentuais, nem a ideia da sub-representação da mulher nestes períodos.

Por este motivo, observar e analisar a atuação das representantes nos espaços de poder político institucional pode apontar alguns indicativos que permitam a ampliação do debate acerca da representação e da necessidade da inclusão da mulher.

#### 2.4. SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Cabe ainda, nesta revisão bibliográfica, apresentar uma breve exposição de estudos sobre o sistema partidário brasileiro. Não é objetivo deste trabalho aprofundar o tema, mas apenas apontar alguns elementos acerca dos partidos políticos no Brasil, já que são tradicionais canais de acesso aos cargos eletivos e importantes vias para a representação política da mulher.

Os partidos políticos são, na democracia representativa, a porta de entrada para a política legislativa, portanto cabe destacar os aspectos do sistema partidário brasileiro que o caracterizam e pensar acerca dos possíveis reflexos às candidaturas femininas. Levam-se em conta os aspectos formais do sistema partidário, não esquecendo, no entanto, de pensar a participação da mulher nos partidos políticos, suas formas de acesso e trajetórias, considerando os aspectos de exclusão política a que as mulheres (bem como outros grupos) foram submetidas historicamente.

Clara Araújo (2005) aponta que a elegibilidade das mulheres pode estar relacionada com aspectos do sistema partidário e eleitoral e com a organização interna dos partidos e sugere alguns limites e possibilidades à participação feminina segundo a estrutura institucional do sistema político. Araújo ressalta que uma das dificuldades da mulher, dentro dos partidos, é a concorrência interna com seus correligionários e, externamente, no processo eleitoral, é a concorrência com os demais candidatos em igualdade de condições. Isso ocorreria devido ao cálculo eleitoral que, a priori, privilegia os parlamentares que já possuem mandato, que são na maioria homens.

A autora afirma também, que o tamanho dos partidos e as suas posições no espectro ideológico tem sido relevantes para a presença feminina nos partidos. Ela constatou que os partidos maiores e os posicionados mais à esquerda no campo

ideológico têm apresentado um número maior de representantes eleitas, embora em função do chamado 'efeito-contágio'<sup>12</sup> esse quadro venha se modificando, ampliando a presença de mulheres nos partidos brasileiros, em geral.

Se observarmos o cenário das candidaturas, notamos que os partidos denominados de 'nanicos' tendem a apresentar elevado percentual de candidatas quando comparados aos partidos maiores. Contudo, a elegibilidade das mulheres é muito pequena, não obstante elas somarem votos para que alguns candidatos possam eleger-se. Nas eleições de 2002, apenas duas, das 42 parlamentares federais, foram eleitas por partidos muito pequenos (ARAÚJO, 2005, p. 198).<sup>13</sup>

Acrescenta, ainda:

O contexto partidário, os efeitos internos aos partidos políticos, no que tange, sobretudo, à sua *ideologia* e à sua *organização*, são aspectos que relacionados às características mais gerais da competição partidária, exercem influência sobre o recrutamento e sobre as chances eleitorais das mulheres (Idem, p. 199).

Araújo ressalta que quanto à dimensão ideológica, a literatura indica que o engajamento político das mulheres tem sido estimulado e até condicionado pelos partidos de esquerda. Ela afirma que os estudos mais recentes corroboram essa tendência (ARAÚJO, 2005, p.199).

Dentre os problemas que podem dificultar a eleição significativa de mulheres no sistema partidário brasileiro, apresentados por Araújo, destacam-se a fragmentação partidária, o personalismo e a debilidade no grau de nacionalização dos partidos, pois não há um consenso, muitas vezes, no que é decidido ou estabelecido como plano nas instâncias nacionais, regionais e locais. Uma influência a esse cenário seria a própria cultura política, que possui uma marca de práticas clientelistas como mediação de acesso a direitos, gerando competição interna nos partidos, numa lógica que dificultaria a inserção de novos atores políticos.

---

<sup>12</sup> O efeito gerado por determinada iniciativa de um partido que, quando positiva, tende a ser incorporada por outros partidos em razão de seu apelo eleitoral (ARAÚJO, 2005, p. 196).

<sup>13</sup> Aqui é interessante ressaltar que apesar da autora observar um número maior de candidaturas femininas nos partidos menores nas referidas eleições, também notou que pouquíssimas se elegeram por esses partidos.

De qualquer forma, Araújo alerta que esses fatores devem ser analisados com parcimônia, pois não são, necessariamente, determinantes à situação das mulheres nos partidos, embora, somando-se a outros fatores possam influenciar em dada conjuntura e apresentar limites à inclusão da mulher na política institucional.

Quanto à dinâmica parlamentar, a autora observa que há certo padrão na atuação dos parlamentares em geral, condicionada pela relação com suas bases eleitorais e que não passa tanto pelas organizações partidárias, a não ser em situações especiais e momentos-chave da vida partidária.

Quanto a isso, não se observaram diferenças entre os sexos. O corte um pouco mais evidente é o ideológico. Em relação às cotas, os parlamentares dos partidos de esquerda referem-se mais constantemente a algumas discussões ocorridas nos diretórios, dominavam mais o tema das cotas e demonstraram ter maior conhecimento acerca da dinâmica e das políticas partidárias do que outros tipos de militantes e até mesmo de dirigentes, sugerindo que ter um mandato pode ser bem mais relevante do que ter uma prática mais constante no partido (ARAÚJO, 2005, p. 209).

Em relação aos investimentos em políticas de gênero, menciona que os registros relacionados às mulheres nos programas partidários ainda apresentam uma forte referência à sua condição de mãe e não à sua condição de sujeito político independente de maternidade ou família e quanto à política de cotas essa aparece mais presente nos partidos definidos como de esquerda e menos nos partidos definidos como de direita (ARAÚJO, 2005, p. 209).

Araújo finaliza afirmando que para ampliação das mulheres no poder, os partidos políticos teriam de comprometer-se efetivamente com a política de cotas, pois vêm respondendo aquém das expectativas em relação ao processo interno que envolve a adoção das cotas. Em suma, ela entende que o desenho partidário e a capacidade de pressão das mulheres nas dinâmicas internas dos partidos podem fazer diferença para o maior sucesso das cotas no Brasil, promovendo critérios que ampliem a representação política institucional e reflitam em maior justiça social.

### **3. A ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA MULHER GAÚCHA NA CÂMARA DE DEPUTADOS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar o perfil das parlamentares, objeto de estudo desta dissertação, a partir da análise da trajetória política destas representantes. Também apresentará dados acerca do trabalho legislativo que as mesmas exerceram na Câmara de Deputados no período estudado, através da análise da participação nos órgãos da Câmara, como Comissões e Procuradorias e das proposições que foram de sua autoria nesta Legislatura. A intenção aqui é a de analisar a atuação das representantes femininas, buscando responder as hipóteses levantadas e tendo como subsídio o referencial teórico escolhido para esta abordagem.

Observou-se que alguns estudos sobre eleições de mulheres no Brasil apontam certa tendência de maior presença feminina nos partidos com posições ideológicas classificadas como de centro à esquerda, em função principalmente da proximidade com movimentos sociais e dos discursos igualitários presentes nas suas plataformas (ARAÚJO, 2005). Essa tendência foi constatada no presente estudo, pois a bancada gaúcha feminina, analisada neste trabalho, é composta somente por mulheres de partidos mais à esquerda no espectro ideológico, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Apesar dessa predominância de deputadas nos partidos ditos de esquerda, vale ressaltar, conforme visto na seção anterior, que esses partidos não estão necessariamente isentos de situações de desigualdade entre mulheres e homens nos momentos eleitorais ou em suas atuações políticas como parlamentares.

A próxima seção apresentará as trajetórias biográficas e políticas das representantes gaúchas na 53<sup>a</sup> Legislatura na Câmara dos Deputados, procurando compreender o capital político que acumularam individualmente e que denota a importância e influência que possuem dentro dos próprios partidos políticos e no

campo político em geral, enquanto figuras públicas que possuem grande potencial de elegibilidade.

Conforme aponta Tabak (2002) o apoio partidário às candidaturas femininas tem aparecido de forma mais incisiva “quando se trata de mulheres capazes de ‘arrastar votos’ para a legenda, graças a seu prestígio próprio” (TABAK, 2002, p.100). Por isso as trajetórias destas mulheres não devem ser compreendidas isoladamente, haja vista que representam formas de acumulação de saberes e recursos que, através das redes sociais nas quais circulam as agentes políticas, formam um capital político crucial no resultado das eleições e nas atividades que desenvolvem enquanto representantes.

### 3.1. TRAJETÓRIAS – QUEM SÃO ESSAS REPRESENTANTES

O objetivo desta seção é apresentar o perfil e a trajetória política das Parlamentares gaúchas que compõem a Câmara de Deputados ao longo de suas carreiras, procurando identificar quem são as mulheres que conquistaram uma posição tão importante na política federal brasileira, conseguindo ingressar em um espaço tão seletivo e, predominantemente masculino, como o Parlamento Federal. Suas trajetórias, profissional e política, trazem informações que podem ajudar a compreender a forma de atuação que desenvolvem na Câmara dos Deputados e os lugares que ali ocupam.

Procurou-se analisar o perfil de cada uma das deputadas para, então, proceder a uma comparação entre as biografias das mesmas<sup>14</sup>.

#### 3.1.1. Perfil e trajetória de Maria do Rosário

Maria do Rosário Nunes é natural de Veranópolis, cidade do interior do Rio Grande do Sul, de colonização italiana. Ela nasceu em 1966, é casada e mãe de

---

<sup>14</sup> Muitas destas informações foram extraídas do artigo: PINTO, C. e MORITZ, M. F. “A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 61-87. Outras informações foram retiradas do site da Câmara de Deputados ou dos *Blogs* pessoais das deputadas.

uma filha com 11 anos. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista. Já estabelecida em Porto Alegre filiou-se ao PCdoB em 1985, permanecendo no partido até 1994. Militou no Sindicato dos professores do Estado do RS (CPERS), atuando em comandos de greve nos anos de 1989 e 1990. Sua profissão é de professora e é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialista em Violência Doméstica, pelo Laboratório de Estudo da Criança da USP. Foi organizadora da obra “Conselho Tutelar: gênese, dinâmica e tendências”, publicada em 2002.

O primeiro cargo eletivo que exerceu foi o de vereadora de Porto Alegre (RS). Foi reeleita e cumpriu, então, dois mandatos. No primeiro mandato, com 26 anos, transferiu sua filiação para o PT, partido ao qual permanece ligada. O segundo mandato como vereadora foi interrompido para se eleger como Deputada Estadual em 1998. Elegeu-se como Deputada Federal em 2002, exercendo o mandato de 2003 a 2007. Reelegeu-se no Pleito de 2006 e exerceu o mandato 2007-2011. Foi novamente reeleita em 2010, mas licenciou-se para exercer o cargo de Ministra-Chefe na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Ela foi líder do PT, Porto Alegre/RS em 1998, membro do Diretório Estadual do PT/RS em 1997-1999 e 2001-2002, foi vice-líder do PT em nível nacional em 2004-2005 e de 2010 até hoje. Concorreu, pelo PT, além dos mandatos já citados, como candidata à vice-prefeita com Raul Pont, em 2004, mas foram derrotados nas urnas por José Fogaça, do PPS. Nas eleições municipais de 2008 concorreu ao cargo de Prefeito de Porto Alegre, disputando o segundo turno com José Fogaça que acabou reeleito.

Rosário, no Congresso Nacional, atuou sempre nas áreas ditas sociais, como de direitos humanos, direitos das mulheres, direitos das crianças e adolescentes e educação. Foi relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Representou a Câmara na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar e foi presidente da Comissão Especial da Lei Nacional da Adoção. Fez parte de muitas comissões especiais ligadas às áreas sociais. Em 2009 presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, atuando em temas que debateram sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020).

Nas eleições de 2010 coordenou o Programa de Governo da candidata Dilma Roussef a Presidência da República do Brasil nas áreas de Direitos Humanos, Educação e Políticas para as Mulheres e após a vitória de Dilma, em janeiro de 2011, Rosário foi empossada como ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cargo que exerce atualmente.

### 3.1.2. Perfil e trajetória de Luciana Genro

A deputada Luciana Genro nasceu em Santa Maria em 1971 e é filha do atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Ela é casada e tem um filho de 22 anos. Aos dois anos de idade já morava em Porto Alegre. Sua atividade política principiou na luta estudantil no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, um tradicional colégio público do Rio Grande do Sul, na capital do Estado. Iniciou muito jovem sua caminhada política, já aos 14 anos. Luciana começou a trabalhar aos 17 anos, como professora de Inglês. Foi eleita Deputada Estadual em 1994, aos 23 anos, recebendo em torno de 17 mil votos, pelo Partido dos Trabalhadores.

No início desta fase política sua figura estava muito ligada a de seu pai, Tarso Genro, mas com o passar dos anos foi se distanciando desta imagem, pois apresentava posicionamentos mais à esquerda que o pai. Ela se reelegeu como deputada estadual em 1998 e elegeu-se como deputada federal em 2002, com quase 100 mil votos, se reelegendo, neste cargo também, em 2006.

Luciana Genro foi expulsa do PT, juntamente com outros políticos, quando exercia ainda o primeiro mandato como deputada federal, em dezembro de 2003, devido às suas críticas e contrariedades em relação ao governo Lula, em muito direcionadas a Reforma Previdenciária promovida neste mesmo ano. Ficou sem partido até 2005, quando fundou o PSOL – Partido Socialismo e Liberdade<sup>15</sup>.

Pelo PSOL concorreu à deputada federal em 2006, obtendo 185 mil votos, haja vista que a candidata a presidente por este partido, Heloísa Helena obteve mais de 7% dos votos dos brasileiros, e o quociente eleitoral do partido favoreceu Luciana. No entanto, apesar de conquistar em 2010 com um número muito significativo de votos (129.501) não pode ocupar a cadeira parlamentar, pois o PSOL

---

<sup>15</sup> Luciana funda o PSOL juntamente com Heloísa Helena, Babá e João Fontes, também oriundos do PT.

não conseguiu alcançar a votação necessária nas eleições proporcionais, ficando com um baixo quociente eleitoral, o que a prejudicou no resultado das eleições.

Em 2008, pelo PSOL, ela concorreu pela primeira vez a um cargo executivo e obteve em torno de 9% dos votos para a prefeitura de Porto Alegre. Interessante mencionar que Maria do Rosário e Manuela D'ávila também concorreram nessas eleições ao cargo de prefeito, mas nenhuma delas conseguiu ser vitoriosa nesta eleição, embora Maria do Rosário tenha disputado o segundo turno.

Luciana foi membro do Diretório Estadual do PT/RS em 1998-2001, foi líder do PSOL entre 2005-2006 e vice-líder em 2006/2008. Na Câmara dos Deputados destacou-se sempre com uma posição radical contra o governo Lula e o PT, tendo publicado em 2005 um livro com o título "A Falência do PT e a atualidade do Socialismo". Ela ingressou no curso de Direito da PUC em Porto Alegre (1988-1990), no curso de Letras na UFRGS em Porto Alegre (1993-1994) e em Direito na UNISINOS em São Leopoldo (1998), mas não concluiu nenhum deles. Porém, é diplomada em Inglês pela Universidade de Michigan, EUA e Universidade de Cambridge, na Inglaterra, tendo atuado como professora de línguas entre 1988 e 1994.<sup>16</sup>

Luciana Genro lançou sua candidatura à vereança de Porto Alegre para as eleições em 2012, mas sua candidatura foi indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), devido ao parentesco com o atual governador do Estado do RS, Tarso Genro.<sup>17</sup> Luciana, após tal decisão, embora ainda recorresse ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu não mais pedir votos a sua candidatura para não correr o risco de anulação da votação e prejudicar a legenda do PSOL. Ainda assim, recebeu um total de 1559 votos, segundo dados do TSE.<sup>18</sup>

### 3.1.3. Perfil e trajetória de Manuela D'ávila

Manuela nasceu em 1981, em Porto Alegre, filha de uma família de classe média alta (mãe magistrada e pai engenheiro). Coursou o ensino médio numa tradicional escola particular da capital, o Colégio Pastor Dohms. Ela é solteira e não

---

<sup>16</sup> Conforme informações extraídas do site da Câmara de deputados e do blog pessoal de Luciana Genro.

<sup>17</sup> Com base no artigo 14 da Constituição Federal, parentes de até segundo grau de prefeitos ou governadores não podem concorrer a cargos eletivos.

<sup>18</sup> Informações extraídas do endereço eletrônico- <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2012>, disponível em 09/11/2012.

possui filhos. Sua profissão é jornalista, mas nunca a exerceu. Ingressou em dois cursos universitários em 1999, no curso de jornalismo, pela PUC-RS e no curso de Ciências Sociais na UFRGS. Iniciou sua trajetória no movimento estudantil universitário em 1999, quando se filiou à União da Juventude Socialista (UJS). Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 2001. Foi diretora nacional da UJS em 2002 e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes em 2003.

Em 2004 foi eleita vereadora de Porto Alegre, com 9.498 votos, aos 23 anos. Em 2006 Manuela candidatou-se à Câmara dos Deputados e foi a deputada mais votada do Rio Grande do Sul, com 271.939 votos. Reelegeu-se em 2010, com 482.590 votos, para a 54ª Legislatura da Câmara, novamente alcançando a maior votação no Estado do RS, para a Câmara dos Deputados. Nas eleições municipais de 2008, disputou (como Maria do Rosário e Luciana Genro) às eleições majoritárias, como candidata à prefeitura de Porto Alegre, alcançando 15,35% dos votos válidos e ficando em terceiro lugar.

Em suas atividades partidárias destacam-se sua atuação na Direção Municipal e na Direção Estadual do PCdoB entre 2003-2011 e no Comitê Central do PCdoB entre 2005 e 2009.

Manuela destacou-se com o bordão: “E aí, beleza?”, procurando identificar-se com o eleitorado jovem. Na sua atuação como parlamentar destaca-se com questões voltadas à juventude desde o início de sua carreira política e, atualmente, na Câmara de Deputados, atua em assuntos ligados aos interesses de jovens, estudantes e trabalhadores.

#### 3.1.4. Perfil e trajetória de Emília Fernandes

Emília Terezinha Xavier Fernandes é natural de Dom Pedrito/RS. Nasceu em 1949, filha de uma professora e um protético-dentista, e, ainda muito pequena, foi morar com os pais e irmãos em Santana do Livramento/RS, onde viveu a maior parte de sua vida pessoal, profissional e política. É divorciada e tem uma filha de 37 anos. Exerceu o magistério por 23 anos, em escola pública da cidade de Santana do Livramento. Foi diretora de escola por seis anos e supervisora escolar por quatro anos e integrou o Conselho Estadual do Sindicato dos Professores do Rio Grande

do Sul (CPERS). Também fundou o núcleo do CPERS na Região da Fronteira Oeste do Estado gaúcho.

Ela saiu da direção da escola em 1982, demitida pelo governo Amaral de Souza, por ter participado de uma greve do magistério. Até então só atuava na área da política educacional e após esse fato voltou-se à política partidária, filiando-se ao PDT e concorreu à vereança em Santana do Livramento. De 1982 a 1994 exerceu três mandatos como vereadora nessa cidade, dois pelo PDT e um pelo PTB, partido no qual ingressou em 1989, devido a divergências com a ex-secretária da educação do Estado, Neuza Canabarro, do PDT. Em 1994, Emília foi eleita Senadora da República, a primeira mulher senadora gaúcha, ainda filiada ao PTB. Em 1996 se afasta do PTB, por achar que esse partido havia mudado sua ideologia trabalhista, apoiando privatizações e outras ideias mais à direita e, então, ingressa, novamente, no PDT. Em 1998 candidata-se à governadora do Estado do RS pelo PDT, ficando em terceiro lugar e, no segundo turno, acaba apoiando Olívio Dutra do PT que ganha as eleições. O PDT divide-se no apoio ao governo petista e, após um ano, o partido decide abandonar a administração estadual. Emília Fernandes, entre outros pedetistas, decide não seguir o partido e acaba se filiando ao PT. Em 2002 concorre novamente ao Senado, contudo não consegue reeleger-se. Em 2003 ocupa o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM da Presidência da República e preside, no mesmo período, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Foi candidata a deputada federal em 2006, quando ficou como suplente, vindo a assumir o mandato em 2009.

Já no PT, ela torna-se a primeira mulher a presidir uma Comissão Permanente do Senado, a da Infra-estrutura, entre os anos de 1999 e 2000. Foi vice-presidenta da Comissão de Educação do Senado Federal e integrou também a Comissão de Assuntos Sociais e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa. Durante oito anos foi membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e do Conselho do Parlamento Latino-Americano – Parlatino. Ela também foi vice-líder do Bloco de Oposição, no Senado Federal entre 2002 e 2003 e Terceira Vice-líder do PT, no Senado Federal entre 2002 e 2003. Em 2009 tomou posse como deputada federal na vaga antes ocupada pelo deputado petista Adão Pretto.

Emília integrou a coordenação da Bancada Feminina no Congresso Nacional, atuando na defesa de cotas eleitorais para mulheres. No Senado Federal foi

Relatora do Protocolo Facultativo a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher). Em 2004 passa a presidir o Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM), onde atua até hoje<sup>19</sup>. Desenvolveu atividades em defesa da educação e da questão de gênero em ações de consultoria junto a OEI e a UNESCO/FNDE/MEC, no período de 2005 a 2008. Atualmente, além de atuar no FMM, também é secretária executiva do CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul, junto ao Governo do Estado do RS.

### 3.1.5. Perfil Geral destas Representantes

Pode-se descrever o perfil geral das representantes da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados da 53ª Legislatura da seguinte forma:

Todas pertencem a partidos de esquerda e, embora tenham mudado de partido ao longo das suas trajetórias, parecem ter mantido, desde o início de suas carreiras, a coerência ideológica. Destaca-se a migração de Emília Fernandes em determinado período para o PTB (partido considerado de centro). No entanto, teve um discurso voltado à defesa de interesses trabalhistas, que sempre levou como bandeira em todos os partidos aos quais se vinculou. Assim, suas trajetórias denotam padrões ideológicos congruentes, já que a circulação destas agentes políticas se deu no interior do mesmo campo ideológico.

Deputadas Federais	Partidos de origem	Partidos atuais
Maria do Rosário	PCdoB	PT
Luciana Genro	PT	PSOL
Manuela D'ávila	PCdoB	PCdoB
Emília Fernandes	PDT – PTB – PDT	PT

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

### **Quadro 2 – Migração Partidária das Deputadas Federais Gaúchas - 53ª Legislatura**

Quase todas elas foram professoras, com exceção de Manuela D'ávila, que se formou em jornalismo, embora nunca tenha exercido a profissão. Contudo, todas

<sup>19</sup> Este fórum possui um acordo de cooperação técnica com a ABM (Associação Brasileira de Municípios) sobre as questões de gênero para implementação junto aos Municípios Brasileiros.

se destacaram em movimentos ligados ao sindicato de professores ou movimento estudantil, assim parte significativa de seu capital político está ligada a área da educação. Estas atividades dão visibilidade no campo educacional e na sociedade em geral, e constituem-se como importantes espaços de socialização política, de projeção e de acúmulo de capital. Porém, é importante ressaltar que a atuação em movimentos sociais está relacionada com a atuação em partidos políticos.

<b>Atividades políticas não partidárias</b>	<b>Maria do Rosário</b>	<b>Manuela D'ávila</b>	<b>Luciana Genro</b>	<b>Emília Fernandes</b>
Associações/sindicatos	X			X
Movimento estudantil	X	X	X	
Outros	X			X

Fonte: Elaborado a partir de dados encontrados no site da Câmara dos Deputados.

### **Quadro 3 – Participação das Deputadas em atividades políticas não partidárias**

Três delas, também, ingressaram na política institucional através do cargo de vereança, galgando certa progressão na carreira política. Somente Luciana Genro não iniciou sua carreira como vereadora.

<b>Cargos</b>	<b>Rosário</b>	<b>Manuela</b>	<b>Luciana</b>	<b>Emília</b>
Vereadora	1993/1996 1997/1998	2005/2006	-----	1982/1994
Dep. Estadual	1999/2003	2006	1995/2002	-----
Dep. Federal	2003/2011	2007/2011	2003/2011	2009/2011
Senadora	----	----	-----	1995/2003

Fonte: Elaborado a partir de dados encontrados no site da Câmara de Deputados.

### **Quadro 4 - Cargos ocupados pelas representantes gaúchas no Poder Legislativo**

Houve, em geral, uma trajetória linear para a maioria destas parlamentares, pois ocuparam preliminarmente cargos de menor status e poder na hierarquia da carreira política. Logicamente, a idéia de uma carreira política nem sempre pressupõe que os políticos devem seguir uma estrutura rígida, que parta da ocupação de cargos de menor valor hierárquico para os de maior valor. É preciso entender que a lógica político-eleitoral é bem mais complexa e envolve estratégias

que, às vezes, levam um político a preferir disputar uma eleição para cargos menos importantes, mas que vão assegurar, com maior probabilidade, a possibilidade de vitória<sup>20</sup>.

Assim, em certos momentos, isso ocorre com algumas destas representantes, como no caso de Emília Fernandes, que foi Senadora antes de ser Deputada Federal e com Luciana Genro que lançou pré-candidatura para vereança de Porto Alegre após sua derrota nas eleições de 2010 para a Câmara de Deputados.

Destaca-se que três delas parecem possuir suas bases eleitorais na região metropolitana de Porto Alegre, inclusive vindo a candidatar-se nas eleições majoritárias da cidade de Porto Alegre em 2002 e alcançando grande contingente de votos na capital, embora nenhuma tenha conseguido se eleger naquela oportunidade. Outro destaque a ressaltar é que todas são provenientes de classe média e construíram, desde muito jovens, suas caminhadas políticas, seja no movimento estudantil ou no sindicato de professores<sup>21</sup>.

Em relação à atuação parlamentar, todas já foram ou são membros de Conselhos e Comissões, onde têm (ou tiveram) posições de liderança em temas que tratam de questões sociais, como educação, trabalho, direitos de crianças e adolescentes, direitos humanos em geral, mas nenhuma possui destacada atuação junto a movimentos feministas. Outro fato importante é que todas possuem grande destaque nos partidos aos quais pertencem, exercendo em algum momento os cargos de líderes ou vice-líderes destes nos diferentes níveis da federação. Ocupar tais cargos pode ser um fator de grande relevância tanto para a ascensão quanto para o desempenho da atividade política.

Todo esse quadro a respeito dessas parlamentares denota que elas possuem um acúmulo de capital político ligado a diversas atividades políticas. Provavelmente, as trajetórias, o tempo de partido e a experiência no campo partidário tenham sido instrumentos de acumulação de capital político e pesem no recrutamento dentro dos seus respectivos partidos políticos.

O fato de essas parlamentares constituírem um amplo capital político implica em maiores possibilidades de alcançar votos para seus partidos e boas chances de

---

<sup>20</sup> Ver MIGUEL, 2003, p. 115 .

<sup>21</sup> Conforme apresentado no Quadro 3, p. 70.

obter maior visibilidade, liberdade de ação e/ou força política no interior do parlamento, independente do fato de serem mulheres.

Observou-se, portanto, que suas trajetórias e formas de inserção na política são bastante semelhantes em vários aspectos e estas representantes tem contribuído, ainda que de forma indireta, para ampliação da presença da mulher na esfera política, e embora não possuam uma biografia que as distinga especificamente como defensoras dos direitos da mulher, todas elas, possuem forte atuação na área de direitos sociais ou direitos humanos em geral, como será abordado mais adiante no decorrer deste trabalho<sup>22</sup>.

Seguindo a análise acerca de suas trajetórias é relevante identificar os tipos de Comissões em que essas deputadas participaram na Câmara dos Deputados e o que tem produzido nesta casa Legislativa, verificando a inserção destas na esfera institucional e em quais áreas temáticas possuem maior atuação.

### 3.2. ATIVIDADES PARLAMENTARES

Os deputados atuam na Câmara por meio de produção legislativa (proposições em geral) e pela presença em comissões permanentes e temporárias. Além disso, sua participação também se dá nas Procuradorias Especiais. Por essa razão foram analisados dados referentes à produção legislativa dessas deputadas ao longo do período da 53ª Legislatura e à distribuição destas mulheres pelas comissões permanentes ou temporárias por onde passam as proposições legislativas apresentadas pelos parlamentares. Ademais, verificou-se a presença delas nos cargos de Procuradorias Especiais no Parlamento. Todas essas participações permitem observar qual a atuação destas mulheres, a que temas e tipos de demandas estão mais ligadas e de que forma elas contribuem para inserção da mulher como sujeito político, enfim, permite analisar como se dá a representação da mulher gaúcha, mais especificamente, no espaço de poder institucional a nível federal: a Câmara dos Deputados.

---

<sup>22</sup> Ver item 3.2.2. na pag. 79.

### 3.2.1. Funcionamento da Câmara dos Deputados

A fim de esclarecer acerca das atividades que as parlamentares desenvolvem se faz necessário apresentar, resumidamente, informações a respeito das Comissões, Procuradorias e Proposições em geral, que estão em funcionamento na Câmara dos Deputados. É no conteúdo das propostas legislativas das deputadas que se concentra boa parte do debate a respeito de sua atuação no Parlamento. Além disso, a participação das parlamentares nas comissões e procuradorias nesta casa legislativa pode apontar as áreas de destaque em que estas atuam.

Segundo o Regimento Interno da Câmara as comissões permanentes são as que organizam o funcionamento da Casa e possuem caráter técnico-legislativo ou especializado, sendo integrantes da estrutura institucional da Casa, co-participes e agentes do processo legiferante.

A finalidade das comissões permanentes é apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação. Visam discutir e votar as propostas de leis que são apresentadas à Câmara.

Com relação a determinadas proposições ou projetos, essas Comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao Plenário; com relação a outras proposições elas decidem, aprovando-as ou rejeitando-as, sem a necessidade de passarem elas pelo Plenário da Casa. A composição parlamentar desses órgãos técnicos é renovada a cada ano ou sessão legislativa. Na ação fiscalizadora, as Comissões atuam como mecanismos de controle dos programas e projetos executados ou em execução, a cargo do Poder Executivo. Essas Comissões perduram enquanto constarem do Regimento Interno<sup>23</sup>.

As Comissões Permanentes dividem-se em campos temáticos ou áreas de atividade, conforme descrição a seguir:

---

<sup>23</sup> Informações extraídas do Regimento Interno da Câmara de art. 32 e incisos, no site: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br), acesso em 08/02/2011.

I – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Trata-se de assuntos atinentes à política agrícola, à agricultura e à pesca profissional, política e questões fundiárias; reforma agrária; justiça agrária e direito agrário;

II – Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – Diz respeito a assuntos relativos à região amazônica, ao desenvolvimento e integração da região amazônica, aos planos regionais de desenvolvimento econômico e social, aos planos nacionais e regionais de ordenação do território e de organização político-administrativa; aos assuntos de interesse federal nos Municípios, Estados, Territórios e no Distrito Federal; ao sistema nacional de defesa civil; à política de combate às calamidades e às migrações internas;

III – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – refere-se ao desenvolvimento científico e tecnológico; à política nacional de ciência e tecnologia e aos acordos de cooperação com outros países e organismos internacionais, ao sistema estatístico, cartográfico e demográfico nacional, aos meios de comunicação social e a liberdade de imprensa e aos assuntos relativos a comunicações, telecomunicações, informática, telemática e robótica em geral, aos serviços postais, telegráficos, telefônicos, de telex, de radiodifusão e de transmissão de dados, sons e imagens e ainda à política nacional e regime jurídico de informática e automação e das telecomunicações;

IV – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – trata-se dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, das emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões; assuntos ligados à questões de admissibilidade de proposta de emenda à Constituição ou de natureza jurídica ou constitucional; assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça; matérias relativas a direito em geral, a registros públicos, aos Partidos Políticos, mandato e representação política, aos sistemas eleitorais e eleições; às desapropriações; questões sobre nacionalidade, cidadania, naturalização, regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração; intervenção federal; uso dos símbolos nacionais, criação ou incorporação de novos

Estados e Territórios; transferência temporária da sede do Governo; anistia; redação das proposições em geral;

V – Comissão de Defesa do Consumidor – refere-se à economia popular e repressão ao abuso do poder econômico; às relações de consumo e medidas de defesa do consumidor e à composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.

VI – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – são as matérias atinentes a relações econômicas internacionais; à ordem econômica nacional; à política e atividade industrial, comercial e agrícola; sistema monetário; comércio exterior; políticas de importação e exportação em geral; atividade econômica estatal e em regime empresarial; regime jurídico das empresas e tratamento preferencial para microempresas e para empresas de pequeno porte; propriedade industrial e sua proteção; políticas e sistema nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial; entre outros.

VII - Comissão de Desenvolvimento Urbano – refere-se a assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urbano; uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; habitação e sistema financeiro da habitação; transportes urbanos; infra-estrutura urbana e saneamento ambiental; à matérias relativas a direito urbanístico e a ordenação jurídico-urbanística do território; planos nacionais e regionais de ordenação do território e da organização político administrativa; entre outros.

VIII - Comissão de Direitos Humanos e Minorias – diz respeito ao recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos humanos; à fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; à colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; a pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo e a assuntos referentes às minorias étnicas e sociais.

IX - Comissão de Educação e Cultura – trata-se de assuntos atinentes à educação em geral; política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; direito da educação; recursos humanos e financeiros para a educação; ao desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico,

geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico; a acordos culturais com outros países; ao direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação; à produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos; a gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico nacional e a diversões e espetáculos públicos; datas comemorativas e homenagens cívicas;

X - Comissão de Finanças e Tributação – refere-se ao sistema financeiro nacional e entidades a ele vinculadas; sistema financeiro da habitação; ao sistema nacional de seguros privados e capitalização; aos títulos e valores mobiliários; ao regime jurídico do capital estrangeiro; a dívida pública interna e externa; aos aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública; à fixação da remuneração dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos membros da magistratura federal; ao sistema tributário nacional e repartição das receitas tributárias; normas gerais de direito tributário; legislação referente a cada tributo; à tributação, arrecadação, fiscalização; empréstimos compulsórios; às contribuições sociais; à administração fiscal etc;

XI - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - diz respeito à tomada de contas do Presidente da República, na hipótese do art. 51, II, da Constituição Federal; ao acompanhamento e à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta; aos planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, junto a outras Comissões; às representações e aos exames dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União; à requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas da União;

XII - Comissão de Legislação Participativa – analisa as sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto Partidos Políticos; os pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, entre outras.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – tratam da política e sistema nacional do meio ambiente; do direito ambiental; da legislação de defesa ecológica; dos recursos naturais renováveis; da flora, fauna e solo; da edafologia e desertificação; e do desenvolvimento sustentável.

XIV - Comissão de Minas e Energia – tratam de políticas e modelos minerais e energéticos brasileiros; da estrutura institucional e o papel dos agentes dos setores mineral e energético; das fontes convencionais e alternativas de energia; da pesquisa e exploração de recursos minerais e energéticos; da gestão, planejamento e controle dos recursos hídricos; regime jurídico de águas públicas e particulares e bens minerais e dos recursos energéticos; etc.

XV - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – tratam de relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais; de tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa; de autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República ausentar-se do território nacional; da política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contra-informação; das Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar; serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior; dos assuntos atinentes à faixa de fronteira e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional; do direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial; dos litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; outros assuntos pertinentes ao seu campo temático;

XVI - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – são tratados assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas; ao combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana; ao controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias; sobre matérias de segurança pública interna e seus órgãos institucionais; tratam do recebimento, avaliação e investigação de denúncias

relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública; entre outros desta natureza.

XVII - Comissão de Seguridade Social e Família – trata de assuntos relativos à saúde, previdência e assistência social em geral; da organização institucional da saúde no Brasil; da política, ações e serviços de saúde pública; da assistência médica previdenciária e instituições privadas de saúde; das medicinas alternativas; das atividades médicas e paramédicas; do controle de drogas, medicamentos e alimentos; sangue e hemoderivados; do exercício da medicina e profissões afins; da indústria químico-farmacêutica; da organização institucional da previdência social do País; do regime jurídico das entidades civis de finalidades sociais e assistenciais; de matérias relativas à família, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa portadora de deficiência física ou mental; entre outras correlatas.

XVIII - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – trata de matéria trabalhista urbana e rural; de contrato individual e convenções coletivas de trabalho; de assuntos pertinentes à organização, fiscalização, tutela, segurança e medicina do trabalho; de política salarial; política de emprego; relações entre o capital e o trabalho; regulamentação do exercício das profissões; organização político-administrativa da União e reforma administrativa; matéria referente a direito administrativo em geral; prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico; entre outros desta matéria.

XIX - Comissão de Turismo e Desporto – referem-se a política e sistema nacional e turismo; a colaboração com entidades públicas e não-governamentais nacionais e internacionais, que atuem na formação de política de turismo; ao sistema desportivo nacional e sua organização; à política e plano nacional de educação física e desportiva; às normas gerais sobre desporto; justiça desportiva;

XX - Comissão de Viação e Transporte – trata de assuntos referentes ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral; da segurança, política, educação e legislação de trânsito e tráfego, etc.

As Comissões Temporárias são aquelas criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes, dela, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

As Comissões Temporárias são divididas em Especiais, de Inquérito e Externas.

As Comissões Especiais (CESP) são criadas para dar parecer sobre Proposta de emenda à Constituição (PEC) e Projeto de Código. Também podem ser criadas para apreciar matérias de competência de mais de três Comissões permanentes na análise da admissibilidade e do mérito da proposição.

As Comissões de Inquérito (CPI) são instituídas através de requerimento e visam apurar um fato específico, determinado e por certo prazo. Possuem poderes de investigação próprios de autoridades judiciais.

As Comissões Externas são instituídas pelo Presidente de Câmara, de ofício, ou por qualquer deputado para cumprir uma missão temporária autorizada.

As Procuradorias Especiais da Câmara são: a Procuradoria Especial da Mulher e a Procuradoria Parlamentar.

A Procuradoria Especial da Mulher é constituída de uma Procuradora Especial da Mulher e de três Procuradoras Adjuntas, designadas pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da sessão legislativa. Compete à Procuradoria Especial da Mulher zelar pela participação mais efetiva das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara e ainda: I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra a mulher; II - fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo federal que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito nacional; III - cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; IV - promover pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca de seu déficit de representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara<sup>24</sup>.

A Procuradoria Parlamentar tem por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

---

<sup>24</sup> Regimento Interno da Câmara de Deputados, p. 14. Site: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br).

### 3.2.2. Participação nos Órgãos da Câmara

Neste item apresentar-se-á a participação das Deputadas Federais nos órgãos da Câmara, para compreender onde e como as representantes têm atuado. Interessante destacar que as Comissões Permanentes têm atribuições específicas, elencadas no Regimento Interno da Câmara de Deputados, mas as Comissões Especiais, como são temporárias tratam de temas diversos, inclusive temas das próprias Comissões Permanentes, pois analisam, muitas vezes, a admissibilidade e o mérito de determinada proposição.

Será feita a descrição acerca da participação de cada uma das deputadas nas Comissões e após, para melhor visualização, será apresentada uma tabela sobre os temas nos quais as parlamentares atuam em cada Comissão e uma tabela apresentando em quais se destacam como titulares ou suplentes.

Ao analisar as atividades parlamentares de Maria do Rosário durante o mandato da 53ª Legislatura, constatou-se que participou, neste período, de quatro comissões permanentes: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Comissão de Educação e Cultura (CEC), Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Todas ligadas às áreas ditas sociais. Atuou tanto como titular ou suplente dependendo do período.

Também desempenhou atividades em várias Comissões Especiais no período de 2007 a 2011, tratando das seguintes áreas temáticas: Propriedade intelectual (combate à pirataria); Relações Exteriores; Economia e Finanças; Cultura; Assistência Social (aqui se incluem também questões ligadas à adolescência e juventude); Reforma Política e Eleitoral; Educação e Questões Étnico-raciais.

Luciana Genro destacou-se nas seguintes comissões permanentes, no período analisado: Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Comissão de Finanças e Tributação (CFT); Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); Comissão de Segurança Pública e Combate ao crime Organizado (CSPCCO); Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Nas Comissões especiais atuou nas seguintes áreas temáticas: Trabalho e Emprego; Finanças e Tributação; Administração Pública, Reforma do Estado e

Funcionalismo Público. Atuou também em algumas CPIs, como da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, onde foi titular.

Manuela D'ávila atuou nas seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU); Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Comissão de Turismo e Desporto (CTD), Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), na maioria participou como titular.

Nas Comissões Especiais destacou-se nas temáticas de Trabalho, Juventude, Assistência social e nas CPIs sobre Desaparecimento de Crianças e Adolescentes e sobre Violência Urbana. Atuou na representação brasileira do Parlamento no MERCOSUL e na Comissão do Parlamento Jovem Brasileiro, como titular.

Emília Fernandes desenvolveu suas atividades na Câmara entre 2009 e início de 2011, nas seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU); Comissão de Legislação Participativa (CLP), Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Nas Comissões Especiais destacou-se em temas ligados à Lei de Anistia, Direitos Sociais, Remuneração de Servidores. Atuou também na CPI sobre Desaparecimento de Crianças e Adolescentes e foi membro do Conselho do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO). Além disso, destacou-se como Procuradora-Adjunta da Procuradoria Especial da Mulher, conforme já mencionado.

Em uma análise em conjunto acerca da atuação das parlamentares nas Comissões da Câmara, observam-se os seguintes dados:

<b>Comissões Temáticas Permanentes</b>	<b>Rosário</b>	<b>Manuela</b>	<b>Luciana</b>	<b>Emília</b>
Constituição, Justiça e Cidadania	X			
Direitos Humanos e Minorias	X	X	X	
Educação e Cultura	X			
Seguridade Social e Família	X			
Finanças e Tributação			X	
Relações Externas e Defesa Nacional			X	
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado			X	
Trabalho, Administração e Serviço Público		X	X	X
Desenvolvimento Urbano		X		X
Turismo e Desporto		X		
Legislação Participativa				X

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados extraídos do site da Câmara de Deputados.

#### **Quadro 5 – Participação das Deputadas nas Comissões Temáticas Permanentes**

Nota-se que nas Comissões Temporárias os temas em que as deputadas mais atuam não diferem muito em relação às Comissões Permanentes.

Comissões Temáticas Temporárias	Rosário	Manuela	Luciana	Emília
Propriedade Intelectual	X			
Relações Externas, Economia e Finanças	X			
Cultura	X			
Assistência Social	X	X		X
Reforma Política e Eleitoral	X			
Questões Étnico-raciais	X			
Trabalho e Emprego		X	X	
Finanças e Tributação			X	
Administração Pública, Reforma do Estado e Func. Público			X	X
CPI – Tráfego Aéreo			X	
Juventude		X		
CPI – Desaparecimento de Crianças e Adolescentes		X		X
CPI – Violência Urbana		X		
Parlamento do Mercosul		X		
Parlamento Jovem Brasileiro		X		
Lei da Anistia				X
Parlamento Latino-americano				X

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do site da Câmara de Deputados,

#### **Quadro 6 – Participação das Deputadas nas Comissões Temáticas Permanentes**

A atuação destas parlamentares concentrou-se, principalmente, em Comissões de Direitos Humanos e Minorias, matérias ligadas a questões de Trabalho e Educação, entre outros temas relacionados às áreas sociais. Entretanto, elas também se destacaram em algumas áreas reconhecidas como sendo de *hard politics*, como temas sobre administração pública e reforma do Estado, finanças e tributação, desenvolvimento urbano, entre outros, onde o predomínio é de parlamentares masculinos, o que denota a inserção importante destas representantes na Câmara de Deputados, pois estudos apontam que o perfil da maioria das deputadas federais se concentra apenas em áreas conhecidas como *soft politics*, que não são menos importantes à sociedade, mas que são

consideradas na política como questões de menor prestígio e, na maioria das vezes, é o único nicho político em que as mulheres têm conseguido atuar<sup>25</sup>.

Essas representantes, ainda, apresentaram uma atuação no campo político mais ligado ao tipo de capital delegado e, embora estejam muito voltadas a projetos e discursos de temas ligados às áreas sociais, na chamada “política do desvelo”, elas conseguem se destacar, também, ganhando espaço em temáticas, que, a priori, exigem maior capital político<sup>26</sup>.

### 3.2.3. Proposições Legislativas

Nesta parte do trabalho dar-se-á a análise acerca de como e sobre o que legislam as deputadas federais da bancada gaúcha a partir das proposições de autoria de cada uma delas.

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara<sup>27</sup>. As proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto de lei, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle.

Para que se possa analisar a atuação legislativa das mulheres na Câmara e verificar se existe a preocupação destas com temas referentes aos direitos da mulher procedeu-se a uma classificação das proposições em diferentes áreas temáticas. Esta definição e classificação do conteúdo das proposições apresentadas pautou-se nas suas respectivas ementas, pois foram considerados apenas os aspectos principais das proposições e não seus possíveis desdobramentos. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) estabelece que “nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente e declarado na ementa”, portanto classificá-las pela análise das ementas é uma opção metodologicamente válida<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> Estudos como os de Miguel (2000, 2001) mostram que a atuação de mulheres nos âmbitos legislativos concentra-se mais em áreas associadas a características femininas de proteção e cuidado, a chamada “política do desvelo”, como, por exemplo, questões sociais, questões ligadas à família etc.

<sup>26</sup> Ver o Item 2.2, pag. 50, que trata das teorias políticas feministas.

<sup>27</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2009, art. 100.

<sup>28</sup> Idem, art. 100, § 3º.

As categorias temáticas utilizadas na presente análise acerca das proposições foram definidas com base em informações constantes no site da Câmara de Deputados e serão utilizadas para melhor sistematização da análise acerca da atuação das parlamentares. As proposições foram divididas em quatro eixos temáticos elencados a seguir.

l) Temas Político-Legais:

- a) Administração Pública, Reforma do Estado e Funcionalismo público – matérias sobre questões referentes à administração pública direta e indireta, temas e discussões sobre reforma do Estado e sobre os funcionários públicos;
  - b) Reforma Política e Legislação Eleitoral – questões referentes aos temas da reforma política e discussões sobre as leis que regulam os processos eleitorais;
  - c) Jurisdição – questões atinentes a aspectos legais e constitucionais de matérias legislativas e propostas de revisão constitucional, alterações em Códigos e Leis que tratam dos juizados comuns e especiais;
  - d) Relações Exteriores – questões sobre as relações entre o Brasil e outros países, sobre política internacional e política interna de outros países;
  - e) Reforma Política e Legislação Eleitoral – questões referentes aos temas da reforma política e discussões sobre as leis que regulam os processos eleitorais;
  - f) Corrupção – temas sobre práticas de corrupção, sonegação de impostos e crimes diversos contra a ordem econômica;
  - g) Previdência Social – temas relativos à Previdência Social e à Reforma da Previdência;
  - h) Violência e Segurança Pública – assuntos relacionados à violência e crimes em geral, sistema penitenciário, políticas de segurança pública;
  - i) Questões Internas à Câmara – matérias referentes a questões internas ao legislativo federal como processo legislativo, definição da Mesa Diretora,
-

distribuição das Comissões, assuntos ligados às Proposições (trâmites, desarquivamentos...), questões ligadas ao regimento interno da Casa Legislativa, entre outros semelhantes.

II) Temas Relacionados à Economia:

- a) Infra-estrutura – questões envolvendo assuntos sobre transportes, viação, telecomunicações, questões sobre desenvolvimento urbano, recursos naturais, combustíveis, fontes de energia;
- b) Política Industrial – questões ligadas à definição de diretrizes para o setor industrial sobre incentivos fiscais, investimentos, política de crédito entre outros;
- c) Política Agrícola – temas ligados à produção agrícola, pesca e pecuária no Brasil;
- d) Política Econômica e Tributária – questões ligadas às políticas econômicas, sistema de tributação, desenvolvimento econômico e finanças em geral;
- e) Propriedade Intelectual – questões sobre direitos autorais, patentes, pirataria ou questões semelhantes.

III) Temas Sociais:

- a) Emprego, Trabalho e Formação Profissional - relacionados aos direitos trabalhistas em geral, às políticas de emprego, aos planos de cargos e salários, à concessão de benefícios e regulamentação do exercício de profissões, aos estagiários, às alterações na CLT;
- b) Saúde Pública e Saneamento – matérias atinentes à saúde pública em geral;
- c) Reforma Agrária – questões sobre reforma agrária, assentamentos, ocupações de terras, questões fundiárias em geral;
- d) Habitação – matérias referentes à habitação e sistemas de financiamento da casa própria;
- e) Questões Educacionais – matérias sobre a educação básica, ensino médio e superior no Brasil, níveis de qualidade e desenvolvimento do ensino,

direitos dos estudantes, investimento em educação como piso salarial dos professores, entre outros;

- f) Cultura – matérias ligadas a aspectos culturais, diversidade cultural e políticas de incentivo à cultura;
  - g) Questões Sociais Gerais: ligadas à pobreza, à desigualdade econômica e à fome;
  - h) Direitos Humanos em geral – categoria que não se encaixa nas mais específicas como “família, infância, adolescência e idosos”, “questões de gênero” e “minorias étnico-raciais”. Engloba também temas relativos à repressão política;
  - i) Família, Infância, Adolescência e Idosos – matérias relativas à defesa da infância, adolescência, família e idosos;
  - j) Questões Étnico-Raciais - questões sobre as relações raciais no Brasil, políticas específicas destinadas às matérias referentes ao preconceitos como racismo, xenofobia etc;
  - k) Questões de Gênero - questões ligadas às áreas de saúde para mulher, áreas assistenciais para a mulher, violência contra mulher, igualdade de oportunidades no trabalho, entre outras semelhantes, políticas de incentivo a mulher na política, políticas sobre questões de gênero em geral, como por exemplo, a defesa da união estável para pessoas do mesmo sexo etc.
- IV) Outros Temas:
- a) Homenagens e Comemorações em geral – questões que tratem sobre homenagens diversas, datas comemorativas e criação de símbolos;
  - b) Ciência e Tecnologia – questões gerais sobre desenvolvimento científico e tecnológico, inovações, pesquisas e investimentos no setor;
  - c) Meio Ambiente - questões sobre aspectos climáticos, desenvolvimento sustentável, crimes contra o meio ambiente etc;
  - d) Temas diversos: aqueles temas que não foram contemplados nas demais categorias, como turismo, integração metade-sul, legislação participativa,

pessoas com necessidades especiais, direitos do consumidor, entre outros.

A partir da classificação empregada procedeu-se a análise acerca de todas as proposições apresentadas no período da 53ª Legislatura pelas deputadas da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados e verificou-se em quais áreas prevaleceram suas iniciativas enquanto legisladoras.

Ressalta-se que de todas as proposições as que mais se destacam na atuação dessas representantes são as questões internas da Câmara, porque dizem respeito aos processos próprios desta casa legislativa e onde mais precisam intervir e opinar. No entanto é relevante analisar os destaques dados a cada eixo temático onde se concentram suas proposições.

A Deputada Manuela D'ávila apresentou 198 proposições durante a 53ª Legislatura e, conforme demonstração da tabela a seguir, essas proposições concentraram-se, principalmente, em temas voltados a questões de emprego, trabalho e formação profissional, num total de 18,2% das propostas, em questões atinentes à matérias legislativas como jurisdição e justiça, num total de 13,1%, em questões educacionais, com 5,6% e em políticas econômicas e tributárias com 4,6%. Entretanto, analisando os eixos temáticos tem-se uma visão mais ampla da atuação desta representante, pois se observa que 58% das suas proposições concentraram-se em questões pertencentes ao eixo político-legal, enquanto 29,8% do total de suas proposições versam sobre assuntos atinentes às questões sociais.

**Tabela 5 – Proposições da Deputada Manuela D’ávila por áreas temáticas**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>(N.A.)</b>	<b>(%)</b>
Administração pública ...	6	3,0
Ref. Pol. e Legisl. Eleit.	2	1,0
Jurisdição/Justiça	26	13,1
Questões Internas da Câmara	79	39,9
Previdência Social	1	0,5
Relações Exteriores	1	0,5
<b><i>Eixo político-legal Total</i></b>	<b>115</b>	<b>58,0</b>
Emprego, Trab. e Form. Prof.	36	18,2
Questões Educacionais	11	5,6
Saúde	2	1,0
Cultura	3	1,5
Questões de Gênero	4	2,0
Família, Crianças, Adol., idosos	1	0,5
Direitos Humanos	1	0,5
Questões sociais em geral	1	0,5
<b><i>Eixo Social Total</i></b>	<b>59</b>	<b>29,8</b>
Pol. Econ. e Tributária	9	4,6
<b><i>Eixo Economia Total</i></b>	<b>9</b>	<b>4,6</b>
Homenagens e Comemorações	4	2,0
Meio Ambiente	1	0,5
Temas Diversos	10	5,1
<b><i>Outros Total</i></b>	<b>15</b>	<b>7,6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>198</b>	<b>100</b>

Fonte: Classificação elaborada a partir de dados extraídos do *site da Câmara de Deputados*.

A Deputada Luciana Genro, durante o mandato de 2007 a 2011, foi autora de 187 proposições. Destacaram-se, basicamente, em questões de jurisdição e justiça, com 26,7%, em questões de política econômica e tributária, com 10,7%, também distribuídas entre temas de administração pública, com 3,7%, de Emprego, Trabalho e Formação profissional, com 2,6% e de Relações exteriores, também com percentual de 2,6% sobre o total de suas proposições, de acordo com a tabela apresentada. Interessante ressaltar que esta deputada concentrou suas proposições em questões referentes ao eixo político-legal, com um percentual de 81,2%,

seguindo 11,3% de proposições no eixo Economia e apenas 3,8% no eixo referente a temas de cunho social.

**Tabela 6 - Proposições da Dep. Luciana Genro por áreas temáticas**

<b>Áreas temáticas</b>	<b>(N.A)</b>	<b>(%)</b>
Administração Pública...	7	3,7
Jurisdição/Justiça	50	26,7
Corrupção	4	2,2
Relações Exteriores	5	2,6
Questões Internas à Câmara	86	46,0
<b>Eixo político-legal Total</b>	<b>152</b>	<b>81,2</b>
Pol. Econ. e Tributária	20	10,7
Infra-estrutura	1	0,6
<b>Eixo Economia Total</b>	<b>21</b>	<b>11,3</b>
Emprego, Trab. e Form. Prof.	5	2,6
Questões Educacionais	1	0,6
Cultura	1	0,6
<b>Eixo Social Total</b>	<b>7</b>	<b>3,8</b>
Meio Ambiente	1	0,6
Temas Diversos	6	3,1
<b>Outros Total</b>	<b>7</b>	<b>3,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Classificação elaborada a partir de dados extraídos do *site* da Câmara de Deputados.

A Deputada Maria do Rosário propôs 113 proposições, durante a 53ª Legislatura da Câmara de Deputados, sendo 18,6% delas acerca de questões de jurisdição e justiça, 17,8% sobre questões educacionais, 4,4% sobre família, crianças e idosos. Ao se agrupar todas as proposições de Rosário que versem sobre o eixo político-legal tem-se 44,3% do total de suas propostas, já nas áreas do eixo das questões sociais, como Emprego e Trabalho, questões educacionais, questões de gênero, étnico-raciais, direitos humanos, saúde, assistência social entre outros, conforme dispõe a tabela abaixo, observar-se-á um total de 39,8% das proposições. No eixo economia aparecem 9,7% das proposições de autoria desta representante.

**Tabela 7 - Proposições da Dep. Maria do Rosário por áreas temáticas**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>(N.A)</b>	<b>(%)</b>
Administração Pública...	1	0,9
Jurisdição/Justiça	21	18,6
Violência e Segurança Pública	2	1,8
Ref. Pol. e Leg. Eleitoral	4	3,5
Questões Internas à Câmara	21	18,6
Relações Exteriores	1	0,9
<b>Eixo Político-legal Total</b>	<b>50</b>	<b>44,3</b>
Política Industrial	1	0,9
Propriedade Intelectual	5	4,4
Infra-estrutura	2	1,8
Pol. Econ. e Tributária	3	2,6
<b>Eixo Economia Total</b>	<b>11</b>	<b>9,7</b>
Emprego, Trab. e Form. Prof.	4	3,5
Questões Educacionais	20	17,8
Cultura	1	0,9
Questões de Gênero	3	2,6
Questões Étnico-raciais	1	0,9
Direitos Humanos	2	1,8
Saúde	2	1,8
Questões sociais em geral	4	3,5
Família, Crianças, Adol., Idosos	5	4,4
Assistência Social	3	2,6
<b>Eixo Social Total</b>	<b>45</b>	<b>39,8</b>
Meio ambiente	3	2,6
Homenagens e Comemorações	2	1,8
Temas Diversos	2	1,8
<b>Outros Total</b>	<b>7</b>	<b>6,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Classificação elaborada a partir de dados extraídos do site da Câmara de Deputados.

A Deputada Emília Fernandes apresentou vinte (20) proposições durante o mandato entre 2009 e 2011. As áreas temáticas em que se concentraram as suas proposições foram jurisdição e justiça, com percentual de 20% do total destas e questões de gênero, também com 20% de proposições envolvendo este tema. Houve uma preocupação também com temas referentes à administração pública, ao emprego, trabalho e formação profissional e a temas sobre família, crianças e

adolescentes, com 10% do total de suas proposições em cada um destes temas. Destaca-se que, no que se refere à análise por eixos temáticos, o que sobressai nas propostas de Emília são as questões focadas no eixo social, com um total de 45% destas proposições. Já no eixo político-legal o percentual é de 35% e no eixo economia 10%.

**Tabela 8 - Proposições Dep. Emília Fernandes por áreas temáticas**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>(N.A.)</b>	<b>(%)</b>
Administração Pública ...	2	10
Jurisdição/Justiça	4	20
Questões Internas à Câmara	1	5
<b>Eixo Político-legal Total</b>	<b>7</b>	<b>35</b>
Emprego, Trab. e Form. Prof.	2	10
Questões de Gênero	4	20
Questões sociais em geral	1	5
Família, Crianças, Adol e Idosos	2	10
<b>Eixo Social Total</b>	<b>9</b>	<b>45</b>
Pol. Econ. E Tributária	1	5
Infra-estrutura	1	5
<b>Eixo Economia Total</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Homenagens e Comemorações	1	5
Temas Diversas	1	5
<b>Outros Total</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Classificação elaborada a partir de dados extraídos do site da Câmara de Deputados.

Para que se possa compreender a base de atuação dessas representantes gaúchas analisadas em conjunto é interessante observar a tabela que apresenta o percentual dos eixos temáticos em que se concentram as proposições de todas elas.

**Tabela 9 – Proposições das Deputadas Federais da bancada gaúcha da Câmara de Deputados em 2006/2010 por eixos temáticos**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>(N.A.)</b>	<b>(%)</b>
Eixo Político-legal	324	62,6
Eixo Social	120	23,1
Eixo Economia	43	8,3
Outros	31	5,9
<b>Total Proposições analisadas</b>	<b>518</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da Tabela a partir de dados extraídos do Site da Câmara de Deputados.

A partir destes dados se nota que as proposições em que as deputadas federais gaúchas mais atuaram no período estudado estavam focadas no eixo político-legal, apresentando um total de 62,6% do total delas. Cabe, no entanto, fazer a ressalva de que deste percentual referente ao eixo temático político-legal, 36,1% diz respeito a questões internas da Câmara, que conforme já foi explicitado, refere-se ao processo legislativo da elaboração das próprias proposições, como trâmites, desarquivamentos etc, além de questões que dizem respeito ao próprio regimento interno da Câmara.

Contudo, esse eixo temático ainda representa parte significativa da atuação das representantes estudadas, pois mesmo excluindo as questões internas da Câmara teríamos um percentual de 26,5% de proposições que versam sobre o eixo político-legal, que somado ao percentual do eixo Economia perfaz um total de 34,8% de temas considerados como *hard politics*, como os que dizem respeito a questões de administração pública, reformas do Estado, questões de justiça e legislações, economia, política econômica e tributária entre outras.

Essas observações tornam-se relevantes na medida em que a maioria das pesquisas e obras apresentadas acerca da representação de mulheres no parlamento brasileiro demonstram que as representantes femininas tem desenvolvido sua atuação em Plenário basicamente em áreas consideradas como *soft politics*, associadas a políticas do desvelo, conforme já exposto no decorrer deste trabalho <sup>29</sup>, e nestes mesmos temas concentrariam, então, seus discursos de campanha.

Cabe enfatizar aqui que a hipótese geral levantada nesta dissertação diz respeito justamente à destacada presença destas deputadas gaúchas no parlamento, devido ao capital político que possuem. Estas mulheres têm galgado espaços que constituíam verdadeiros nichos políticos de homens, em assuntos que sempre foram considerados de maior destaque e relevância na política nacional e até mundial.

Todavia, notando-se pela presença constante nas comissões voltadas às questões sociais e pela gama de proposições que apresentaram em áreas sociais, com um percentual de 23,1%, essas mulheres desempenham um importante papel,

---

<sup>29</sup> Ver MIGUEL, 2000, 2001, 2003, 2010.

também, atuando em prol dessas demandas, principalmente em matérias de direitos humanos.

Assim, entende-se que a presença destas representantes promove visibilidade política às mulheres em geral, o que, a priori, contribui para o empoderamento das mesmas, no âmbito do poder político institucional.

Embora com um número ainda pouco expressivo da representação feminina na Câmara, as mulheres demonstram com seu trabalho na política que, para o avanço da democracia, é necessário ampliar os espaços de atuação feminina.

#### 4. A CANDIDATURA À REELEIÇÃO EM 2010

O objetivo deste capítulo é verificar como as representantes estudadas se apresentaram aos eleitores enquanto candidatas à reeleição na campanha eleitoral de 2010 e quais elementos utilizaram para construir sua imagem. A proposta desta investigação é realizar um comparativo com a atuação dessas mulheres na Câmara de Deputados e observar se existe uma coincidência entre seus discursos de campanha e a participação efetiva destas enquanto parlamentares nas Comissões e Proposições de sua autoria. A intenção é saber se os temas que permeiam suas ações no campo legislativo também são os mesmos que baseiam seus discursos no campo eleitoral.

Este trabalho não visa compreender os motivos pelos quais houve ou não a reeleição destas mulheres, mas sim, entender a forma como se apresentam e atuam enquanto representantes e enquanto candidatas, bem como a inserção que estas possuem no meio político.

Constatou-se que a presença de candidatas mulheres no pleito de 2010 dobrou em termos percentuais, no entanto isso não refletiu no número de eleitas<sup>30</sup>. As candidatas ao cargo de deputadas federais pelo Rio Grande do Sul que receberam mais votos foram, justamente, as quatro mulheres que estavam concorrendo à reeleição, Manuela D'ávila, Maria do Rosário, Luciana Genro e Emília Fernandes. No entanto, como já foi exposto anteriormente<sup>31</sup>, apenas duas tem suas eleições deferidas: Manuela D'ávila e Maria do Rosário. Luciana Genro teve expressiva votação e, apesar de não se reeleger como deputada federal continuou em evidência organizando sua campanha para eleições municipais em 2012, lançando sua candidatura à vereança de Porto Alegre. Emília Fernandes também continua com certa visibilidade política, pois permanece como suplente à vaga na Câmara de Deputados e, atualmente, exerce o cargo de Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) no Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>30</sup> Ver tabelas 3 e 4, p. 57.

<sup>31</sup> Outras informações sobre o assunto na p. 16.

Todas elas apresentaram significativa presença na propaganda eleitoral gratuita, levando-se em conta que as candidatas poderiam chegar até vinte inserções no total, o que pode apontar a importância que possuem em seus respectivos partidos políticos.

A tabela a seguir apresenta a votação das quatro candidatas analisadas, bem como o número de inserções no Programa Eleitoral Gratuito veiculado na televisão.

<b>Candidatas e Partidos</b>	<b>Votação</b>	<b>Nº Inserções e tempo no HGPE</b>
Manuela D'ávila (PCdoB)	482.590 (E)	19 (6min25s)
Maria do Rosário (PT)	143.128 (E)	20 (2min37s)
Luciana Genro (PSol)	129.501	17 (7min20s)
Emília Fernandes (PT)	49.413	18 (1min59s)

Fonte: PINTO, MORITZ e SCHULZ (2011)

#### **Quadro 7 - Votação Final X Inserções no Programa Eleitoral Gratuito**

Nas eleições proporcionais, a utilização do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), pulverizada entre vários candidatos é menos efetiva do que nas eleições majoritárias. No entanto, o HGPE cumpre importantes funções, pois é um meio de avisar aos eleitores que determinada pessoa está se candidatando e relembra a candidatura àqueles que já foram alcançados por outros meios de campanha, reforçando as intenções de voto. Pressupõe-se, também, que, neste curto período oferecido no HGPE, os candidatos reforçarão os elementos centrais de seu discurso de campanha (MIGUEL, 2010, p. 153)

Nota-se, a partir dos dados apresentados, que o tempo de cada candidata para apresentação de seus slogans de campanha foi muito semelhante, sendo que todas parecem ter grande inserção dentro dos partidos políticos aos quais pertencem dadas as possibilidades de ganhar visibilidade nas eleições pelo Horário Eleitoral Gratuito na Televisão.

Os dados por si só não permitem estabelecer uma relação de causalidade entre a presença no HGPE e o êxito eleitoral, mas podem indicar que os partidos realmente optam por dar maior destaque aos candidatos que oferecem maior

potencial eleitoral, como no caso destas quatro candidatas, que possuem relevante capital político oriundo de suas trajetórias políticas, bem como do próprio exercício de seus mandatos anteriores, além do fato de serem candidatas à reeleição.

Neste sentido afirma Miguel,

A capacidade de distribuição do tempo de exposição no HGPE proporcional pode ser um importante recurso de poder nas mãos dos dirigentes partidários, que estão em condição de privilegiar aqueles candidatos que se mostram mais leais à organização ou ao grupo dominante dentro dela. O tempo de propaganda consiste, assim, num incentivo seletivo, simultaneamente material e de *status* 'pois indica prestígio interno' (MIGUEL, 2010, p. 154).

Portanto, entendendo que o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é importante veículo de propaganda eleitoral, optou-se por analisar as temáticas apresentadas pelas candidatas à reeleição em seus programas.

Além disso, se considerou interessante verificar quais temas aparecem no material de campanha eleitoral divulgado nos blogs das candidatas, pois, embora a *internet* não seja um meio oficial de propaganda política, é um dos meios mais utilizados na sociedade para divulgação de ideias e para noticiar fatos, atingindo um público, muitas vezes, diferenciado.

Os apelos discursivos das candidatas foram analisados conforme classificação temática verificada em cada *slogan* de campanha apresentada nas inserções no HGPE ou no material divulgado nos blogs. As temáticas dizem respeito aos compromissos apresentados pelas candidatas a respeito de determinadas questões de importância pública como saúde, educação, segurança, idosos, mulheres, crianças, finanças, corrupção ou ética, trabalho e renda etc.

#### 4.1. CAMPANHA ELEITORAL DE MARIA DO ROSÁRIO

Maria do Rosário teve 20 inserções no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral Noturno. Sua imagem apareceu em todas elas, mas em cinco veiculações não teve fala alguma. Geralmente, era a primeira ou a segunda mulher a se apresentar no tempo reservado ao Partido dos Trabalhadores no HGPE.

Apresentou uma média de dois minutos e trinta e sete segundos (2 min e 37 seg) de fala, ressaltando slogans de campanha. Destacou temas ligados à

educação, crianças, inclusão social. Associou, em algumas falas, sua candidatura ao então Presidente Lula e ao Senador Paulo Paim. Trouxe também a memória sua candidatura à prefeitura de Porto Alegre pelo PT. Trouxe slogans como “Vamos seguir juntos, vamos seguir em frente. Conto contigo!” ou “Conte comigo sempre! Para um Brasil com mais dignidade para todas as pessoas”.

O material divulgado no blog da candidata se apresentou bem mais vasto. Sua imagem aparecia abraçando uma mulher negra, mais velha e ao fundo crianças negras, que aparentavam ser pobres. O nome de Maria do Rosário tinha um destaque na Letra M, em forma de coração, provavelmente fazendo alusão ao seu amor pelo povo, em especial aos mais excluídos, como mulheres, negros e pobres (baseando-se na interpretação da imagem veiculada).

Nas propostas de campanha eleitoral apresentadas no *blog* pessoal da candidata destacavam-se os temas Educação: “Educação para mais pessoas e com mais qualidade; Proteção: cuidar de todas as pessoas e proteger as crianças; Desenvolvimento: Desenvolvimento e Sustentabilidade; Sociedade Justa: propostas ligadas a ações de maior geração de emprego e renda, à saúde, segurança e investimento em cultura”. Em um panfleto, divulgado no blog da candidata, há o destaque para os seguintes temas em sua campanha ao legislativo federal: educação, direito das pessoas, qualidade nos serviços públicos, crianças, fim da violência, trabalhadores e aposentados, saúde, política séria (ética). Ainda é destacado o seu nome Maria associando a vários adjetivos como menina, líder, professora, política, mulher, o futuro, aquela que cuida, aquela que faz, aquela que une. Maria do Rosário enfatizou ainda seu apoio a candidata à presidência da República Dilma Rousseff no pleito de 2010.

Os gastos de campanha desta candidata chegaram a R\$ 861.941,32 (Oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) e a sua votação aumentou de 110.081 votos no pleito de 2006, para 143.128 votos no pleito de 2010. É interessante destacar que a candidatura de Maria do Rosário no último pleito só foi homologada depois das eleições, o que pode ter prejudicado sua votação.

#### 4.2. CAMPANHA ELEITORAL DE LUCIANA GENRO

Luciana Genro, candidata pelo PSol apresentou 17 inserções no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral Noturno. Sua imagem e falas apareceram em todas as veiculações do horário reservado ao seu partido e sempre entrava antes dos outros candidatos no HGPE.

Ela teve uma média de sete minutos e vinte segundos (7 min 27 seg) na apresentação de suas propostas e slogans. Neste espaço questionou a corrupção, as negociatas e traições dos políticos em geral e, se colocou como um diferencial propondo mudança. Trouxe à discussão a questão do fator previdenciário, associando determinados atos de alguns partidos que teriam prejudicado aos aposentados, destacou, então, o PSol como sendo um partido em que o aposentado votaria de forma mais coerente. Tratou a questão da ficha limpa associando-a à fidelidade aos compromissos de campanha e interesses do povo, além da idéia de não ter condenações na justiça. Outro tema que esta candidata apresentou foi acerca da discriminação que a mulher sofre, ainda, no trabalho, recebendo salários inferiores aos homens, afirmando que, principalmente, se for mulher negra ocorre ainda maior injustiça. Ressaltou ideias ligadas a moralidade na política, criticando a governadora do Estado do RS, Yeda Cruzius, perquirindo em nome do PSol o impedimento da mesma, devido a acusações de corrupção que estavam sendo veiculadas naquele período.

Em algumas falas destaca os temas pelos quais teria lutado e gostaria de continuar lutando, enquanto deputada federal, como contra a corrupção, em defesa dos trabalhadores e dos servidores públicos, dos desempregados, das mulheres, dos jovens, dos aposentados, da saúde, da educação, da segurança pública. Também ressalta a luta pela tributação das grandes fortunas e pela diminuição dos impostos sobre os assalariados.

Luciana Genro procurou apresentar-se como um diferencial em termos de candidatura e de partido político e seu apelo ao voto dá-se em torno da mudança e, principalmente, da luta contra a corrupção que permeia a política brasileira.

No blog pessoal da candidata ela apresenta o PSol como a verdadeira opção de esquerda nas eleições de 2010 e os temas que aborda na campanha não diferem

dos apresentados no HGPE. Sua imagem aparece de forma simples, usando óculos e um blusão laranja, cabelos um pouco desgrenhados e crespos, associando seu nome diretamente a sigla e número do partido. Procura apresentar os principais projetos de sua autoria que tramitam na Câmara de Deputados e todos aqueles que já foram aprovados. Além disso, relata as suas iniciativas legislativas durante o último mandato como deputada Federal, da 53ª Legislatura, onde atuou várias vezes na relatoria de projetos ligados aos direitos de mulheres, questões de educação, questões tributárias, CPIs etc.

Esta candidata apresentou uma despesa de campanha no valor de 230.354,02 (Duzentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos). Seus votos diminuíram nas eleições de 2010, passando de 185.071 votos nas eleições de 2006 para 129.501 votos nas Eleições de 2010. Apesar da pouca diferença, seu partido não alcançou o coeficiente eleitoral necessário e, como já foi mencionado, Luciana Genro não conseguiu reeleger-se.

#### 4.3. CAMPANHA ELEITORAL DE MANUELA D'ÁVILA

A candidata Manuela D'ávila teve 19 inserções no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral Noturno, apresentando sua imagem e o bordão: E aí beleza?, sempre, ao iniciar a sua fala. Somando-se o total de veiculações desta candidata no HGPE, apresentou suas propostas e slogans de campanha em seis minutos e vinte e cinco segundos (6 min e 25 seg) de fala.

Destacou o fato de ter sido a Deputada Federal mais votada no Rio Grande do Sul, associando sua candidatura à renovação da política e construção de um país mais justo e desenvolvido. Destacou a sua atuação no último mandato da Câmara de Deputados com a Nova Lei dos Estágios, com o PROUNI e REUNI, com o vale cultura, na defesa dos trabalhadores e aposentados e nos mais de trinta milhões em recursos que vieram para o Estado do RS. Apresentou resultado de enquete feita pelos internautas que teria a destacado como a deputada que melhor representaria a população.

Manuela falou sobre desenvolvimento do país através da qualificação profissional, dizendo que por isso promoveu debates entre estudantes, universidades e empresários, quando exerceu seu mandato. Associou seu mandato ao Presidente Lula na criação do PROUNI E REUNI, projetos para ampliação das vagas nas Universidades e Escolas Técnicas e garantia de oportunidades educacionais à juventude.

Esta candidata também trouxe em seu discurso de campanha a ideia de que para uma sociedade sem violência é preciso investir em esporte e cultura. Além disso, afirma que promoveu a inclusão, a saúde e a paz.

Discursou ainda sobre a questão de a política ter de ser justa e transparente e estar acima de disputas partidárias para o benefício do povo. Ressalta, neste sentido, seu apoio à candidatura de Dilma para presidente de República e de Tarso Genro, para governador do Estado do RS.

Teve uma fala em que destacou a questão do respeito às diferenças e sua luta por maior participação da mulher na política, respeito aos idosos e aposentados, direitos para a juventude e pela livre orientação sexual, ainda apresentou feitos do governo Lula como a infra-estrutura e empregos gerados no Estado do RS com a Copa do Mundo em Porto Alegre.

Ressalta, também, sua participação em comissão criada para enfrentar crise econômica e propôs uma luta pela redução da jornada de trabalho e pelo fim do fator previdenciário. Destaca, ainda, que com sua atuação os jovens têm despertado sua consciência política.

No blog da candidata em sua campanha eleitoral ela ressalta a defesa dos direitos da juventude, ligados principalmente, ao estudo, ao emprego, aos esportes e também na luta contra as drogas. Também fala do direito das mulheres e dos homossexuais. Apresenta-se como uma menina, uma jornalista, uma mulher, uma criança, uma torcedora, uma apaixonada, uma comunista, uma deputada, uma gaúcha, uma brasileira, numa alusão a representação de vários grupos diferentes na sociedade. Destaca, ainda, alguns de seus projetos aprovados e outros que tramitam na Câmara de Deputados. Afirma ser a cara da nova política tanto no blog, quanto no HPGE. Interessante que em nenhum momento trouxe, explicitamente, nos slogans apresentados o seu nome associado ao tema Juventude, embora de forma

implícita destacasse temáticas que envolvem direitos também voltados aos jovens, como cultura, esporte, educação, trabalho, entre outros.

Os gastos com a campanha eleitoral de Manuela foram os maiores dentre as candidatas analisadas, num total de 1.048.275,55 (Um milhão, quarenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e cinco centavos). Teve a maior votação do Estado, novamente, superando o resultado das eleições de 2006, quando obteve 271.939 votos. Nas eleições de 2010 chegou a 482.590 votos.

#### 4.4. CAMPANHA ELEITORAL DE EMÍLIA FERNANDES

A candidata Emília Fernandes apresentou 18 inserções no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral Noturno e teve um total de um minuto e cinqüenta e nove segundos (1min e 59 seg) para trazer suas propostas e slogans de campanha no HGPE. Sua imagem aparece em 17 veiculações do horário eleitoral noturno, mas apresenta falas em apenas 11 destas veiculações.

Emília se apresenta no HGPE como professora, senadora, ministra e deputada federal, junto com Lula e Dilma e destaca os temas: emprego, segurança, municípios fortes, saúde e educação. Fala em igualdade também.

Outros temas que apresenta como fazendo parte de sua luta política são: direito das mulheres, piso nacional para policiais e magistério, combate à violência e defesa do Rio Grande do Sul.

Em uma de suas inserções a apresentação da candidata é realizada pelo candidato ao Senado Paulo Paim, o qual ressalta a necessidade de Emília na Câmara Federal, pois teria compromisso e trabalho pela fronteira, pelo Rio Grande e pelo Brasil. Associa sua candidatura a ela, afirmando que defendem a classe trabalhadora e os aposentados com igualdade. Diz, ainda, que defendem o fim do fator previdenciário.

No blog pessoal de Emília, ela destaca como slogan algumas características atribuídas a sua personalidade como: determinação, ética e igualdade. Outro slogan apresentado em seu material é o que atribui a ela a idéia da força da mulher gaúcha. Interessante observar que Emília frisou no seu blog, durante a campanha, o

incentivo à participação das mulheres na política, ressaltando sua atuação na bancada feminina e na Procuradoria Especial da Mulher na Câmara dos Deputados. Outros temas sempre abordados em seu blog são o da educação e do trabalho.

Os gastos da campanha eleitoral desta candidata não foram baixos, perfazendo um total de R\$ 752.888,10 (Setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dez centavos). No entanto, não conseguiu reeleger-se, ficando como suplente para a vaga na Câmara de Deputados. Sua votação nas eleições anteriores de 2006 foi de 68.828 votos (em que também ficou como suplente, vindo a assumir uma vaga na Câmara de Deputados apenas em 2009) e nas eleições de 2010 recebeu apenas 49.413 votos.

#### 4.5. RELAÇÃO ENTRE ATUAÇÃO LEGISLATIVA E DISCURSO ELEITORAL

Neste item a intenção é fazer um comparativo entre os discursos das candidatas às vagas que vão compor a Bancada Feminina do Rio Grande do Sul na Câmara de Deputados com a atuação destas enquanto representantes no mandato anterior ao pleito. A idéia aqui é relacionar suas propostas com a participação destas nas Comissões da Câmara de nas proposições de sua autoria e analisar, por fim, como tem sido a representação da mulher gaúcha no legislativo federal.

Para isso, foram apresentados dados acerca dos temas que aparecem em suas propostas de campanha eleitoral.

Os quadros a seguir demonstram os temas mais abordados pelas candidatas nas campanhas eleitorais no último pleito. O primeiro quadro foi construído a partir das temáticas apresentadas por cada uma das candidatas analisadas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. O segundo quadro segue a mesma lógica, só que apresentando os temas destacados nos blogs de cada uma das candidatas.

TEMAS	Rosário	Manuela	Luciana	Emília
Educação	X	X	X	X
Trabalho, Renda, Emprego, Salário	X	X	X	X
Idosos/aposentados	X	X	X	X
Justiça social/pobreza/inclusão social	X	X	X	X
Direitos da mulher		X	X	X
Saúde		X	X	X
Segurança/Violência			X	X
Esporte/cultura/lazer		X		
Juventude	X		X	
Finanças/Impostos/desenvolvimento econômico			X	X
Ética			X	
Crianças/adolescentes	X	X		
Serviços públicos			X	

Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento de dados acerca das inserções no HGPE.

#### **Quadro 8 – Apelo temático das candidatas à Câmara de Deputados do RS nas inserções do HGPE noturno de 2010**

Na campanha de 2010 realizada no Horário Eleitoral Gratuito veiculado na televisão observou-se que as temáticas que se apresentam como carros-chefe das candidatas analisadas são questões que tratam de educação, questões que abordam o trabalho, a renda, o emprego ou salário, políticas e questões ligadas aos aposentados e questões abordando justiça social, pobreza e/ou inclusão social.

As questões sobre direitos da mulher e a temática da saúde aparecem logo depois e são abordadas no HGPE por três das quatro candidatas estudadas, representando um total de 75% das inserções temáticas que estas (analisadas em conjunto) apresentaram na TV. Já os temas segurança/violência, esporte/cultura/lazer e a temática juventude apareceram com um percentual de 50%.

TEMAS	Rosário	Manuela	Luciana	Emília
Educação	X	X	X	X
Trabalho, Renda, Emprego, Salário	X			
Direitos da mulher	X	X		X
Segurança/Violência	X			
Ética	X			X
Esporte/cultura/lazer	X			
Saúde	X			
Justiça social/pobreza/inclusão social	X			X
Meio ambiente/qualidade de vida/desenv. sustentável	X			
Juventude	X			
Idosos/aposentados	X			
Finanças/Impostos				
Crianças/adolescentes	X			

Fonte: Elaboração própria a partir de informações extraídas dos *blogs* das candidatas.

### **Quadro 9 – Apelo temático das candidatas à Câmara de Deputados do RS divulgado nos seus blogs em 2010**

Analisando os discursos e propostas apresentadas nos blogs pessoais das candidatas, observa-se que a temática que prepondera é a educação, da mesma forma que no HGPE. Embora variem um pouco em termos de quantas vezes as candidatas abordam os temas, o importante a destacar é que as inserções temáticas na campanha da TV são praticamente as mesmas apresentadas na internet, através dos blogs onde as candidatas disponibilizam entrevistas, artigos e outros materiais de divulgação da sua campanha eleitoral.

A presença de propostas e falas acerca dos direitos da mulher, questões sobre aposentadoria (como fator previdenciário, por exemplo), trabalho e renda, justiça social são assuntos que ganharam bastante destaque por essas representantes durante a campanha eleitoral de 2010.

Interessante observar que praticamente todos os temas dizem respeito às áreas de direitos sociais <sup>32</sup>, que convencionalmente são áreas em que as mulheres tem se destacado em suas atuações políticas. Alguns destes temas relacionam-se aos cuidados. Estudos apontam que estas áreas são estereotipicamente

<sup>32</sup> São os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

reconhecidas como femininas, até porque remete às atividades tradicionalmente exercidas por mulheres (PINHEIRO, 2007, p. 141).

Miguel destaca que:

A percepção convencional da mulher como cuidadora, preocupada com o bem-estar dos mais frágeis, condiciona sua inserção na disputa política e o progresso posterior da carreira. Ainda que as questões identificadas como “femininas” possam ser (e de fato sejam) de grande importância, elas são desvalorizadas simbolicamente dentro do campo (MIGUEL, 2010, p.170).

No entanto, esta tem sido uma característica importante da atuação feminina: ir além das temáticas de cunho universal e garantir àqueles grupos que sofrem preconceitos e discriminações, conquistas legais que lhes assegurem melhores condições de vida e de inserção na sociedade. Verificou-se, portanto que o discurso das candidatas analisadas neste trabalho durante o período eleitoral coincide com a prática destas representantes na Câmara de Deputados. Elas têm atuado em suas proposições e participações nas comissões em prol de várias temáticas sociais, que depois, também, destacam na campanha eleitoral.

Nestes casos o que parece determinar tanto a atuação quanto o discurso destas representantes é a lógica da presença, ou seja, a mulher defendendo principalmente os interesses de grupos que necessitam de reconhecimento. Neste caso, a presença da mulher como fundamental na defesa de direitos e demandas destes grupos.

Contudo, é preciso observar, ainda, que estas representantes parecem ter um compromisso com áreas como do trabalho, emprego, renda e previdência social, que não estão necessariamente ligadas a questão do cuidado, mas que possuem interface com os reclames de determinados segmentos profissionais. Isso provavelmente se deve a trajetória política destas mulheres que tiveram uma participação efetiva em movimentos sindicais e sociais que reivindicavam por esses direitos, o que as leva a ter um olhar voltado a essas questões, objetivando ampliar ou assegurar os direitos das classes trabalhadoras, através da discussão dos aspectos legais destas questões.

É preciso ressaltar que essas representantes tiveram, também, uma expressiva presença nas Comissões da Câmara de Deputados no mandato da 53ª Legislatura, atuando e opinando sobre questões que exigem, no geral, grande

capital político neste campo de atuação, como políticas de administração pública, política econômica, relações internacionais entre outras<sup>33</sup>, embora esses temas não tenham aparecido tanto em seus discursos durante a campanha eleitoral de 2010.

#### 4.6. VISIBILIDADE NA POLÍTICA ELEITORAL

Neste sub-capítulo, a intenção é apresentar uma rápida exposição acerca da visibilidade das representantes estudadas durante a campanha eleitoral.

Sabe-se que candidaturas bem sucedidas em termos de votos resultam de diferentes variáveis, mas há duas que se destacam: o financiamento da campanha e a visibilidade na propaganda eleitoral.<sup>34</sup>

As candidatas analisadas, por serem agentes políticas muito conhecidas, que desempenharam diversos cargos neste campo, inclusive disputando em cargos majoritários, como a prefeitura de Porto alegre e até ao governo do Estado<sup>35</sup>, parecem apresentar uma ampla visibilidade nas eleições e, embora nem sempre isso resulte na vitória nas urnas, pois existem outros fatores que influenciam na disputa eleitoral, estas representantes constituem-se como importante referência da presença da mulher na política brasileira.

É bem provável que a visibilidade propiciada pela trajetória política destas mulheres trouxe reflexos para cada uma delas em termos de importância da candidatura no partido, o que parece ter repercutido em maior espaço no Programa Eleitoral Gratuito, em maior capacidade de arrecadação financeira e, por fim, na votação final, pois embora nem todas tenham sido eleitas, foram as candidatas mais votadas no Estado do RS neste último pleito.

Interessante que estas candidatas, com votação tão expressiva, foram aquelas com maior despesa de campanha, com recursos financeiros que ultrapassaram (R\$ 200.000,00) duzentos mil reais, embora essa despesa não tenha resultado necessariamente na eleição de todas elas.

---

<sup>33</sup> Ver Quadros 5 e 6, pp. 81 e 82.

<sup>34</sup> Este sub-capítulo baseou-se no seguinte artigo: PINTO, Céli, MORITZ, Ma. Lucia e SCHULZ, Rosângela. As Mulheres e as Eleições de 2010 no Rio Grande do Sul. Artigo apresentado no XXVIII Congresso ALAS. Recife, 06 a 10 setembro de 2011.

<sup>35</sup> Ver item 3.1. a partir da p. 63.

<b>Candidatas</b>	<b>Total de Despesas (R\$)</b>	<b>Total de Votos</b>	<b>Resultado Eleitoral</b>
Manuela D'ávila (PCdoB)	1.048.275,55	482.590	Eleita
Maria do Rosário (PT)	861.941,32	143.128	Eleita
Luciana Genro (PSOL)	230.354,01	129.501	N/Eleita
Emília Fernandes (PT)	752.888,10	49.413	N/Eleita

Fonte: PINTO, MORITZ e SCHULZ (2011)

**Quadro 10 - Resultado do Total de Despesas X Total dos Votos X Resultado Eleitoral das Candidatas à Deputada Federal/RS em 2010**

As duas candidatas eleitas foram aquelas que mais arrecadaram e também as que mais gastaram. Já a candidata Emília Fernandes apesar dos altos gastos acima de 700 mil reais, apresentou uma votação abaixo de 50 mil votos, em contraste com Luciana Genro que gastou três vezes menos e conseguiu mais que o dobro dos votos de Emília. Nenhuma das duas se elegeu, mas por certo a colocação delas e a própria campanha trouxe visibilidade para galgar outros postos no campo político e continuarem, de certa forma, em evidência.

Outro grande espaço de visibilidade na mídia é o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) veiculado pela televisão, conforme mencionado no início deste capítulo. Na disputa pela visibilidade, as campanhas precisam ser atrativas e os discursos, de fácil assimilação. A propaganda que divulgou as candidaturas proporcionais foi veiculada no período de 17 de agosto a 30 de setembro, nas segundas, quartas e sextas-feiras, totalizando sete dias no mês de agosto e treze dias no mês de setembro. Nesse caso, as candidatas poderiam chegar a um total de vinte inserções. As candidatas à reeleição acabaram alcançando alto índice de inserções, ou seja, de 17 a 20 inserções no HGPE, obtendo maior oportunidade de apresentar sua imagem e slogans de campanha.<sup>36</sup>

Ao analisar todos os dados disponíveis acerca das inserções no HGPE e do apoio financeiro que obtiveram as candidatas à reeleição para a Câmara de Deputados compreende-se que, apesar de importantes na campanha eleitoral, realmente não são as únicas variáveis determinantes à vitória nas eleições, mas

<sup>36</sup> Ver Quadro 7, na p. 95.

também, o capital que é acumulado através de mandatos anteriores, de disputas eleitorais majoritárias bem construídas e da trajetória que compõe o perfil de cada uma das candidatas a um cargo político. Todos esses indicadores reunidos sugerem maior facilidade na arrecadação de recursos financeiros e maior visibilidade tanto no interior dos partidos políticos, como externamente, através da mídia.

As mulheres que se elegem, portanto, são profissionais da política, com carreiras bem estruturadas e experiências anteriores. Esta condição é tão importante, que parece ser mais definidora da vitória do que o montante dos recursos e as aparições no HGPE foram mais definidoras (PINTO, MORITZ e SCHULZ, 2011, p. 24).

Todavia, reeleitas ou não, esse grupo de políticas gaúchas, apesar de representar um pequeno número de mulheres, têm alcançado destaque por sua longa experiência na vida pública e parecem estar oportunizando abertura de novos espaços ao gênero feminino, redefinindo os caminhos que a mulher possui de sua presença na política. Assim, pode-se entender que a simples presença destas mulheres com destacada visibilidade no campo político, contribui, por si só, para promover a inserção da mulher nestas instâncias de poder. Nesse diapasão, podem surgir, no debate político institucional, novas questões de relevância para a população feminina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar momentos distintos da representação política da mulher gaúcha, ou seja, na trajetória que percorreram na construção de suas carreiras políticas, na atuação enquanto parlamentares, na arena política legislativa e enquanto candidatas à reeleição, na arena política eleitoral.

O objetivo geral foi analisar a representação da mulher gaúcha na Câmara dos Deputados, na 53ª Legislatura e, também, na campanha à reeleição nas eleições de 2010, para compreender de que forma essas parlamentares tem atuado enquanto sujeitos políticos, como legisladoras e como candidatas no processo eleitoral.

Trabalhou-se como hipótese geral a noção de que a presença dessas representantes, devido ao capital político acumulado na bem sucedida carreira, pode se constituir em um importante fator na promoção de visibilidade às mulheres, contribuindo para o empoderamento das mesmas no campo político. As hipóteses secundárias foram de que as trajetórias destas parlamentares estavam vinculadas as suas lutas políticas e não a laços de família ou herança política, ou seja, construíram suas carreiras com base em um trabalho de liderança e ativismo político partidário. Também de que essas deputadas não possuíam como pauta principal à defesa de interesses femininos, nem durante o mandato, nem na campanha eleitoral. No entanto, ao ocuparem importantes espaços no campo político, de certa forma, promoveram o debate acerca da inserção feminina na política institucional.

Para dar conta da problemática, foi realizada uma revisão bibliográfica das principais teorias contemporâneas acerca do conceito de representação política, de reconhecimento e capital político. Também se buscou a literatura que discute a sub-representação política da mulher no Brasil e disserta sobre questões como: o movimento feminista no país, as teorias políticas que tentam respaldar a questão da necessidade de uma paridade na política institucional do país, a abordagem acerca da política de cotas para mulheres na legislação eleitoral e as características do sistema partidário brasileiro que podem influenciar o acesso da mulher à política.

No primeiro capítulo procurou-se desenvolver uma contribuição às discussões sobre políticas de reconhecimento e de representação de grupos que têm sido excluídos do poder político, mais especificamente as mulheres.

A partir do segundo capítulo buscou-se refletir sobre o conceito de representação e sua relação com a democracia, trazendo às teorias de Hanna Pitkin, Anne Phillips e Iris Young, com o intuito de delimitar o termo empregado no presente trabalho. Também se desenvolveu uma breve discussão acerca das teorias do reconhecimento em relação à noção de representação e à necessidade de inclusão social para a consolidação da democracia representativa. Ainda se procurou relacionar a noção de capital político à representação, pois o conceito torna-se relevante à medida que os representantes capazes de gerar efeitos no cenário político, via de regra, são aqueles que detêm determinado capital político, que os permite chegar ao poder.

Logo após, apresentou-se uma síntese acerca da trajetória do movimento feminista no Brasil e as fases que percorreu desde o século XX até os dias de hoje. O objetivo desta abordagem foi expor acerca da condição de desigualdade da mulher perante a política institucional brasileira como um problema histórico que persiste ainda nos dias de hoje, dada a sub-representação feminina na Câmara de Deputados, por exemplo.

O debate acerca dos argumentos que procuram justificar mecanismos especiais que favoreçam o aumento da representação feminina no Parlamento está presente no desenvolvimento desta dissertação. Nesse sentido, trabalhou-se com a síntese elaborada por Luís Felipe Miguel que traz as três principais correntes de defesa das diferenças na participação política entre homens e mulheres e a necessidade da presença feminina no âmbito político institucional.

Na sequência estudou-se acerca da política de cotas para mulheres na legislação eleitoral brasileira, pois se compreendeu a necessidade de novos referenciais de presença na representação política. Foi relevante trazer o debate sobre as ações afirmativas, como o sistema de cotas, proposto na Lei eleitoral a fim de expor as discussões que tratam da ampliação da mulher na política brasileira.

Outra abordagem tratou a respeito do sistema partidário brasileiro, buscando apresentar alguns elementos sobre os partidos políticos brasileiros e a participação

da mulher no interior dos mesmos. Para isso, buscaram-se fundamentos em artigo de Clara Araújo (2005), ressaltando as características e problemas presentes no sistema partidário do país e concluindo que o desenho dos partidos necessita modificações, de modo a ampliar a participação das mulheres para que realmente possa haver mudanças no resultado das eleições e, conseqüentemente, na representação feminina na política institucional.

Com base nesse arcabouço teórico, procedeu-se a análise dos dados empíricos desta dissertação, apresentando, inicialmente, o perfil das quatro parlamentares que compuseram a Bancada Gaúcha da Câmara de Deputados, durante o período de 2007 a 2011.

Seguiu-se o estudo, observando os dados acerca do trabalho legislativo das deputadas durante este período, ressaltando a participação destas nos órgãos da Câmara e na atuação destas representantes através das proposições durante o último mandato em que se podem destacar as seguintes conclusões:

- as representantes gaúchas na Câmara de Deputados são oriundas de partidos de esquerda, o que corrobora com a maioria dos estudos que apontam maior presença feminina nesses partidos;

- a trajetória dessas representantes sempre se deu no interior de um mesmo campo ideológico;

- todas as representantes estudadas estão ou já estiveram ligadas a atividades no campo educacional, seja em movimentos estudantis ou através do exercício da docência e participando em sindicato/associação de professores;

- a maioria teve ascensão em suas carreiras políticas, ainda bastante jovens;

- a atuação das deputadas gaúchas concentrou-se nas Comissões ligadas a temas referentes aos direitos humanos, questões educacionais e de trabalho e emprego;

- também se destacou a atuação destas representantes em temas referentes à Administração Pública, a Reformas do Estado e Funcionalismo Público, além de algumas CPIs de grande repercussão nacional como do Tráfego Aéreo e do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes;

- a maioria das proposições de autoria dessas representantes trata de temáticas do eixo político-legal, que incluiu temas ligados às questões internas da Câmara, mas também questões consideradas mais valorizadas no campo político, como administração pública e reformas do Estado, justiça, envolvendo alteração de leis e códigos, inclusive;

- outro destaque das proposições, são temas associadas ao eixo social, como algumas questões assistenciais, mas basicamente questões voltadas a emprego, renda, trabalho e formação profissional, bem como a questões educacionais;

De todo esse quadro depreende-se que essas representantes construíram um capital político oriundo de diversas atividades na sua participação política, com uma trajetória de destaque em partidos de esquerda que culminou com uma expressiva atuação dentro da Câmara de Deputados e também com uma inserção muito forte dentro dos partidos.

A experiência que adquiriram no campo político atuando em movimentos sindicais e estudantis, militando nos partidos e exercendo cargos políticos, lhes possibilitou o acúmulo de capital político no qual o fato de serem mulheres não parece interferir para que tenham a visibilidade necessária tanto para se eleger, quanto para assumir posições e cargos de liderança nos diferentes espaços institucionais, a nível local, estadual ou federal.

Além disso, elas demonstraram uma inserção em diferentes âmbitos dentro da Câmara de Deputados, possuindo uma agenda política ativa na Casa, procurando representar os diferentes interesses que permeiam a sociedade brasileira. Percebe-se que não há uma atuação específica em relação ao tema mulher na política, contudo a atuação parlamentar das agentes políticas estudadas apresenta uma gama de assuntos extremamente relevantes para o país e que demonstram o destaque que essas parlamentares, alcançaram no mundo político institucional.

Basta que se observem as temáticas em que atuaram tanto nos órgãos da Câmara quanto nas proposições que defenderam e vê-se que elas conseguiram um espaço que foi historicamente ocupado por homens na política, e no seu fazer político demonstraram que conseguem atuar em diferentes frentes e lutas.

Em relação à análise referente à candidatura à reeleição no pleito de 2010, destacaram-se as seguintes observações:

- as candidatas à reeleição tiveram grande inserção no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) veiculado pela televisão;

- elas obtiveram o maior número de votos entre as candidatas do Estado do Rio Grande do Sul, embora nem todas tenham conseguido se eleger;

- os apelos temáticos que mais se destacaram na campanha eleitoral dessas mulheres referiam-se a questões gerais sobre educação, renda, e emprego, questões de aposentadoria, de justiça social, de direitos da mulher, de saúde, de segurança pública e violência, assuntos ligados a esporte e cultura, além de questões ligadas à ética (corrupção na política, por exemplo).

- a maioria dos temas refere-se a áreas localizadas no eixo social, talvez porque produzam maior apelo ao eleitorado em geral ou por serem estas, ainda, as áreas que têm sido mais reconhecidas como pertencentes ao fazer político feminino.

Nesse sentido, o discurso das candidatas não abrange todo o universo temático em que as representantes atuaram durante o mandato, quando exerceram, efetivamente, o poder legislativo como deputadas federais, todavia apresentam em parte esses temas.

Enfim, essas representantes parecem reunir uma série de características que as tornaram profissionais da política, capazes de alcançar maiores recursos de campanha e significativa visibilidade dentro dos respectivos partidos políticos, inclusive visibilidade na mídia.

A partir desta análise compreende-se que a presença da mulher gaúcha no parlamento federal, mais especificamente na Câmara de Deputados, tem sido importante na política institucional brasileira. Seus trabalhos e ideias aos poucos ganham força e destaque, mostrando a relevância de uma relação entre a política de presença e a política de ideias, conforme tese de Phillips explanada nesta dissertação.

Ter mais mulheres no poder político institucional é necessário para que haja justiça social e, embora, como Fraser (2007) afirma, não haja como suprir necessidades e representar a todos na mesma medida, nos diferentes contextos, o

que se denota, a partir do estudo realizado acerca da atuação e do discurso destas representantes, é que estas ganham espaço dentro do parlamento brasileiro, oportunizando, cada vez mais, a inserção de novos e diversos temas, que podem promover avanços consideráveis à democracia do país.

A participação destas mulheres em importantes Comissões da Câmara de Deputados e o leque de proposições de sua autoria em diferentes áreas temáticas, além da visibilidade que alcançaram durante suas trajetórias e nas eleições proporcionais de 2010, pode contribuir efetivamente para que mais mulheres venham a alcançar poder político, já que à medida que ganham maior destaque e visibilidade, aumentam o capital político, e portanto, estas representantes demonstram o potencial de conquistar espaços antes relegados apenas ao sexo masculino, oportunizando a modificação de um quadro estrutural na democracia brasileira.

Parece clara, como assinala Phillips, a necessidade de combinar política de ideias com a política de presença para que haja um justo sistema de representação, contudo é preciso garantir, primeiramente, que exista a presença. Nesse sentido, a importância destas agentes políticas, na sua atuação na Câmara de Deputados, bem como na campanha eleitoral, que pela sua destacada presença, já constituem por si só um fator que pode promover a inserção feminina na política, vindo ao encontro da hipótese geral ressaltada na presente análise.

Pensando ainda, nas linhas de raciocínio que defendem a paridade política, apresentadas por Miguel, vê-se que cada uma delas se concretiza nas ações destas representantes. Algumas delas, e em alguns momentos do seu fazer político incorporam a política do cuidado, preocupando-se muito com áreas sociais, por vezes ligadas ao assistencialismo. Em outros momentos e espaços, passam a tratar de questões de gênero e de direitos humanos em geral, revelando interesse nas demandas femininas e feministas. Todavia, na maioria das vezes, incorporam a linha de pensamento da perspectiva social, em que superam os limites dados pelas desigualdades estruturais historicamente impostas no âmbito da política institucional.

Na verdade, os dados demonstraram que não existe uma diferença significativa no modo de fazer política entre homens e mulheres, pelo menos, em relação às agentes políticas estudadas neste trabalho, mas ainda que não defendam explicitamente direitos somente voltados às mulheres, estas representam relevantes

vozes femininas no espaço institucional da política brasileira. Ademais, é fato que a reduzida presença da mulher nos espaços de representação política fragiliza a democracia, o que enseja a necessidade de avançar no que diz respeito ao reconhecimento da mulher nesses espaços de poder. Mais uma vez, é importante ressaltar que a presença de mais mulheres na esfera política é uma questão de justiça social, afinal, como já foi explanado, constituem a maioria da população e do eleitorado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

### 1. Material Bibliográfico

ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. **Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais – CIEC**, Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO. Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.2, Brasília, Jul./Dez. 2009, pp. 23-59.

ARAÚJO. Clara. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (org.). **Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global**, UFSC: Florianópolis, 2006, pp. 207-223.

ARAÚJO. Clara. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia e Política**, nº 24, Curitiba, 2005, pp. 193-215.

ARAÚJO. Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos Feministas**, Ano 9, Rio de Janeiro, 2001, pp. 231-252.

ARAÚJO. Clara. Participação Política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. **BIB**, nº 52, São Paulo, 2001, pp. 45-77.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora da UNESP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II CNPN: Textos e roteiros de discussão para as Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. V. 2, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COSTA, Ana Alice A. “Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política”. In: **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 51-76.

FRASER, Nancy. Uma réplica a Iris Young. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 215-221.

FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In SARMENTO, Daniel, IKAWA, Daniela, PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008, pp. 169-171.

FRASER, Nancy . Reconhecimento sem ética? In SOUZA, Jessé, MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria crítica do século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

FRASER, Nancy . A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, out. 2002, pp. 5-20.

FRASER, Nancy . Da Distribuição ao Reconhecimento: Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. (Org.) **Democracia hoje (novos desafios para teoria democrática contemporânea)**. Brasília, UNB, 2001.

FERREIRA, Mary. “Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas”, **Revista Espaço Acadêmico**, nº 37, Ano IV, junho/2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>, acesso em: 28 out. 2009.

GIULANI, Paola C. “O movimento de trabalhadoras e a sociedade brasileira.” In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 5ª ed., São Paulo: Contexto, 2001, pp. 640-672.

LOUREIRO, Maria Rita. “Interpretações contemporâneas da representação.” **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 63-93.

LUBENOW, J. A. As Críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. **Veritas**, v.55, n.1, jan/abr, 2010, pp. 121-134.

MIGUEL, Luís Felipe. **Revista Observatório Nacional**. Dossiê Mulheres e Poder. (Entrevista), 2009, pp. 34-38.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, ano 9, 2001, pp. 253-267.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria política Feminista e liberalismo: O caso das cotas de Representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 15 nº 44, outubro/2000, pp. 91-102.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n.20, jun. 2003, pp.115-134.

MIGUEL, Luís Felipe. Apelos discursivos em campanhas proporcionais na televisão. **Política e Sociedade**, Vol. 9, nº 16, abril de 2010, pp. 151-175.

MOURA, Joana. **A Representação política de organizações da sociedade nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela legitimidade (tese de doutorado)**. Programa de Pós graduação em Ciência Política, UFRGS, POA, 2009.

OLIVEIRA, Zuleica L. C. “Índice cultural de gênero: O caso de porto Alegre.” In: CARVALHO, Marie J. S. & ROCHA, Cristianne M. F. **Produzindo gênero**. POA: Ed. Sulina, 2004, pp. 34-44.

PHILLIPS, Anne. Da Desigualdade à Diferença: Um caso grave de deslocamento? In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2, Brasília, julho-dezembro 2009, pp. 223-240.

PHILLIPS, Anne. De uma Política de Idéias a uma política de presença. In: **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º sem., 2001, pp. 268-290.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli. Uma História do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli . A democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais. **Revista da USP (Pós-modernidade e multiculturalismo)**, n. 42, 1999. pp. 56-69.

PINTO, Céli e MORITZ, M. F. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 2, Brasília, Julho-Dezembro, 2009, pp. 61-87.

PINTO, Céli, MORITZ, Ma. Lúcia e SCHULZ, Rosangela. As Mulheres e as Eleições de 2010 no Rio Grande do Sul. Artigo apresentado no XXVIII Congresso ALAS. Recife, 06 a 10 setembro de 2011.

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e ideias. In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 67, 2006, pp. 15-47.

PITKIN, Hanna. **El concepto de representacion**. Centro de Estudios Constitucionales: Madri, 1985.

RODRIGUEZ, Almira. Reforma política e participação. **CFMEA**, 18 de julho/2004. Disponível em: [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br), acesso em 27 de outubro de 2009.

SANTOS, Janine M. **Gênero, representação e instituições**. Brasília. **Dissertação de Mestrado em Ciência Política**. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2007.

TABAK, Fanny. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. De Publicações, 1989

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: \_\_\_\_\_. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000. pp. 241-274.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad, **A busca de si: diálogo sobre o sujeito**. Tradução Cáo Meira, Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2004, pp. 177-178.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

YOUNG, Iris. Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 193-214.

YOUNG, Iris. Representação Política, Identidade e Minorias. **Lua Nova**, nº 67, São Paulo, 2006, pp. 139-190.

YOUNG, Iris . **Inclusion and democracy**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris . “Communication and the other: beyond deliberative democracy.” In: BENHABIB, Seyla. (Ed.) **Democracy and difference**. Contesting the boundaries of the political. Princeton, Princeton University Press, 1996, p. 125-135.

YOUNG, Iris . **Justice and politics off difference**. Princeton University Press, 1990.

## 2. Fontes Consultadas

CÂMARA FEDERAL. Pesquisa disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/>, acesso em 10/10/2010.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>, acesso em 01/11/2010.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>, acessado em 06/07/2012.

MAIS MULHERES NO PODER. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/estudos.php>, consulta em 15/12/2010.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, consulta no site: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>, em 03/12/2010.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Disponível em: [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br), acesso em 07/04/2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>, acesso em 14/06/2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2012>, acesso em 06/11/12.

CÂMARA FEDERAL. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/pesquisaHistorico.asp>. Acesso em 06/02/2011.

CÂMARA FEDERAL. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/default.asp>. Acesso em 20/10/2010.

CÂMARA FEDERAL. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados>. Acesso em: 08/02/2011.

BLOG DE LUCIANA GENRO. Disponível em: [www.lucianagenro.com.br](http://www.lucianagenro.com.br), acesso em 05/09/2010.

BLOG DE EMÍLIA FERNANDES. Disponível em: [www.emiliafernandes.com](http://www.emiliafernandes.com), acesso em 05/09/2010.

BLOG DE MANUELA D'ÁVILA. Disponível em: [www.manuela.org.br](http://www.manuela.org.br), acesso em 07/09/2010.

BLOG DE MARIA DO ROSÁRIO. Disponível em: [www.mariadorosario.com.br](http://www.mariadorosario.com.br), acesso em 08/09/2010.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL – AMB. Disponível em: [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br), acesso em 27/10/2009.